

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



Rio de Janeiro - Ano 15 - Nº 45
Setembro / Dezembro - 2009

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 15, N° 45, (set./dez.2009) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 164 p.

Quadrimestral

ISSN 1413-6457

1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.

I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CDU 801 (05)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397 / 603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ

pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e www.filologia.org.br/revista

Diretor-Presidente:

Prof. Dr. José Pereira da Silva

Vice-Diretora:

Profa. Me. Cristina Alves de Brito

Primeira Secretária:

Profa. Dra. Delia Cambeiro Praça

Segundo Secretário:

Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon

Diretor de Publicações

Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva

Vice-Diretor de Publicações

Prof. Dr. José Mário Botelho

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe:

José Pereira da Silva

Conselho Editorial

José Mario Botelho

Antônio Sérgio Cavalcante da Cunha

Álvaro Alfredo Bragança Júnior

Nataniel dos Santos Gomes

Carmem Lúcia Pereira Praxedes

Delia Cambeiro Praça

Antônio Elias Lima Freitas

Ruy Magalhães de Araujo

José Pereira da Silva

Afrânio da Silva Garcia

Diagramação, editoração e edição

José Pereira da Silva

Projeto de capa:

Emmanuel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

0. EDITORIAL	05
1. Aspectos da ortografia fonética em um texto seiscentista do ceará – <i>Expedito Eloíseo Ximenes</i>	07
2. Breve histórico da Península Ibérica – <i>Nilsa Areán-García</i>	25
3. Duas formas de intertextualidade em cartas ao editor em <i>News-week</i> – <i>Maurício Moreira Cardoso</i>	49
4. Fragmentos elegíacos de amor – <i>Amós Coêlho da Silva</i>	67
5. La experiencia metodológica del <i>Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay</i> (ADDU) – <i>María Josefina Israel Semino</i>	71
6. Linguagem, razão e transcendência: uma abordagem estilística da poesia de Manoel de Barros – <i>José Luís Landeira</i>	92
7. Matoso Câmara e o estudo de verbos – <i>João Bortolanza</i>	113
8. O sufixo <i>-mente</i> em português – <i>Paulo Mosânio Teixeira Duarte</i>	123
9. Reflexões sobre o apagamento do rótico na escrita das séries iniciais – <i>Geisa Borges da Costa</i>	137
10. Uma pequena digressão sobre a ortografia da língua portuguesa – <i>José Mario Botelho</i>	146

RESENHAS

1. Lula flagrado em suas próprias palavras – <i>José Pereira da Silva</i>	160
2. Um jovem professor lança nova gramática da língua portuguesa – <i>José Pereira da Silva</i>	163

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o número 45 de sua *Revista Philologus*, com dez substanciosos artigos e duas resenhas, de autoria dos seguintes professores, filólogos ou linguistas: Amós Coêlho da Silva (p. 67-70), Expedito Eloísio Ximenes (p. 07-24), Geisa Borges da Costa (p. 137-145), João Bortolanza (p. 113-122), José Luís Landeira (p. 92-112), José Mario Botelho (p. 146-159), José Pereira da Silva (p. 160-162 e 163-164), María Josefina Israel Semino (p. 71-91), Maurício Moreira Cardoso (p. 49-66), Nilsa Areán-García (p. 25-48) e Paulo Mosânio Teixeira Duarte (p. 123-136).

Sinteticamente, podemos informar que este volume 45 da *Revista Philologus* apresenta os seguintes temas, artigo por artigo:

O primeiro artigo trata da ortografia portuguesa, descrevendo seu uso em um texto seiscentista, do padre Luiz Figueira da Companhia de Jesus.

No segundo artigo explora a história da Península Ibérica como fator extralinguístico na formação do galego e português.

O terceiro artigo analisa duas formas de intertextualidade, a pressuposição e a ironia, no corpus de 122 cartas ao editor extraídas da revista Newsweek.

O quarto artigo analisa a carta de amor, ausência e abandono, o sedentarismo feminino e a aventura masculina, a navegação na literatura grega.

O quinto artigo descreve a brevemente a experiência metodológica do *Atlas Lingüístico y Diastrático del Uruguay*, na região norte e nordeste do Uruguai, de particular importância linguística, pois nela ocorre o contato direto do espanhol com o português no território uruguaio.

O sexto artigo investiga como a poesia de Manoel de Barros (re)elabora o conceito de racionalidade, distanciando-se daquele mais frequente no senso comum.

O sétimo artigo analisa a contribuição de Matoso Câmara pa-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ra o estudo dos verbos, sobretudo com *História e Estrutura da Língua Portuguesa* e com *Estrutura da Língua Portuguesa*, esta incompleta (1970), póstuma a primeira (edição em inglês de 1972).

O oitavo artigo tem por objetivo focar o mais complexo sufixo em português, o afixo final *-mente*, desde o latim e o português arcaico, vindo até a língua moderna.

O nono artigo, pautando-se nos pressupostos teóricos da sociolinguística quantitativa variacionista, objetiva investigar os aspectos relacionados ao apagamento do /R/ em coda silábica em posição medial e final de vocábulo na escrita de estudantes em início de escolarização.

O décimo artigo coloca em relevo a linguagem escrita, uma vez que exerce um papel de grande importância no cenário atual, enfatizando a ortografia da língua portuguesa, sobre a qual faz uma breve digressão.

Por fim, apresentam-se as resenhas dos livros *Dicionário Lula: Um Presidente Exposto por Suas Próprias Palavras* (de Ali Kamel) e *Gramática Reflexiva da Língua Portuguesa* (de Marcelo Moraes Caetano).

A Direção da *Revista Philologus* e do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos pede sua contribuição com críticas e sugestões para que seus serviços possam melhorar, apesar dos poucos recursos. Além disso, lembra que esses artigos foram disponibilizados em www.filologia.org.br/revista para que um maior número de usuários possa usufruir deles.

Rio de Janeiro, dezembro de 2009.

José Pereira da Silva

**ASPECTOS DA ORTOGRAFIA FONÉTICA
EM UM TEXTO SEISCENTISTA DO CEARÁ**

Expedito Eloísio Ximenes (UECE-UFC)
eloisio22@hotmail.com

RESUMO

No presente trabalho, abordamos o tema da ortografia portuguesa, com o intuito de fazermos uma descrição de seu uso em um texto seiscentista, escrito no início do século XVII, pelo padre Luiz Figueira da Companhia de Jesus. Analisamos os aspectos predominantemente da escrita fonética do português, sobretudo, no tocante ao emprego das vogais nasais e à marca da nasalação representada pelo diacrítico til sobreposto; às várias realizações da vogal *i*; ao uso de consoantes geminadas; à substituição de grafemas; às variações gráficas de uma mesma palavra dentre outros traços que definem o sistema ortográfico vigente. Apesar de já ser adotada a escrita pseudoetimológica, no período investigado, quase não há registros desse sistema no *corpus* analisado.

Palavras-chave:

Ortografia fonética. Ortografia pseudoetimológica. Reformas ortográficas.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, fazemos uma descrição das formas de registrar os fonemas por meio de diversos grafemas, como também descrevemos todas as ocorrências encontradas no texto escrito, no princípio do século XVII, que constitui nosso *corpus* de análise e que caracterizam o modelo ortográfico adotado na época.

Tratamos aqui do documento intitulado *Relação do Maranhão* datado de 26 de março de 1608, cuja autoria é do padre jesuíta Luiz Figueira, que fora enviado em missão apostólica ao Maranhão, por ordem do superior da Companhia de Jesus, o Pe. Cláudio Aquaviva¹.

¹ No final do documento, registra-se 26 de março de 1608, como data da conclusão do relato. Tudo indica, porém, que tal data não seja exata, pois o Pe. Figueira afirma no texto que na quaresma do ano seguinte ao da vinda ao Ceará em (1607), estava na aldeia do Cobra Azul, no litoral, tendo jejuado durante esse período quaresmal farinha que trouxera da Ibiapaba. Segundo suas palavras: "eu porem tive alguas castanhas de cajus e obra de hua quarta de farinha q' eu tinha trazido da Ybiapaba que fuy goardádo p.^a a coresma có a qual ajejeuy toda condutádo como era rezão". Por alguns meses permaneceu ali e depois veio para o Rio Ceará

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Além de relatar as condições em que se encontrava a Capitania do Ceará, totalmente abandonada pelo homem branco, que ainda não mantivera núcleo de povoamento aqui, o texto apresenta-nos uma fotografia do território com seus aspectos topográficos, climáticos e antropológicos, revelando as condições humanas das tribos indígenas que viviam dispersas e amedrontadas. Revela ainda uma grande riqueza de elementos linguísticos e filológicos que nos permitem a realização de estudos da língua portuguesa. Um desses elementos é a ortografia, que constitui nosso objeto de estudo neste artigo.

Uma vez que existem várias cópias do documento, tomamos como base a edição comemorativa do tricentenário da ocupação do Ceará, texto publicado em 1903, por Barão de Studart, na *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará*, tomo XVII (cf. STUDART, 1817).

Para atingir nosso objetivo, partimos de uma fundamentação teórica de base descritiva fundada em gramáticas históricas da língua portuguesa. Pretendemos tão somente descrever o uso da ortografia da época observando as formas de grafar e avaliar se há marcas características exclusivas de apenas um sistema ortográfico ou se existem traços dos dois sistemas no mesmo documento.

Para tanto partimos de várias leituras do texto para o levantamento e seleção das ocorrências grafêmicas dos fonemas, aí incluindo as formas variantes. Posteriormente fizemos a categorização dos fenômenos encontrados e a organização dos grupos das vogais e das consoantes. Em seguida, organizamos em forma de quadros demonstrativos todos os dados encontrados para nossa posterior análise e interpretação.

O texto revelou-nos bastante coerente quanto ao sistema ortográfico fonético adotado, apesar de uma instabilidade inerente ao sis-

quando em 19 de agosto de 1608, recebeu um comunicado de que um barco o viria buscar. A embarcação só conseguiu partir após vários dias encalhada por causa dos ventos. O texto foi escrito depois da viagem, a data de março de 1608, como se encontra consignado no escrito, não faz sentido, portanto. O grande historiador cearense que foi o Dr. Guilherme Studart (o Barão de Studart) e o notável sábio Thomaz Pompeu Sobrinho são de opinião unânime que a Relação do Maranhão tenha sido escrita em 1609.

tema expressada nas múltiplas formas variantes de grafar uma mesma palavra.

1. O contexto do texto

O documento intitulado *Relação do Maranhão* é, sem dúvida, de grande importância para a história social e linguística do Ceará, pois foi o primeiro texto escrito sobre essa terra, que até os primórdios do século XVII, ainda não era habitada por povos brancos, já que seu donatário, o fidalgo Antonio Cardoso de Barros, aqui não pusera os pés para explorar a porção de terras que lhe fora doada por D. João III, em 1535. A larga faixa territorial que se estendia do Rio Grande do Norte ao Maranhão permanecia intacta, sem a presença do luso, habitada somente por vários povos indígenas. Por conseguinte, estava sujeita à invasão de outros povos estrangeiros, tanto é assim que os franceses já haviam se instalado no Maranhão.

A vinda dos padres jesuítas constitui a segunda tentativa de conquistar o Ceará, pois a primeira ocorrera em 1603, numa empreitada desastrosa realizada por Pero Coelho de Sousa. Conforme Galanti (1912), Pero Coelho ainda não regressara de sua viagem, quando os jesuítas partiram a pedido do governador geral do Brasil.

Em 02 de fevereiro de 1607 os religiosos entram no Ceará, na foz do Rio Jaguaribe, na altura de onde se situa hoje o município de Aracati, e, após meses de árdua viagem, alcançaram a Serra da Ibiapaba, ao norte do estado, na zona limítrofe com o atual estado do Piauí. Além dos padres, compunha-se a expedição de cerca de 60 nativos que eram devolvidos ao seio das florestas.

Após uma longa e sofrida viagem, narrada com detalhes, os viandantes chegam à Ibiapaba e, por motivos alheios à vontade, o projeto de chegar ao Maranhão fracassou.

O documento foi escrito após o retorno de Luiz Figueira. Como vemos, seu autor é um padre que detinha ricos conhecimentos da língua latina e da língua portuguesa e, posteriormente, especialista em língua tupi, tendo escrito uma gramática dessa língua. Portanto, é um texto de alto valor linguístico, sobretudo por seguir uma norma culta vigente à época. As possíveis conclusões a despeito da ortogra-

fia empregada revelam uma marca do sistema em vigor, não obstante às oscilações e às contradições típicas dessa fase da língua ainda incipiente, que traz consigo em sua gênese a liberdade de não obedecer a cânones preestabelecidos, pelos menos tão rigorosos.

2. Os tipos de ortografia da língua portuguesa

Os compêndios de gramática histórica abordam a temática da ortografia portuguesa apresentando suas etapas de estabelecimento e seu predomínio. As duas primeiras etapas são marcadas, mais ou menos, pela arbitrariedade e pelo gosto pessoal dos escribas, até se constituir, por meio de acordo convencional aprovado por lei, na fixação de normas que passaram a reger o modo de grafar do idioma português. Apesar das reformas submetidas, o nosso vernáculo se estabeleceu quanto à ortografia em princípios do século XX.

Nunes (1989) classifica a história da ortografia portuguesa em dois períodos: o fonético e o pseudoetimológico.

O período fonético começa nos primórdios da formação da língua e se estende até o século XVI, coincidindo com o seu período arcaico. Nesta etapa da ortografia, sobressaem-se os sons representados por meios de letras que elas realmente representam.

Segundo Pereira (1932), o sistema fonético consiste em escrever como se pronuncia, fazendo com que a palavra escrita seja imagem da palavra falada. Contudo, como há uma grande variação na maneira de falar de cada indivíduo, como poderia se ter uma uniformidade na ortografia já que esta pretende representar os sons da fala? O resultado é um sincretismo na escrita como se refere o autor:

Este systema, tão preconizado pelos phoneticistas, não offerece, contudo, base uniforme para uma reforma orthographica, vista a grande variedade da pronuncia, de região para região e de século para século. Sendo nelle a palavra escripta a imagem exacta da palavra fallada, a mudança constante da pronuncia determinaria a constante mudança de sua representação. (PEREIRA, 1932, p. 102).

Para Teyssier (1997), este sistema apesar das incoerências e imprecisões parece mais regular e fonético do que aquele que o substituiu posteriormente.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Embora o sistema fonético refletisse maior coerência e fidelidade ao representar os grafemas conforme sua identidade sonora, percebe-se que há muito de arbitrário nele, pois há várias formas de grafemas para um mesmo fonema, o que revela a vontade de cada escrevente. Informa Nunes (1989:193) que “também os mesmos sons eram representados por caracteres diferentes se tratasse de vogais, quer de consoantes”. Assim, por exemplo, o fonema vocálico /i/ era representado por vários grafemas sem nenhuma norma de escolha: ora pela letra *i*, ora pelas letras *y*, *j* e *h*, sendo que esta última ocorrência se dava quando semivogal.

Temos os registros seguintes: *mais*, *assi*, *assy*, *fruyto*, *mjnas*, *sabham*. Podemos ver, portanto, que não há critério de uso de uma letra por outra; as letras *i* e *y* podem ser empregadas no início, no meio e no final de palavras; o *j* substitui o *i* sem nenhuma razão fonética, talvez por não haver ainda estabilidade daquela letra no alfabeto já que ela não existia na língua latina, sendo introduzida só posteriormente nas línguas românicas. O caso do *h* em substituição a semivogal *i* é uma verdadeira incoerência do sistema, já que tal letra não representa som algum, como também não há razão etimológica.

Com base em alguns autores como Nunes (1989), Coutinho (1976), Williams (1961), Melo (1975) e Huber (s.d.), sintetizamos e apresentamos as características da ortografia do período fonético de nossa língua.

As vogais se apresentam de forma dobrada para indicar, às vezes, segundo Huber (s.d.), a pronúncia aberta, como segue:

aa = a ataa > atá > até ²
ee = e quaaes > quaaes > quaes > quais
ii, ij, ji = i imijgo ou iimigo > imigo > inimigo
oo = o dooe > doe
uu = u

Coutinho (1976) acrescenta que as vogais dobradas ocorrem por queda da consoante sonora medial latina na mudança para o por-

² Leia os sinais que aparecem neste texto: (=) igual: *aa* igual a *a*; (>) passa a ou para: *atá* passa para *até*, (-) varia ou variando para: *a* varia para *e*, *o* varia para *u*; (Ø) vazio ou ausência: *aver* ausência do *h*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tuguês, ademais para indicar ainda a vogal tônica.

aa = a mala > maa > má
ee = e sedere > seer > ser
oo = o colore > coor > cor
uu = u nudu > nuu > nu

As vogais nasais poderiam ser representadas por um *m*, *n*, til (~) que segundo Huber é o emprego mais vulgar *ã*, *õ*, *ũ* *irmã*, *cã*, *fã*, *bã*, *ũ*, *ũ*; e ainda por dois acentos (´): *omrra*, *omde*, *canbho*, *senpre*, *máãos*, *oméés*.

No tocante ao emprego das consoantes, há também muitas variações e confusões. Não muito raro há substituições, emprego duplo, acréscimo e/ou ausência delas, conforme se segue.

A letra *b* era substituída pela letra *v* em: *aber* = *haver*, nota-se a ausência do grafema *h* na primeira ocorrência. Diz Huber que o *b* entre vogais era pronunciado com o som de *v*. O *b* tem ainda o valor de *bh* = *bi sabham* = *sabiam*.

A letra *c* com valor fricativo *ç* aparece empregada antes de *e* e *i*: *çeo*, *graçia* antes de *o* e *u*: *particon* = *partiçon*, *cunucuda* = *cunuçuda*, *ç=z*: *donçela* = *donzela*. Era também substituída por *qu*: *cinquo*, *acerqua*, *vaqua*. Em outros casos substituída *qu*: *pecena* = *pequena*.

A letra *f* muito frequentemente tinha uso dobrado no início e no interior da palavra: *ffé*, *fficar*, *deffendeu*.

A letra *g* com o valor velar /g/ aparece antes de *e* e *i*: *apouge* = *apougue*, *Agiar* = *Aguiar*, *alg* = *algu* = *alguém*. Antes de *e* e *i*: *oge*=*oje*, antes de *a*, *o*, *u*: *sega* = *seja*, *ango* = *anjo*, *Gurge* = *Gurje*; *gi* antes de *a*, *o* = *j agia* = *aja*, *segia* = *seja*; *gu* antes de *e*, *i*, *a*, *o*: *guiar*, *Guabriel*. Usava-se também o digrama *gu*: *limguoa*, *augua*.

A letra *h* aparece no início de palavras como marca etimológica: *hom es*. É omitido em palavras em que deveria constar: *aver*, *omildade*; ocorre o contrário em palavras que não deveria: *huum*, *hã*, *hã*, *hi*; era empregado por analogia a outras palavras latinas: *hordenar*; indica vogal aberta em: *he*, *hi*, *hir*, separa as vogais em hiatos no meio das palavras: *cahir*, *sahir*; representa a semivogal *i* a nasal *h* *sabhã* = *sabiam*, *camho* = *cam h* = *caminho*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A letra *j* indicava-se por *g* antes de *a* e *o*: *mangar* = *manjar*; *aleijom* = *aleijom* = *aleijão*; por *j* escrito *i* ou *y*: *aya* = *haja*, *suyo* = *sujo*, ou *e* = *hoje*; por *gi* *agia* = *haja*.

A letra *l* aparece dobrada no início de palavras: *llãa*, no final e antes de consoantes: *mortall*, *maldade*, *castello*, *ella*; entre vogais representava o fonema / *l* = *lh*.

O fonema palatal lateral / *l* = *lh* e o palatal nasal / *ɲ* = *nh* foram representados por *li* e *ni*, somente *l* ou *ll* e *n*: *filia*, *molier*, *tenio*, *conocença*; depois *lh* e *nh*.

A letra *m* seguida de consoante nasalava a vogal anterior; era empregada antes de alveolar ou dental: *emsinar*, *homrrada*; era dobrada quando precedida de vogal nasal: *emmendar*, *commungar*.

A letra *n* era usada antes de *p* e *b* e nasalava a vogal anterior: *linpo*, *anbos*; *n* = *nh*: *vena* = *venha*, *seno* = *senhor*; *nn* = *nh*: *venna* = *venha*, *aranna* = *aranha*.

A letra *p* aparece entre vogais nasais sem valor fonético: *dãpno*, *sol pnemente* = *solenemente*. Há inserção do *p* em formas do verbo *escrever*: *escrepver*. Segundo Williams (1961) esta inserção do *p* denominado de intruso é para preservar o som de ambas as vogais.

A letra *q* ocorre antes de *e* e *i*, e o grupo *qu* antes de *a* e *o* com o valor de *c*: *quada* = *cada*, *riquo* = *rico*, *cinquo* = *cinco*, *Francisquo* = *Francisco*, o *qu* também equivale a *q* simples: *aqela* = *aquela*.

A letra *r* dobrada aparece no início de palavra e, às vezes, ocorre *r* simples no meio da palavra por *r* dobrado: *rrainha*, *rrogo* = *rogo*, *tera* = *terra*, *recore* = *recorre*, *barete* = *barrete*. Ocorre também antes e depois de *l* e de *n*, depois de *s*: *Carrlos*, *honrra*.

A letra *s* ocorre como substituta da letra *c* ou *ç*: *sima* = *cima*, *composisam* = *composição*; aparece no início sem prótese da vogal de apoio no grupo consonantal impróprio *st*: *stado*, *scrito*, *star*. Às vezes, quando simples era empregado com valor duplo: *posso* = *posso*, e vice-versa: *cassado* = *casado*, *messa* = *mesa*; no meio de palavras era representado simples ou dobrado: *servisse*, *misa*, *coussas*; quando tinha o som de *z* era duplo no início e meio de palavras: *leprossso*, *ssabede*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A letra *v* no início e meio de palavra passa a ser substituída por *u*: *teue*, *uez*, *uoz*, *uida*. O *v* foi introduzido em nosso alfabeto tardiamente já que não constava no latim.

A letra *x* representava muitas vezes os dois *ss*: *dixe*=*disse*, no fim de palavras tinha o valor de *is*: *sex*=*seis*.

A letra *z* podia ser empregada no início e no meio de palavras em lugar de *ç*: *zapateiro*=*çapateiro* =*sapateiro*, *lanzar* = *lançar*.

O período pseudoetimológico, conforme Nunes (1989) estende-se do século XVII em diante. Esse segundo período vem a lume com o Renascimento e a volta da cultura clássica greco-latina que influenciou os espíritos a adotarem a grafia supostamente etimológica de cuja origem seria o étimo daquelas línguas.

Com o Renascimento, a admiração que já existia pelo latim, redobrou, subjugando os espíritos por forma tal, que a sua ortografia tornou-se o modelo da nossa, que foi em grande parte posta de lado, em prejuízo da língua, da qual muitos sons deixaram de ser representados consoantes a sua pronúncia secular. (NUNES, 1989, p. 195-196).

Com a adoção da ortografia de base no grego e no latim, houve bastantes variações na escrita, surgindo formas estranhas de registrar as palavras como as ocorrências de *ch*, *ph*, *th* e *rh*, ampliando-se também o uso de consoantes dobradas. Se na gênese da história da língua o sistema era arbitrário, chegando a ser caótico com base no som que levaria à abundância de formas gráficas de uma só palavra, agora a uniformidade se distancia cada vez mais, pois cada usuário que utiliza a escrita o faz a seu modo próprio para demonstrar conhecimento da língua clássica.

O período simplificado ou reformado tem início em 1904, quando aparece a obra *Ortografia Nacional* de Gonçalves Viana, que simplificou o sistema gráfico da língua, pondo fim aos arbítrios cometidos anteriormente. Gonçalves Viana elaborou e apresentou em 1904, os seguintes princípios que serviram como base da reforma.

1. proscricção absoluta e incondicional de todos os símbolos de etimologia grega: *th*, *ph*, *ch*(=*k*), *rh*, e *y*.
2. redução das consoantes dobradas a singelas, com exceção de *rr* e *ss* mediais, que têm valores peculiares.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

3. eliminação de consoantes nulas, quando não influem na pronúncia da vogal que as preceder.
4. regularização da acentuação gráfica. (GONÇALVES VIANA, *apud* MELO, 1975, p. 235).

Uma comissão foi formada, constituída por ilustres filólogos para debater a proposta e, enfim, foi aprovada em 1911 em Portugal, tornando-se lei do Governo português e tornada obrigatória para todos os domínios daquele país.

No Brasil, arvorou-se a ideia de simplificação da grafia em 1907 por conta da Academia Brasileira de Letras, porém dadas as falhas no projeto, foi necessário uma adaptação em 1912, tornando mais harmônico e racional o sistema gráfico.

Em 1915, foi aceita uma proposta de harmonizar com a reforma de 1911 de Portugal. Em 1919 foi revogada a decisão até se concretizar um estudo mais amadurecido sobre a questão. Em 1929 a Academia reinstala o sistema simplificado de 1907.

Em 1931, firmou-se acordo entre Academia Brasileira de Letras e Academia das Ciências de Portugal. Conforme Melo (1975, p. 237) “acordo cheio de defeitos de ordem técnica e deficiente, mas enfim aceitável, porque era fundado no sistema de Gonçalves Viana e, de modo geral, se conformava à pronúncia dos dois grandes povos de língua portuguesa”.

O problema da ortografia não é dos mais importantes da língua, os estudos de linguística moderna pouca importância têm dado a ele, contudo, não deixa de ser tão complexo quanto a outros, pois a falta de uniformidade na escrita atrapalha o bom convívio de uma nação e, principalmente, entre nações que usam a mesma língua em todos os seus registros para diversos fins quer literários quer oficiais e diplomáticos.

A unificação gráfica do mundo lusófono ainda não ocorreu de fato definitivamente. Estamos vivendo atualmente um momento de adaptação de mais um acordo ortográfico assinado entre as nações de língua portuguesa, que visa o fortalecimento de nosso idioma diante da comunidade internacional, como também desfazer alguns entraves referentes à acentuação gráfica que ainda perturba os usuários da es-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

crita, principalmente, os neófitos na prática de escrever.

Trata-se do projeto de texto de ortografia unificada da língua portuguesa aprovado em Lisboa, em 12 de outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras e delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com a adesão da delegação de observadores da Galiza. Em 2004 houve a adesão de Timor Leste.

Em maio de 2008, em uma entrevista à Lusa (Agência de Notícias de Portugal, S. A.) disponível no portal notícia sapo,⁴ o ministro da Cultura de Portugal José António Pinto Ribeiro mostrou-se confiante na implementação do novo Acordo e salientou a necessidade de unificação da grafia como essencial à internacionalização da língua portuguesa.

Não é possível termos uma política de afirmação e universalidade da língua portuguesa na OUA (Organização de Unidade Africana), na SADC (Comunidade para o desenvolvimento da África Austral), na União Europeia, nas Nações Unidas, no Mercosul (Mercado Comum da América do Sul), ou na organização Ibero-Americana, sem haver uma forma unitária de escrever os documentos. (Agência de Notícias de Portugal S.A - LUSA, 15 de maio de 2008).

O novo acordo entrou em vigor no Brasil no início de 2009 após ter passado por um longo período de discussão desde 1986, quando foi feita a tentativa de uniformização. Em Portugal as mudanças irão valer dentro de seis anos, conforme informação da *Folha online*.⁵

O Parlamento de Portugal aprovou nesta sexta-feira o seu segundo protocolo modificativo do acordo ortográfico que pretende uniformizar a língua portuguesa. O protocolo determina que o acordo irá entrar em vigor daqui a seis anos e abre espaço para a entrada do Timor Leste - que ainda não era Estado soberano quando o acordo foi criado, nos anos 90. O acordo vigora desde que foi ratificado por Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Foi só em março passado que o conselho de ministros de Portugal também assinou o acordo e, agora, o país discute como implantar as mudanças. No Brasil, o acordo foi assinado em 1995, e o governo vinha atrasando as mudanças devido à hesitação de Portugal em assiná-lo. Para 2009, no entanto, o MEC (Ministério da Educação) já de-

⁴ Disponível em: <<http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/d2f2797478448160c1e11c.html>>.

⁵ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u321371.shtml>>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cidu modificar a linguagem dos livros didáticos. (*Folha Online*. 16/05/2008 - 11h35).

Com a ratificação de Portugal em maio de 2008 do novo acordo ortográfico, vieram as reações do povo português se manifestando contra, contudo, o que importa é que a língua continua para todos os seus usuários como uma herança coletiva de um povo e não uma propriedade privada de alguns. Saber se serão, de fato, implementadas as mudanças na escrita, é esperar para ver.

3. Descrição e análise dos dados do corpus

Apresentamos, de forma sistematizada nas tabelas abaixo, as ocorrências encontradas no *corpus* que as organizamos em grupos: Grupo 1. das vogais orais, Grupo 2. das vogais nasais, Grupo 3. das consoantes simples, Grupo 4. das consoantes dobradas ou geminadas, Grupo 5. das variações gráficas de uma mesma palavra e Grupo 6. Ocorrências da escrita pseudoetimológica.

O quadro seguinte representa o uso das vogais orais. Algumas variações ocorridas são coerentes com o sistema. Segundo Mattos e Silva (1984), a variação de vogais não acentuadas é muito frequente no período arcaico. Em nosso *corpus* encontramos apenas uma mudança do *a* para *e* em sílaba inicial não acentuada em *razão*>*rezão*. Esse fenômeno não poderia deixar de ter motivação fonética já que se trata da grafia fonética. Vale dizer que é uma forma bastante usada ainda hoje, no Brasil, na oralidade de pessoas pouco escolarizadas.

Grupo 1: As vogais orais

Letra	Ocorrência
a~e	rezaõ
e~ee	fé, fee
ee~e	reprende
e~o	pollas = (pelas), fosso =(fosse)
e~a	salvagens =(selvagens) salvajes, salvages
e~i	quasi, milho
i~i	assi.
i~y	assy, cheyos, my, yr, respõdy, Ybiapaba ouvyo, yda, yndio, acertei, a- quy, pay, mãdey, deyxemos, recitey, saudey, ty, ynjurias, cuydando, moydos, sy, enterrey, ygreja, party, gastei, mandey, foy, co- brey, entrey, fingly, animey, sey, vigiey, lavey, persuady, infynidade, foy, cuydando, muy, yrmos, aquy, daqy, cheyos, tapuyas, destruydo, destru- yrião, meynos.
i~e	canaveais, animaes, naturaes, quaes, emformar, desposto, emformou, emquerido, emformãdoos, principaes, empedido, meudezas, emquerindo, creador, pae.
i~u	noutes, doudos, doudo, dous, cousas, couce, fouce=(foice)
o~e	Bellotas (bolotas), fermosa, amedrentar, preposito
u~o~u	nao (nau), perdeo, prometeo, respondeo, recebeo, fogaão, fogindo, logar, goardãdo, revolveo, meteo, prendeo, fogia, amanheceo, agardeceo, pario, venceo, saho, Deos, vio, potigoara, socedera, apazigoar, pao =(pau), roins, goardou, chapeo, apazigoado, mingoas, sospeitas, lingoa, particular, jagoaribe, fogido, monição, molhe- res, agoa, graos, céo, choveo, constrãjeo, mordeo, sobir, respõdeo, des- pedio, seos, algu, particular, agoa, graos=(graus), cuberto, mingaos

Registramos uma ocorrência da vogal *e* dobrada por queda da consoante vozeada medial latina em *fedes* > *fee* > fé. Já em *reprende* ocorre a queda da vogal *e* desfazendo-se o hiato preferindo-se a vogal simples. Apesar de encontrarmos apenas uma ocorrência para cada caso, mantivemos os registros porque mostra o uso da escrita nesta fase da língua marcada pela variação. A vogal *i* apresenta variações para *y* no início, meio e fim de palavras; também é representada por *e* e por *u*: *creador*, *noutes*; não houve ocorrências de *h* e *j* como semivogais. A vogal *o* é empregada por *e* em *belota* por *bolota*, para citar um exemplo. Por fim a vogal *u* varia para *o* com bastante frequência: *Deos*, *céo*; ao mesmo tempo em que *o* passa a *u* em *cuberto* e *algu*.

Letra	Ocorrência
am, an~ã	Frãcezes, semelhões, grãdesa, matãdo, grãde, lãção, tãbem, mãdamos, levãdo, brãcos, alcãçar, diãte, ãdava, descãsaros, aparelhãdonos, levãtãsemos, declãrado, bastãtamente, quãdo, altãdo, caminhãdo, dãtes, grãdes, tãto, constrãgeio, lãçar, emquãto, mãdioca, mãdou, tãtas, mãcebo, grãdioso, significãdonos, agazalhãdonos, assignãlãdo, mãdado, quãta, dãçar, confiãça, ãdão, esperãças, effectuãdose, ajuntãdonos, frãdes, levãtãdo, mostrãdo, prãtear, tãto, estãdo, tomãdo, cãtar, cãtavã, grãtãdo, diãte, rematãdo, tã, reservãdo, tardãça, sãta, brãdãdome, importãcia, entretãto, goardãdo, arrogãcia mãda, dissmulãdo, tornãdo, convidãdo, levãtãdo, mãtimento, lãça, mãdei.
an ~en ã~m	Menhã Manhã, Menham.
om, on~õ	cõ, cõprido, cõservão, encõtrão, cõfederãção, cõsigo, cõtãrão, cõvalecerem, cõ o =(como), mõtes, cõfessado, cõtĩnuar, apõtãr, cõsolãvam, bõ, cõtãrei, respõdeo, cõfiança, cõtãrios, cõnosco, cõprimentos, aõde, cõsigo, cõforme, cõfião, cõtãrão, respõderão, cõtãra, cõtentar, cõferindo, descõfiãdo, cõfessa, cõtudo, põtã, acõdecender, cõpanheiro, cõduta, cõvideio, respõdy, cõvidãva, trõba, cõtentes, cõprida, cõsolei, adõde, escõdido, emcõtã.
o~n	chan
um, un~ũ	algua, algus, nenhua, hua, hu, huas, hus,

Grupo 2. As vogais nasais

As vogais nasais apresentam um quadro estável e coerente com o uso. Convém fazermos somente duas observações. Primeira, o emprego do til pelas letras *m* e *n* só ocorreu com muita recorrência diante das vogais *a* e *o*, diante do *u* houve poucos registros. Perante as vogais *e* e *i* não encontramos nenhuma ocorrência. A segunda observação é que nunca acontece mais de uma vez a substituição das letras *m* e *n* por til em uma mesma palavra em que há presença da nasal.

Letras	Ocorrências
c~qu ç~ss	cinquõ, acerquã, branquõs =(brancos). rossã=(roça) cassão=(caçam), comessa, cassãr=(caçar), chossa, comessãdas
c~cc	sucesso, ocasiões, ocupãdo.
g~j~g gu~go	Salvãjes, salvãges, salvãgens Jagõaribe, apãzigoãdo, agoã, lingõã
h	(inicial): hua, hião, hu, huas, hus, hido, hirmos, hirãmos, honze, hida, hião, hia, hir. (separãdo ditõngo): dahi, dohia, sahia. (com vogãl abertã): he. (ausẽncia do h): aver, avia, avãmos, oje.
j~g	Logeãs=(lojã), igreginhã, magestãde

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

j~y	Yesu
l~r l~ll	frâdes, prantar, pera=(pela), frecha, frechadas, pranteassem. Capella, aaquella, aquellos, elles, camello, ellas, dellas, pella, aballarão, nella, pollas, collegios, delles, aquelle, cebollinhas, pelle, pollo, relliquias, estrellas, aquillo, chupallo, capella, colloquio, bellotas, falla, cabelo, goncallo, pallavras.
m~mm	Commercio
n~m	confessavão, confessar, emformar, Ascemsão, emfim, comsigo, emnovelavarem, emtristeci emgano, emsinarem, emsinassemos, conformes, emgolir, emquanto, triumpho.
qu=qu qu~c qu~q	Qualidade calidade, encantidade, pecenas =(pequenas). peqnos.
s~c s~ss sc~c	certão. menssageiros nacer, nace, acrecentãdo mez, francezes, tizouras, emprezas, mezes, auzentei, puzessemos, quizezemos
z~s	certesa, trasiamos, cosidos(cozidos), rosasinha, almasonas, tristesa, apasigoado, fraquesa, avesinhas, presentesinho, matosinho, roupasinha, frutasinha

Grupo 3. As consoantes

Quanto ao emprego das consoantes não temos muitos a destacar, pois está de acordo com a descrição apresentada pelas gramáticas históricas. Apresentam-se estáveis e coerentes à norma, inclusive pelo uso de variações.

Letras	Ocorrências
cc	sucesso, ocasiões, ocupado.
ff	affirmo, effeito, difficular, affastava, difficuldade, difficultosa, offereceu, offerecião, deffendeu, effectuãdose, efficacia, effeitur, affamadas, effectuãdose.
ll	aaquella, aquellos, elles, camello, ellas, dellas, pella, aballarão, nella, pollas, collegios, delles, aquelle, cebollinhas, pelle, , pollo, relliquias, estrellas, aquillo, chupallo, capella, colloquio, bellotas, falla, cabelo, goncallo, pallavras.
mm	commungar, immediatamente, immortais, commercio.
nn	innumeraveis, annos.
pp	apparelhavamos.
rr	Irronia
ss	assaber, cassão= (caçam)mosso, rossa, cassa, brasso, comessou, comessadas, cabessa, pedasso, cressem, comessa, menssageiros, cassar
tt	permite, settembro.

Grupo 4. Consoantes dobradas ou geminadas

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

As consoantes dobradas ou geminadas acompanham a história da língua. Em princípio, quase todas eram usadas assim como se observa no quadro demonstrativo. No período etimológico continuam com mais abundância. Somente com a proposta de Gonçalves Viana oficializada em 1911, em Portugal, sobreviveram apenas os *rr* e *ss* mediais. No estado atual da língua é muito comum o emprego de consoantes geminadas em antropônimos sem valor fonético, mas por livre vontade de quem registra seus filhos nos cartórios com o intuito de embelezar, diferenciar ou dificultar a grafia de tais nomes como ocorre em Kelly, Dianny, Emanuelle, Brenna e muitos outros.

Ocorrências	
certão~sertão~certões	mãcebo~mancebo
amazonas~Almazonas~almasonas	tapuyas~tapuias
jagoaribe~Jaguaribe	salvages~salvajes~salvagens
cosigo~cõsigo~comsigo	quaes~quais
cõ~co	câtavaõ~cantar
menhã~menham~manhã~manham	fogião~fugia
frãcezes~francezes	fee~fe
Ibiapaba~Ybiapaba	hir~yr~ir
assi ~assy	Deos~Deus~D ^s
pella~pollas	seos~seus
pello~pollos	yndio~índio
tambem~tâbem	ygreja~igreja
céo~ceo	enterrey~enterrei
hirnos~irmos	aparelhando~aparelhando
sobir~subir	noute~noite
fraqueza~fraquesa	pae~pay
aõde~aonde	imigo~inimigo
grãde~grande	brãco~brancoas
seos~seus	rossa~roça
hido~ido~yda	aviamos~haviamos
milhor~melhor	cabasso~cabaços
cõ nosco~comnosco~cõnosco	tâbem~tambem
mandioca~mãdioca~mãdioca	qualidade~calidde
roça ~rossa	reliquias~relliquias
brancos~brãcos~braquos, branquos	assinalou~assinalou
	captivos~cativos

Grupo 5. Variações gráficas da mesma palavra

O quadro acima representa as formas gráficas variantes de uma mesma palavra. Por um lado vemos a riqueza de expressão, a liberdade linguística por não haver ainda nenhuma lei para regulamentar e impor uma norma fixa. Por outro, a falta de uniformidade e o aspecto arbitrário no uso da língua, apesar da coerência, por tratar-se

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de grafia consoante ao som natural da língua. Essa prática, contudo, não deixa de gerar várias complicações no entendimento da leitura dos textos escritos.

Letras	Ocorrências
ct	octava
gn	assignalou
pc	Assumpção
pt	captivasse, captivos, baprisamos, baprismo, baprisariamos
sc	sciencia

Grupo 6: Ocorrências da escrita pseudoetimológica.

Em relação aos fatos que representam dados da ortografia pseudoetimológica, foram pouquíssimos os casos encontrados em nosso *corpus*, o que confirma a predominância da escrita fonética. Vejamos os grupos consonantais que aparecem timidamente.

Podemos observar que o uso de grupos consonânticos de origem latina ou grega é insignificante, não caracterizando um sistema ortográfico híbrido, tão somente o predomino da escrita fonética.

4. Considerações finais

O texto que nos serviu de *corpus* para análise mostrou-se bastante coerente quanto ao objeto analisado, uma vez que houve predominância da ortografia fonética do princípio ao fim. Foram insignificantes os registros de escrita pseudoetimológica, o que em tese deveria ocorrer com mais frequência por dois motivos: o primeiro refere-se ao tempo, cronologicamente o documento foi escrito no princípio do século XVII, quando já reinava a influência renascentista e a escrita pseudoetimológica, há um século, influenciava os escribas. O segundo motivo recai sobre a autoria do texto, um padre jesuíta, homem de profundos conhecimentos da língua latina e da cultura clássica como um todo, não fez uso de uma grafia rebuscada com base no étimo, como era comum aos coetâneos, preferiu a forma arcaica da língua. Sabemos que ele era um sacerdote abnegado e de hábitos muitos simples no trato com os nativos, será que o caráter do autor se refletiu no uso da língua?

Em todo o texto há uma alta frequência do emprego do til para representar as nasais, sendo um dos casos mais vulgares como diz

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Huber. Vale ressaltar que apenas as vogais nasais *a* e *o* são representadas com o til sobreposto com bastante recorrência. Diante da vogal *u* há pouco uso; perante as vogais *e* e *i*, foi nula a ocorrência, conforme se observa no quadro 02 acima.

O uso de consoantes dobradas é recorrente, principalmente aquelas típicas como *ll*, *ff* e *ss*. Outras aparecem em menor quantidade como *mm*, *nn*, *tt*, *pp* que não são muito características do período. Os casos mais salientes são os registros das formas variantes de um mesmo vocábulo, como expressados no quadro 05. Ora a palavra é grafada na escrita moderna ora na forma fonética, revelando até 04 registros do mesmo vocábulo. Expressa essa prática a coerência do sistema ou um livre arbítrio dos usuários da escrita?

Em toda a história da língua portuguesa houve dificuldade de unificação da grafia que ainda se estende até nossos dias. No princípio eram apenas os lusitanos a fazer uso da escrita, mais tarde, os brasileiros criaram seu modo próprio deixando suas marcas na ortografia. Mesmo com os acordos e as leis oficiais dos governos de Brasil e Portugal, diferenças e resistências a elas sempre existiram. Hoje são oito nações, oito povos que querem identidade, porém, unidade é preciso para o fortalecimento de todos. Mais um acordo é assinado em 2008 com o intuito de manter a coesão dos povos e da língua como instrumento de interação entre si e as demais nações do mundo.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

FOLHA ON LINE. *Brasil se prepara para reforma ortográfica*. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u321371.shtm>>. Acesso em: 15 maio 2008.

FIGUEIRA, Pe. Luís, *In*: STUDART, Guilherme. A relação do Maranhão, 1608, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Cláudio Aquaviva. *Revista do Instituto do Ceará*. 1887, tomo I, p. 97-138. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br>> Acesso em 20

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mar. 2008.

GALLANTI, Rafael. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Duprat & Cia., tomo I, 1911.

GONÇALVES VIANA. A. R. *Ortografia nacional*. Lisboa, 1904.

HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [s.d.].

LUSA (Agência de Notícias Portugal, S.A.). Acordo Ortográfico: Uniformização da grafia é “essencial” à internacionalização da Língua Portuguesa – ministro da Cultura. Disponível em: <<http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/d2f2797478448160c1e11c.html>> Acesso em 15 maio 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: Elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1984.

MELO, Gladstone Chaves. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1975.

NUNES, Joaquim José. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 9ª. Lisboa: Clássica, 1989.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática histórica*. 7. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1932.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português*. Trad. Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

BREVE HISTÓRICO DA PENÍNSULA IBÉRICA

Nilsa Areán-García (FFLCH USP)
nilsa_577@yahoo.de

RESUMO

Este trabalho explora a história da Península Ibérica como fator extralinguístico na formação do galego e português desde a conquista pelo Império Romano até a formação do Reino de Portugal e do final do processo de Reconquista da Península pelos cristãos.

Palavras-chave: Línguas ibéricas.
Origens do galego-português. História social do galego-português

Sabe-se que tanto o galego antigo como o castelhano e as demais línguas históricas e porventura faladas na Península Ibérica foram muito importantes na formação do português e do galego atuais, sob diferentes e variados aspectos, tais como: o léxico, a fonética, as estruturas sintáticas, morfológicas e semânticas etc.

O galego, o português, o castelhano, como também a maioria das línguas da região, exceção feita ao basco, originaram-se do processo de romanização da Península aliado ao substrato indo-europeu característico de cada localidade e ainda somado aos superstratos germânicos e aos adstratos vizinhos.

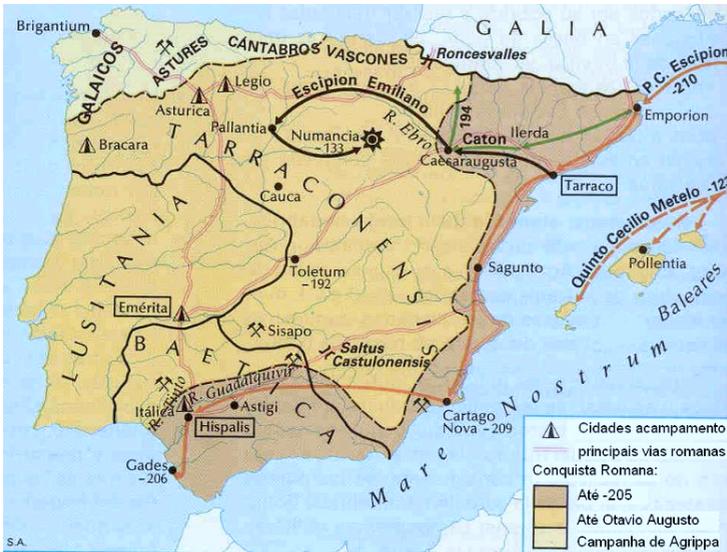
De acordo com o Mapa 1, podem ser notados os diferentes povos que habitaram a Península Ibérica antes da colonização do Império Romano e que devem ter contribuído decididamente com o substrato local na origem do processo de formação das línguas atuais. Por exemplo, nota-se que a região que foi o berço do galego-português era, no período pré-romano, ocupada pelos povos galaicos e lusitanos que ali deixaram um substrato característico de seus falares como herança linguística.



Mapa 1: Povos pré-romanos³

No ano de 210 a. C., iniciou-se a colonização da Península Ibérica como empreendimento da expansão do Império Romano, que inicialmente, conforme o Mapa 2, nota-se que se deteve no litoral mediterrâneo principalmente visando a estabelecer o domínio de cidades de colonização grega e fenícia. Posteriormente, de 197 a 133 a. C., durante o Império de Augusto, houve uma grande investida em direção ao interior da Península com sua quase total incorporação ao Império, ficando apenas o extremo norte povoado pelos bascos e cântabros, e extremo noroeste, povoado pelos galaicos à margem imperial. Segundo Bassetto (2001, p. 102), somente em 19 d.C. os povos do norte e noroeste foram romanizados, ainda que Estrabão, em sua Geografia (29 a. C.), afirme que estes povos caracterizavam-se pela “brutalidade e selvageria”.

³ Adaptação do texto disponível em:
<http://www.sabuco.com/historia/images/Pueblos_prerromanos.jpg>.

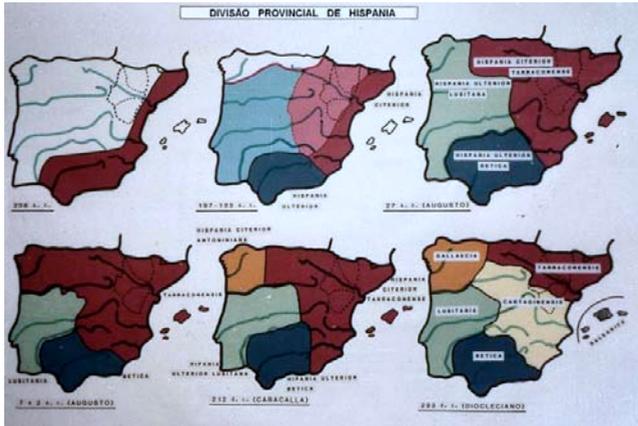


Durante o processo de romanização, foram introduzidos vários elementos socioculturais desconhecidos pelos povos autóctones, tais como: o direito romano; a língua latina (processo de latinização); a organização militar, civil e política; que foram assimilados pelos povos autóctones da Península conforme a estratégia de colonização aplicada a cada localidade, visando à manutenção e integridade do Império.

Como reflexo dessa romanização, nota-se no Mapa 3, que na evolução da divisão política, a região dos povos galaicos foi a de último interesse para o Império Romano. No ano 287, a *Gallaecia*, província do Império de Dioclesiano, foi descrita por geógrafos e historiadores como os territórios compreendidos desde o Mar Cantábrico até o rio Douro e, desde *Finisterris* até a Cantábria. Suas principais cidades eram *Brigantium*, atual cidade de A Corunha; *Lucus*

⁴ Adaptação do mapa disponível em: <http://www.sabuco.com/historia/images/Fases_colonizaci3n.jpg>.

Augusti, atual cidade de Lugo; *Braccara Augusta*, atual cidade de Braga e *Portucale*, atual cidade do Porto.



Mapa 3: Divisão da Península Ibérica, durante o Império Romano⁵

Segundo Monteagudo (1999, p. 62), os fatores fundamentais que contribuíram para a latinização da região noroeste da península foram: a reorganização político administrativa com a demarcação do território, que afetou principalmente as elites locais; o exército romano, que afetou diretamente os falares das classes mais baixas; a política de concessão de direitos e de cidadania romana; a criação e o crescimento das cidades; a exploração mineira; a escola de Braga; a rede viária que facilitou a mobilidade territorial e possibilitou a integração da *Gallaecia* ao resto da prefeitura de *Hispania*, promovendo também a intensificação das atividades comerciais e a imigração de latinos falantes em direção à região. É interessante notar que, se por um lado, a mobilidade no território promoveu uma grande variedade linguística, por outro lado se apoiou no uso do latim como língua franca.

Segundo Monteagudo (1999, p. 56), em termos sociolinguísticos, a diglossia proveniente da latinização acabou desencadeando um processo massivo de assimilação linguística, que culminou com a

⁵ Adaptação do mapa disponível em: < <http://clio.rediris.es/n32/atlas/018.jpg>>.

extinção das línguas autóctones na parte ocidental do Império. Dessa maneira, o latim se sobrepôs às línguas locais e distintas em épocas diferentes na Península Ibérica, significando que, durante a romanização, nunca deve ter havido uma unidade linguística total na região peninsular. Também, convém notar que os distintos povos conquistados ao adotar o latim, devem ter passado a pronunciá-lo com seus próprios hábitos articulatórios e a incorporar ao seu léxico palavras autóctones, formando variedades dialetais características. Com a construção das vias romanas, foi estimulada a maior interação entre os povos, propiciando as mais variadas interferências linguísticas, além do contato permanente com Roma e suas variantes do latim. Segundo Bassetto (2001, p. 110):

A norma vulgar foi preponderante no processo de difusão e fixação do latim nas províncias, uma vez que era falada pelo exército, pelos colonos civis e militares e pelos comerciantes – que mantinham contato direto e permanente com as populações autóctones.

Assim, a *Gallaecia*, uma das últimas regiões a ser romanizada na Península, já moldava suas características, como fruto sociolinguístico, na assimilação do latim.



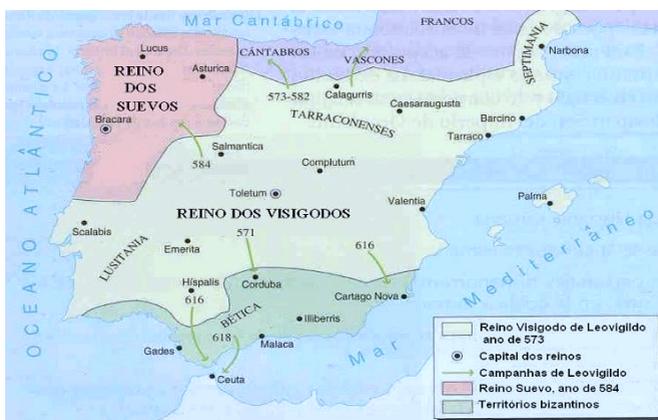
Mapa 4: Principais zonas de imigrações na Península Ibérica⁶

⁶ Adaptação do mapa disponível em: <http://www.sabuco.com/historia/images/Hispania_Bajo_Imperio.jpg>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Com o enfraquecimento do Império Romano no final do século IV, segundo Bassetto (2001, p. 140-142), começaram as grandes migrações de povos não romanos que duraram quase dois séculos. Os vândalos, povos germânicos orientais e linguisticamente ligados ao gótico, estavam divididos em: ásdingos e sílingos; que, como aliados dos suevos (povos germânicos ocidentais) e dos alanos (de origem indo-iraniana), chegaram à Península Ibérica. Os suevos e ásdingos seguiram para a região da *Gallaecia*, os alanos (povos não germânicos) para a Lusitânia, e os sílingos para a Bética. Posteriormente chegaram os visigodos à Península, originários do sul da Escandinávia, que dizimaram os sílingos na Bética e perseguiram os alanos e ásdingos, obrigando-os a se fixarem na região de Vandalusia, “terra dos vândalos” (atual Andaluzia). De acordo com Mariño Paz (1988, p. 59), os povos ásdingos (vândalos), que inicialmente se fixaram na *Gallaecia* juntamente com os suevos em 411, se deslocaram da na região entre o rio Douro e Tejo, já em 419, para o sul da Bética e, posteriormente para o norte da África, sendo perseguidos pelos visigodos da Península e pelas milícias do Império Bizantino. Assim, em 534, a região de Vandalusia foi tomada pelo Império Bizantino de acordo com o empreendimento militar de destruir o reino vândalo, conforme o ilustrado no Mapa 4.

Segundo Monteagudo (1999, p. 69), os suevos, pouco romanizados e, inicialmente, não cristãos, seriam os responsáveis por dar início ao particularismo da língua galego-portuguesa, ao se instalarem na *Gallaecia* no início do século V, em 411. A fusão dos povos galaicos-romanos e suevos, foi um processo prolongado que parece somente ter se estabilizado em 559 com a conversão destes ao catolicismo. Seu reino ocupou desde a região norte do rio Tejo e toda a província da *Gallaecia* com a capital em Braga, mas sucumbiu em 585 com as campanhas de expansão do reino visigodo de Leovigildo, que em 618 já dominava quase toda a Península Ibérica, conforme o exposto no Mapa 5.



Mapa 5: Os reinos dos povos não romanos na Península Ibérica⁷

Para Mariño Paz (1998, p. 60), o fato de a *Gallaecia* permanecer durante um século e meio, ou mesmo durante os três séculos da ocupação germânica, praticamente isolada do resto da Península, favoreceu tendências de desenvolvimento que já viriam da época romana e que naquele momento encontraram uma realidade sociopolítica que as alimentou. Entretanto, segundo Bassetto (2001, p. 142) a superposição dos visigodos aos suevos tornou difícil distinguir as influências específicas do superstrato suevo.

A formação dos reinos germânicos, segundo Wartburg (1979, p. 77-87), rompendo os limites do Império, influenciou decididamente na formação dos espaços linguísticos românicos, ao quebrar as linhas de comunicação com as diversas partes imperiais. No caso da Hispânia, os suevos e visigodos, segundo Teyssier (1987, p. 5) “tiveram um papel particularmente negativo: com eles a unidade romana rompe-se definitivamente e as forças centrífugas vão ponderar sobre as de coesão.” Não obstante, segundo Mariño Paz (1998, p. 70), o analfabetismo dos povos germânicos contrastava fortemente com a tradição romana, além disso, a cristianização destes povos e a grande importância política adquirida pela Igreja Católica entre os visigodos du-

⁷ Adaptação do mapa disponível em: <http://www.sabuco.com/historia/images/España_visigoda.jpg>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

rante os séculos VI e VII, foram os principais fatores que levaram o latim a se consolidar como língua na Península Ibérica, mesmo diante das línguas dos povos dominantes.

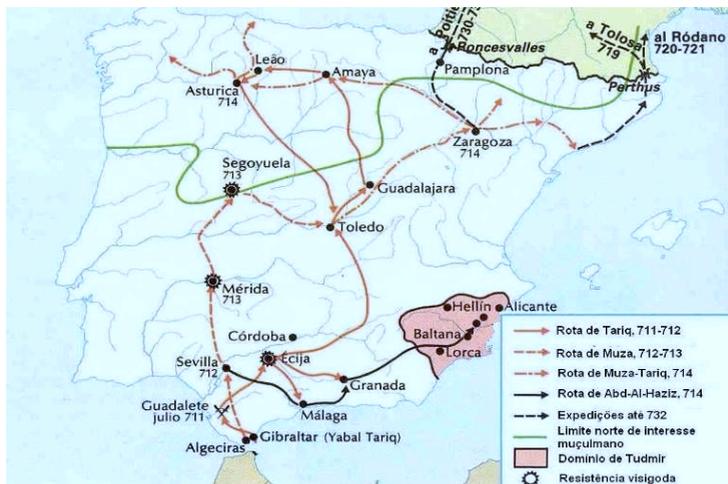
De acordo com Bassetto (2001, p. 152), no século VI, iniciou-se uma grande expansão dos domínios árabes impulsionada, principalmente pela incipiente religião Islâmica. Após a morte de Maomé, em 632, com a Guerra Santa, em dois anos a expansão, encabeçada pelo Califa Abū Bakr, estendeu-se por toda a Península Arábica. Com o Califa Omar, o Império Árabe tornou-se uma teocracia com administração militar, na qual o comandante militar era também o governador civil, chefe religioso e juiz supremo. Em 645, o Império Árabe já dominara a Síria, a Palestina, o Egito e a Líbia, e, em 698, também toda a África do Norte, conforme ilustração do Mapa 6. Dessa forma, pouco mais de cem anos foi o tempo bastante para que os árabes tivessem conseguido estender sua religião e língua bem como seu domínio político em um imenso espaço que ia desde o Oceano Índico ao Atlântico. Segundo Saraiva (1999, p. 33), os fatores que explicaram essa rapidez foram a fraqueza dos impérios vizinhos: Império Persa e Império Bizantino, as ferozes lutas religiosas que então se travavam no Oriente Próximo, entre judeus e cristãos e a situação das populações oprimidas das áreas conquistadas, que em várias regiões, como por exemplo, no Norte da África e toda Península Arábica, os acolheram como libertadores.



Mapa 6: Expansão do Império Árabe⁸

⁸ Adaptação do mapa disponível em: <http://www.sabuco.com/historia/images/La_expansion_del_Islam.jpg>.

Devido à rapidez da conquista e facilitada pelo traçado das vias romanas, em 711, a expansão do Império Árabe já se iniciava na Península Ibérica, com as conquistas de TŪġik e MŪṢŪ durante a dinastia dos Omíadas. Segundo Bassetto (2001, p. 148), no ano seguinte, TŪġik já conseguira a conquista de Toledo, e em 732, quando já conquistara quase toda a Península, foi derrotado na batalha de Poitiers pelos Francos, conforme Mapa 7.



Mapa 7: Expansão do domínio árabe na Península Ibérica⁹

De acordo com Saraiva (1999, p. 35-36), também a atitude dos povos visigodos da Península favoreceu o seu rápido domínio, pois a situação das populações perante o domínio árabe dependia da atitude que assumiam diante da nova religião: se a aceitavam, faziam parte da comunidade; se continuavam fiéis ao cristianismo, podiam manter suas propriedades, mas eram obrigadas a pagar tributos; se resistiam com armas eram aniquiladas. Portanto a resistência armada não foi o caso mais geral, afinal os tributos teriam que ser pagos quer o senhor fosse cristão, quer islâmico. Assim, segundo Bassetto (2001, p. 149), foi a religião o fator fundamental de distanciamento

⁹ Adaptação do mapa disponível em: <http://www.sabuco.com/historia/images/Conquista_musulmana.jpg>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

entre as populações árabes e românicas, concluindo-se que também foi um fator de distanciamento entre as línguas latinas e arábicas. No entanto, nesse período, a população visigoda dividiu-se em: *moçárabes*, que permaneceram cristãos, e *muladis*, que se converteram ao islamismo, mas continuaram com a língua romance.

Durante o período de conquistas, os árabes ampliaram seu conhecimento através da absorção das culturas de outros povos, levando-as adiante a cada nova conquista e espalhando-o por seus territórios. A cultura árabe caracterizou-se pela construção de palácios e mesquitas com seus jardins exuberantes. Destacam-se, nestas construções, os arabescos para ilustração e decoração, nos quais houve o emprego e a disseminação da geometria e álgebra aplicadas. A literatura também teve um grande valor, com obras até hoje conhecidas no Ocidente, tais como: *As mil e uma noites*, *As minas do rei Salomão* e *Ali Babá e os Quarenta ladrões*. Especificamente na Península Ibérica, assim como o Império Romano floresceu na Bética, também o Império Árabe floresceu ao sul da península. Sevilha foi um grande centro irradiador de sua cultura, principalmente durante o século XI e XII, ali se desenvolveram a medicina, filosofia, direito, história, astronomia, teologia e as letras, com grande destaque à poesia. Como personalidades importantes culturalmente desse período, destacam-se Averróis (1126-1198) e Maimônides (1135-1204). Ainda que a cultura árabe, com sua técnica e ciência, tenha sido muito mais refinada e, sob determinados aspectos, muito mais desenvolvida que a dos povos românicos ali instalados, é curioso notar que a língua dos dominadores não se sobrepôs à dos dominados.

É interessante notar também que a duração do domínio árabe variou muito de região para região na Península Ibérica. Nunca chegou a ser exercido nas terras mais setentrionais, pois ao norte do Rio Ebro já retornara ao domínio cristão em 809. O Porto e Braga foram conquistadas pelos cristãos em 868, Coimbra em 1064 e Lisboa em 1147. Já Sevilha, Córdoba e Faro fizeram parte do Império Árabe durante cerca de seis séculos e Granada somente deixou de fazer parte deste domínio no final do século XV. Apesar do grande legado linguístico deixado pelos árabes, principalmente no castelhano, segundo Saraiva (1999, p. 34), as variações do domínio árabe em cada região repercutiram diretamente na intensidade da influência da cultura árabe sobre as populações peninsulares, mas foi limitada na lin-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

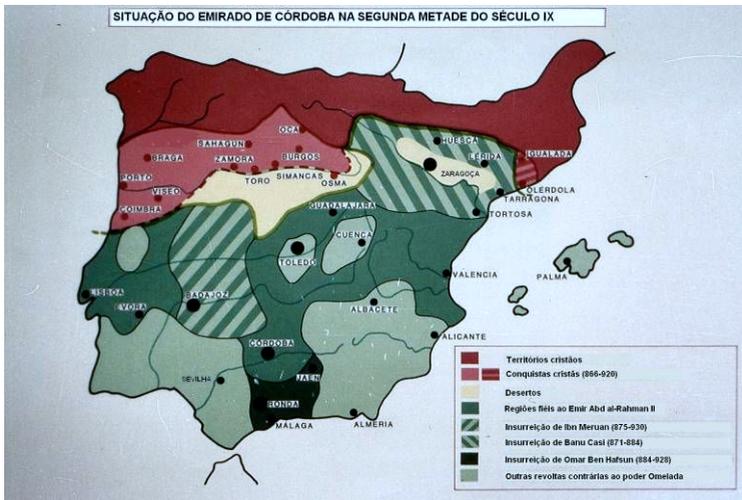
guagem: não deixando vestígios na sintaxe e no léxico contribuindo com cerca de oitocentos vocábulos.

Segundo Barraclough & Parker (1999, p. 110-111), durante o Império Árabe também houve invasões na Península Ibérica de normandos (“homens do norte”), povos provenientes da Escandinávia, guerreiros-marinheiros que entre o século VIII e o século XI pilharam, invadiram e colonizaram as costas da Europa e ilhas Britânicas. Estes povos, que manejavam muito bem as embarcações à vela, marcaram sua presença nas costas do Atlântico e, posteriormente, do Mediterrâneo. Embora sejam conhecidos principalmente como disseminadores da destruição, fundaram povoados e fizeram comércio pacificamente. Entretanto, em 844, costeando a Península Ibérica, desde o Cantábrico até o Mediterrâneo, saquearam Gijón, A Coruña, Lisboa, Beja, o Algarve, Cádiz e Sevilha. Posteriormente, em 859, atacaram Valência, as Ilhas Baleares e Barcelona. Porém, parecem ter deixado poucas influências linguísticas em seu rastro pela Península.

Segundo Saraiva (1999, p. 33-36), o que realmente teve impacto marcante na formação das atuais línguas da Península Ibérica foi o processo de reconquista dos territórios peninsulares por pelos cristãos, cujo início é a ruptura do Império Árabe, seu enfraquecimento político após a crise dos Omíadas, bem como a distância entre *al-Andalus* e o centro do Império na Península Arábica, além do desinteresse dos árabes pelo norte ibérico.

Em 756, de acordo com Barraclough & Parker (1999, p. 120-121), Abd ar-Rahmān I, o único sobrevivente dos Omíadas da revolução árabe que levou os Abássidas ao poder do Império, fugiu da Península Arábica e, ao chegar a *al-Andalus*, proclamou ali sua independência com a capital em Córdoba, tornando-se o novo califa da região. Abd ar-Rahmān I, reestruturou o seu regime monárquico, baseado nas anteriores monarquias visigodas, como também reestruturou as instituições administrativas e fiscais adaptando-as à realidade social da região. No século VIII, Al-Hakam (796-822) conseguiu reestruturar o exército de *al-Andalus*, entre outras coisas, por meio de incentivos e da manutenção de um salário permanente, com o qual pode conter diversas revoltas internas e enfrentar o primeiro ataque forte dos povos cristãos do norte provenientes do reino de Astúrias

de Alfonso II. Nas primeiras décadas do século IX, o governo de Abd ar-Rahmū II, centralizado em Córdoba, promoveu uma melhoria nas condições sociais das populações andaluzas e introduziu algumas regalias aos muladis, incentivando a conversão religiosa ao Islamismo. Entretanto, a partir da segunda metade do século IX, começou a ocorrer uma grande crise política com a revolta de várias regiões que estavam submetidas ao poder central do emirado de Córdoba, conforme o Mapa 8. Além disso, nesse período também ocorrem revoltas e descontentamentos da população moçárabe e cristã, devido ao processo de hegemonia árabe, a “arabização” cultural que deixava à margem social os não muçulmanos, aliada a bérberes e muladis irritados com as diferenças a favor dos árabes e sírios.



Mapa 8: Crise do Emirado de Córdoba¹⁰

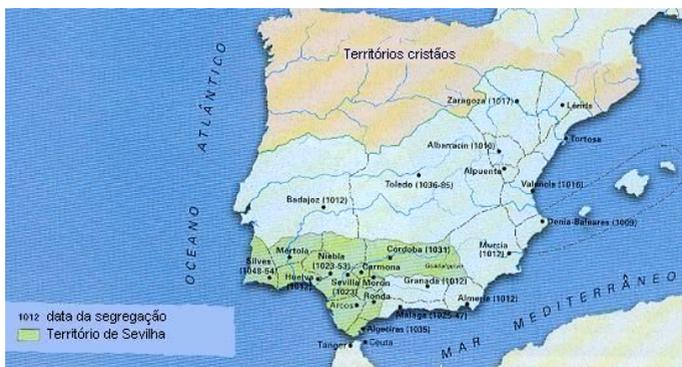
Durante o governo de Abd ar-Rahmū III (912-961), o território de *al-Andalus*, principalmente a partir de 914, passou a sofrer com as intensas ofensivas dos reinos cristãos do norte da Península Ibérica, que já se organizavam ao redor de sua capital León; bem como, em menor medida, dos Condados Catalães. Com o fortalecimento de seu exército sob um regime repressivo, Córdoba conseguiu

¹⁰ Adaptação do mapa disponível em: <<http://clio.rediris.es/n32/atlas/038.jpg>>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

o apogeu político durante o século X, passando de Emirado a Califato, conseguido com o prestígio dos generais Galib, Al-Mansur e Abd al-Muwakk; e com as diretrizes governamentais de Abd ar-Rahmã III, seguidas por seus sucessores Omeidas: Al-Hakam II (961-976) e Hisâm II (976-1009).

Durante o século X, houve um grande desenvolvimento das cidades e do comércio provocando um auge cultural que continuou por boa parte do século XI, alterando a base da economia e produzindo uma mudança social. Os moçárabes perderam força e diminuíram em número e passaram a aceitar a língua e cultura árabes. No âmbito político, que não mais se respaldava no exército já enfraquecido, o território foi dividido em reinos Taifas, cujos governadores eram supostos representantes do poder central de Córdoba. Alguns reinos foram governados por dinastias bérberes, outros por muladis ou por árabes já integrados na sociedade autóctone. Os Reinos importantes absorviam os menores, principalmente na fronteira com os cristãos, e ao sul, destacavam-se o Reino Taifa de Sevilha com governo andaluz e o de Granada sob o governo bérbere dos zíries, conforme o Mapa 9.



Mapa 9: Reinos Taifas em 1012¹¹

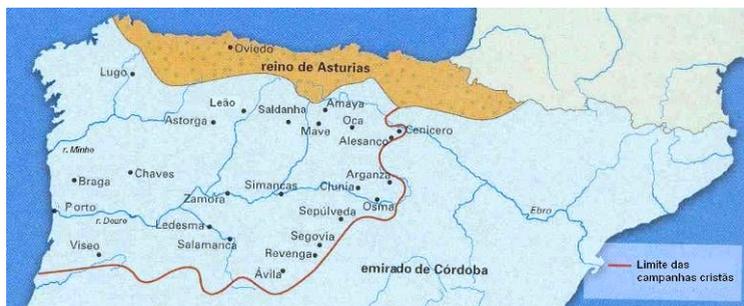
¹¹ Adaptação do mapa disponível em: <[http://www.sabuco.com/historia/images/Reinos de tai-fas.jpg](http://www.sabuco.com/historia/images/Reinos_de_tai-fas.jpg)>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Com o estabelecimento da segregação dos territórios cristãos e muçulmanos, os Taifas fronteiriços passaram a pagar impostos aos Reinos Cristãos, que aumentavam sua pressão militar e tributária. Em 1085, os cristãos conquistaram a cidade de Toledo, como consequência, os reinos Taifas aliaram-se militarmente aos almorávidas de Magribi, que passaram da condição de aliados à de donos do poder político. A entrada dos almorávidas norte-africanos, suas vitórias sobre os cristãos e seu domínio político em al-Andalus, frearam, por algum tempo, a expansão do processo de reconquista.

Entretanto, no início do século XII, com a intransigência, houve a perseguição e a expulsão das minorias não muçulmanas, principalmente moçárabes e judias, que passaram a se fixar em território cristão. Pouco depois, iniciou-se a decadência e as divisões internas, o que permitiu aos cristãos a retomada e o sucesso do seu empreendimento de expansão: a Reconquista.

Segundo Bassetto (2001, p. 150), no contexto da reconquista situa-se a origem de Portugal. Sabe-se que os árabes não foram além dos Montes Cantábricos, ao norte dos quais, inicial sob o comando de Pelayo, foi-se formando uma região independente de cristãos que, em 718, veio a ser o reino de Astúrias. Com Afonso I, rei de Astúrias, e suas guerras na Galiza contra os muçulmanos, o Rio Douro foi uma das fronteiras entre cristãos e árabes, conforme o Mapa 10.



Mapa 10: Os territórios cristãos, no século VIII, com Afonso I¹²

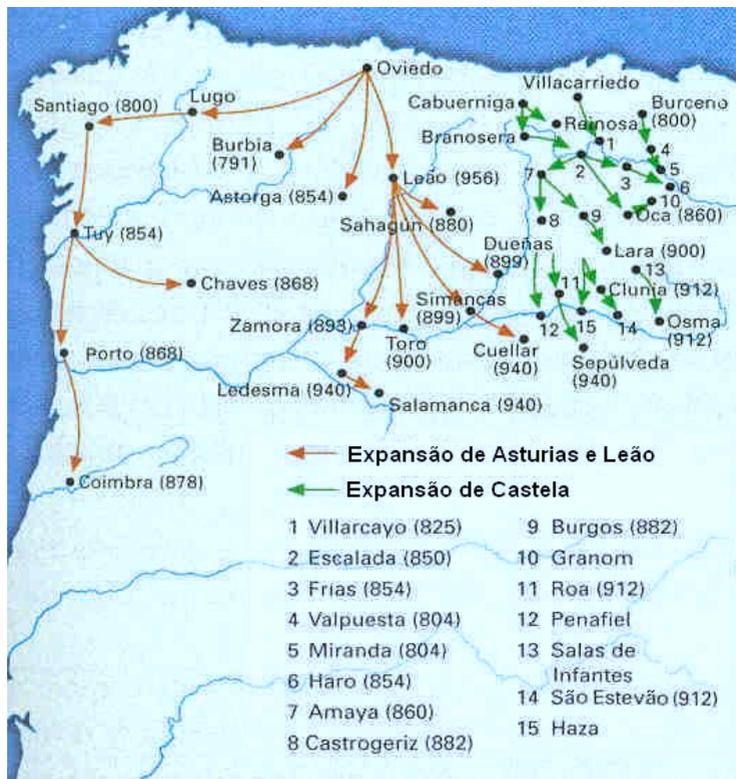
¹² Adaptação do mapa disponível em: <<http://www.sabuco.com/historia/images/Asturias con Alfonso I.jpg>>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

De acordo com Alexandre Herculano, *apud* Saraiva (1999: 39-40), Afonso I reconquistou uma enorme região que incluía toda a Galiza, o Minho, o Douro e parte da atual Beira Alta, “passando os mouros a fio de espada”. Entretanto, para Saraiva (1999, p. 41), a guerra não era religiosa, já que os muçulmanos permitiam outras religiões, mas para apoderar-se das terras por meio das colonizações. Dessa forma, nasciam poderes representados por chefes locais entre os quais se estabelecia uma hierarquia nem sempre bem definida, intercalada de episódios de submissão e de rebeldia. Alguns nobres governavam terras por nomeação dos reis, outros por as terem ocupado; na tradição da nobreza ibérica ficaram vestígios dessa nobreza que entendia nada dever aos reis. Seus títulos eram de condes e se caracterizavam por ser um misto de proprietários, guerreiros, governadores e salteadores. Faziam a guerra quando os reis os chamavam, mas não faltam exemplos de guerras entre si ou contra os reis e até contra cristãos, conforme Saraiva (1999, p. 42).

As colonizações deram origem ao processo de regionalização peninsular. Iniciaram-se na região galega e organizaram Estados independentes que se aproveitaram do enfraquecimento do Império Árabe no século IX para impulsionar a expansão cristã com a Reconquista de Leste a Oeste, bem como em direção ao Sul, conforme o Mapa 11.

De acordo com Saraiva (1999, p. 42), os novos países cristãos da península formaram-se a partir de três núcleos distintos: o asturiano, que veio a originar o reino de Oviedo, de Galiza e depois de Leão e Galiza e o condado de Castela, independente durante alguns anos, depois transformado em reino e que desde 1037 andou unido ao de Leão; o pirenaico, de onde saíram os reinos de Pamplona e depois Navarra, o condado de Aragão, que logo se tornou reino, alguns condados mais ou menos independentes; e o catalão com o condado de Barcelona, onde os francos tiveram um papel importante.



Mapa 11: Colonizações iniciais¹³

No Mapa 12, que ilustra os territórios de Sancho III, pode-se notar claramente os três núcleos: o reino de Galiza e Leão, e o condado de Castela que representam o núcleo asturiano; o reino de Pamplona, os condados de Aragão, Sobrarbe e Ribagorza que representam o núcleo pirenaico; e os condados catalães.

¹³ Adaptação do mapa disponível em: <http://www.sabuco.com/historia/images/Repoblacion_valle_del_Duero.jpg>.



Mapa 12: Territórios cristãos no período de 1000 a 1035¹⁴

Nessa imprecisão política, aparece com frequência o nome da Galiza, ora como reino, ora como condado. Seu limite ia até o curso do rio Douro, mas dentro dele havia outros territórios governados por condes que dependiam do reino de Leão. Nos primeiros anos da Reconquista, a importância da região galega aumentou ao se descobrir em 813 o túmulo do Apóstolo Santiago em Compostela, que se tornou o patrono da Reconquista cristã.

Segundo Monteagudo (1999, p. 97-98), no final do século XI e durante o século XII, no mundo cristão houve uma retomada da religiosidade: com um auge de peregrinações, bem como a organização das primeiras Cruzadas contra aos “infiéis”. Nesse contexto, por sua

¹⁴ Adaptação do mapa disponível em: <http://www.sabuco.com/historia/imagenes/Estados_de_Sancho_III.jpg>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

vez, o mosteiro de Cluny liderou o movimento de reforma na vida religiosa católica. Daí, com o fortalecimento do clero galego cuja sede é em Lugo, Santiago de Compostela tornou-se o terceiro maior ponto de peregrinação, posição conservada até hoje, somente perdendo em importância para Jerusalém e Roma.

Por influência de Cluny, o caminho original à Santiago foi ampliado até o reino dos francos tornando-se conhecido como a rota francesa, que no século XI foi reformada para atender a demanda de peregrinos, conforme Mapas 13 e 14.



Mapa 13: Caminho à Santiago de Compostela, no século IX¹⁵



Mapa 14: Caminho francês à Santiago de Compostela¹⁶

¹⁵ Adaptação do mapa disponível em:

<http://www.caminhodesantiago.com/mapas/mapa_credencial_fr_nor_vlp.htm>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em muitos dos antigos territórios cristãos, os Caminhos de Santiago de Compostela, que em sua maioria retomavam as vias romanas, ajudaram a formar grande parte dos fenômenos de imigração e transformação da colonização cristã desde o século XI até o século XIII. Pode-se lembrar também a importância, até o século XIV, da rota portuguesa (Mapa 15) a Santiago, partindo das Cidades: do Porto, Braga e Coimbra (posteriormente prolongado até o Algarve), na manutenção dos territórios bem como da língua e cultura galego-portuguesas nos novos territórios.



Mapa 15: Caminho Português à Santiago de Compostela¹⁷

¹⁶ Adaptação do mapa disponível em: <http://www.sabuco.com/historia/images/Camino_de_Santiago.jpg>.

¹⁷ Adaptação do mapa disponível em: <http://www.caminhodesantiago.com/mapas/mapa_credencial_portugues.htm>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

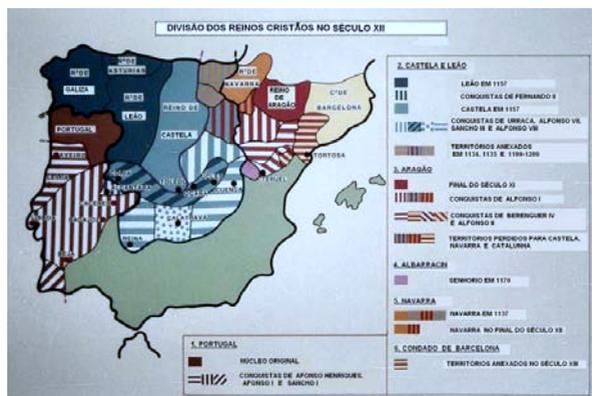
Segundo Monteagudo (1999, p. 97-98), desde meados do século XII, na Galiza começou-se uma grande reestruturação rural e urbana, concomitantemente na Catalunha, graças a numerosas cartas que outorgavam terras a condes, que favoreciam o renascimento urbano e acolhiam imigrantes, peregrinos, comerciantes e membros dos exércitos. Esse modelo de colonização colocava os falares românicos sobre o árabe, e a reforma de Cluny retomava o latim no âmbito religioso, espalhando-os com a reconquista, pela Península Ibérica. Segundo Bassetto (2001, p. 123), no avanço rumo ao sul, a reconquista encontrava populações moçárabes, mais ou menos arabilizadas, mas que haviam conservado, pelo menos em parte, seus falares românicos, agora associados à fé cristã. Dessa forma, os falares românicos passaram a designar a identidade de um povo.



Apesar do Mapa 16 fornecer uma visão conjunta das conquistas cristãs sobre os territórios muçulmanos, o processo não foi tão unificado. Por volta do ano 800, Castela era apenas um condado de Astúrias e, posteriormente, de Leão. Em 1029, Sancho II, rei de Navarra herdou Castela e depois dividiu o seu reino em três: Aragão, Navarra e Castela. Com Fernando I (1035-1065) o reino de Castela

¹⁸ Adaptação do mapa disponível em:
<<http://br.geocities.com/fernandomcvbr/reconquista.html>>.

se uniu ao de Leão, que em conjunto com Berenguer I de Barcelona passaram a cobrar impostos dos reinos Taifas. Com Alfonso VI de Castela e Leão (1065-1109) houve a anexação de Toledo em 1085 e o reino Taifa, com *el Cid* como herói. No reinado de Alfonso VII (1126-1157), Castela tornou-se o centro cristão, enquanto Aragão e a Catalunha se uniram a Berenguer IV desde 1137 e o condado de Portugal tornou-se independente desde 1139 com Afonso Henriques. Enquanto Alfonso VII completava o domínio do rio Tejo (1147), Afonso I de Portugal tomava Lisboa (1147) e Berenguer IV conquistava Tortosa, Lérida e Fraga. Com a morte de Alfonso VII, Leão e Castela separaram-se até 1230. Na segunda metade do século XII, as alianças e guerras entre cristãos e os reforços muçulmanos frearam parcialmente a reconquista, obrigando os cristãos a reorganizarem seus exércitos.



Mapa 17: Divisão política dos reinos cristãos no século XII¹⁹

Em 1212, Alfonso VIII de Castela conquistou Tolosa. Portugal, depois do tratado de Sabugal (1231) com Castela e Leão sobre a expansão, conquistou o Alentejo em 1232 e o Algarve em 1239, já definindo, praticamente, suas atuais fronteiras. Em 1230, com Fernando III, os reinos de Castela e Leão uniram-se fortalecendo e aumentando o poder político. Nesse período, com o enfraquecimento dos reinos muçulmanos, a reconquista avançou em direção a Valên-

¹⁹ Adaptação do mapa disponível em: <<http://clio.rediris.es/n32/atlas/052.jpg>>.

cia, Ilhas Baleares e Múrcia, com Jaime I de Aragão, em 1238; e com Fernando III conquistou Córdoba, Jaén e Sevilha em 1248. No período de 1262 a 1263, Alfonso X (1252-1284), rei de Castela, incorporou as serras da baixa Andaluzia, conquistou Cádiz e Niebla em 1264, e expulsou quase todos os muçulmanos da Andaluzia cristã. Com ajuda de Jaime I, completou o domínio de Múrcia. Entretanto, as circunstâncias políticas e econômicas para completar a colonização puseram um fim no avanço da reconquista no final do século XIII, conforme os Mapas 18a e 18b. A capacidade defensiva do reino de Granada ao receber apoio entre 1275 e 1350, fez com que resistisse até 1492, quando a força militar da união dos reinos de Castela e Aragão, com Isabel e Fernando, o anexou.

Mapa 18: Evolução da reconquista cristã no século XIII



Mapa 18a: Início do séc. XIII²⁰



Mapa 18b: Meados do séc. XIII²¹

Dessa maneira, cada falar românico foi-se desenvolvendo de acordo com o prestígio político de seu reino e sua importância dentro do contexto da reconquista cristã. Segundo Bassetto (2001, p. 235), até meados do século XI, o castelhano era apenas o falar da região *de*

²⁰ Adaptado do mapa disponível em: <http://www.sabuco.com/historia/imagenes/Reconquista_principios_del_XIII.jpg>

²¹ Adaptado do mapa disponível em: <http://www.sabuco.com/historia/imagenes/Reconquista_medios_del_XIII.jpg>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

los castillos, Castela, que convivía com outros falares provenientes do latim. Durante o reinado de Alfonso X, século XII, o castelhano já era a língua oficial do reino de Castela e Leão, ainda que outros falares também fossem usados nos seus devidos contextos.

Segundo Menéndez Pidal (1968, p. 16), a força política que o reino de Castela veio a exercer sobre a Península teve um papel fundamental na definição de seus falares. Para o autor, Castela cresceu politicamente anexando os reinos a sua volta e estendeu o seu domínio político e linguístico “em forma de cunha”, em direção ao sul. Assim, a força política do castelhano não deixou que outro falar se desenvolvesse, apenas em suas periferias o galego e o catalão o conseguiram diante da sua forte presença, ao passo que impediu o leonês e o aragonês, sem, contudo, conter o euskera. O português, no entanto, por representar um reino forte e independente, desenvolveu-se e irradiou-se desde seu centro cultural, para as regiões que foram conquistadas por Portugal, e, posteriormente, pelas regiões de além-mar dos descobrimentos. Pode-se notar que a divisão dos reinos cristãos no século XIII, ilustrada no Mapa 19 é muito semelhante à divisão atual dos falares na Península Ibérica (Mapa 19) atestando Menéndez Pidal (1968) e Bassetto (2001).



Mapa 19: Atual divisão dialetal da Península Ibérica²²

²² Adaptado do mapa disponível em: <<http://es.wikipedia.org/wiki/Imagem:Mapadialectos.jpg>>.

REFERÊNCIAS

- BARRACLOUGH, G. & PARKER, G. *Knaurs neuer: Historischer Weltatlas*. Augsburg: Bechtermünz Verlag, 1999.
- BASSETTO, B. F. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: Edusp, 2001.
- MENÉNDEZ PIDAL, R. *El idioma español en sus primeros tiempos*. 7. ed. Madri: Espasa-Calpe, 1968.
- MONTEAGUDO, Henrique. *Historia social da lingua galega*. Vigo: Galáxia, 1999.
- MARIÑO PAZ, R. *Historia da lingua galega*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, 1998.
- SARAIVA, J. H. *História concisa de Portugal*. 20. ed. Sintra: Europa-América, 1999.
- TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- WARTBURG, W. von. *La fragmentación lingüística de la Rumania*. Madri: Gredos, 1979.

**DUAS FORMAS DE INTERTEXTUALIDADE
EM CARTAS AO EDITOR EM NEWSWEEK**

Maurício Moreira Cardoso (UECE)
mmcardoso@gmail.com

RESUMO

Este artigo é uma análise de duas formas de intertextualidade, a pressuposição e a ironia, no *corpus* de 122 cartas ao editor extraídas da revista *Newsweek*. A fim de levar a termo a análise, buscamos suporte nas teorias de Bakhtin (1986, 2000), Orlandi (2001), Bronckart (2003) e Maingueneau (1997, 2001). Analisamos quantitativamente e qualitativamente 122 cartas endereçadas à revista no período entre julho e dezembro de 2002. Em relação a esse aspecto, observamos que as formas de intertextualidade referentes ao artigo ou reportagem têm uma conexão direta com o desenvolvimento da argumentação. As formas de intertextualidade são ligadas à linha argumentativa do texto, embora, algumas vezes, não estejam claramente presentes no corpo da carta.

Palavras-chave:

Discurso. Cartas ao editor. Intertextualidade. Pressuposição. Ironia

INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado de uma pesquisa (CARDOSO, 2005), que teve por objetivo analisar as cartas ao editor coletadas da revista *Newsweek* no período compreendido entre julho a dezembro de 2002, com o fim de verificar como o jogo sociointeracional entre leitor e editor se acha refletido nas estratégias discursivas comuns a esse gênero discursivo. Para este fim, baseando-nos principalmente em Bakhtin (1986, 2000), Orlandi (2001), Bronckart (2003) e Maingueneau (1997, 2001), buscamos suporte teórico na área do conhecimento da Análise do Discurso, que considera um texto necessariamente ligado aos propósitos determinados pelos eventos humanos e destinado a produzir significações, não alheias à prática social. Analisamos, qualitativa e quantitativamente, 122 cartas da referida revista no período compreendido entre julho e dezembro de 2002, detendo-nos em basicamente três aspectos: (a) características contextuais do gênero carta ao editor; (b) formas de heterogeneidade mostrada usadas como forma de remissão ao texto-base; e (c) relevância discursiva da identificação do leitor.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

As cartas ao leitor constituem, como sabemos, um espaço que, em jornais e revistas, é destinado à manifestação dos leitores. São, assim, um importante instrumento da afirmação do princípio da democracia burguesa e da cidadania. E é notadamente a existência desse espaço criado para a manifestação do leitor o ponto irradiador e, ao mesmo tempo, convergente de inúmeros fenômenos estudados através da Análise do Discurso e da Linguística Textual. Dessa forma, a superestrutura da forma de poder (o poder da comunicação escrita), que é a imprensa, é compartilhada por todos os indivíduos capazes de se expressarem por meio do idioma utilizado pela referida superestrutura inscrita em determinado espaço e tempo. Por esse motivo, as cartas endereçadas aos editores de jornais e revistas constituem, a nosso ver, uma importante fonte de leitura e interpretação de determinado grupo social, mesmo que tal grupo não se caracterize por compartilhar o mesmo espaço geográfico, como é o caso de leitores de jornais e revistas cuja circulação é mundial, como, por exemplo, a revista que selecionamos.

O presente artigo é uma análise de duas das várias formas de intertextualidade remissivas ao texto-base encontradas em nossa pesquisa: a *pressuposição* e a *ironia*. Antes de discutirmos nossos resultados, apresentaremos brevemente algumas questões teóricas que embasaram a análise.

1. *Pressupostos teóricos*

1.1. A heterogeneidade e o dialogismo

Para a análise das formas de intertextualidade remissivas ao texto que originou a carta ao editor, nas cartas da revista *Newsweek*, é central entender não só como o leitor-missivista faz remissão ao texto a que sua carta se refere, mas também o porquê da forma de remissão escolhida. Neste sentido, apesar de o caráter intertextual e o dialógico fazerem parte de qualquer enunciado (BAKHTIN, 2000; MAINGUENEAU, 1997), pretendemos estudá-los em suas formas de manifestação mais específicas – a heterogeneidade mostrada e o dialogismo, circunscritos à relação direta entre o texto-base (artigo, reportagem da revista) e a carta a ele correspondente.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Nesse sentido, interessa, em particular, investigar a interação leitor/editor, tomando como base a obra de Bakhtin (2000), quanto à sua noção de intertextualidade e dialogismo. Um aspecto não necessariamente intrínseco aos gêneros do discurso, mas aos textos em geral, é a noção de intertextualidade. Os textos mantêm relações com outros textos que lhes são externos, exteriores a ele, todavia, por algum viés, trazidos para dentro dele.

Para começarmos a discorrer sobre a noção de intertextualidade, não podemos deixar de mencionar o pensamento de Bakhtin (2000) sobre dialogismo. Sobre essa noção, assevera Bakhtin:

O diálogo, por sua clareza e simplicidade, é a forma clássica da comunicação verbal. Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui um acabamento específico que expressa a posição do locutor, sendo possível responder, sendo possível tomar, com relação a essa réplica, uma posição responsiva (BAKHTIN, 2000, p. 294).

Ora, para o autor, não existe enunciado que tenha partido do nada, tendo necessariamente que se configurar como uma resposta a outro enunciado, pois o que caracteriza o diálogo é a alternância de sujeitos falantes. Neste sentido, um dado texto nasce sempre de outro texto, direta ou indiretamente. Em outras palavras, qualquer texto traz sempre elementos de outro, ou de outros textos. Cabe aqui, mais uma vez, citar Bakhtin (2000, p. 317) que acrescenta o seguinte à noção de enunciado:

A expressividade de um enunciado é sempre, em menor ou maior grau, uma resposta, em outras palavras: manifesta não só sua própria relação com relação ao objeto enunciado, mas também a relação do locutor com os enunciados do outro (BAKHTIN, 2000, p. 317).

Assim, os textos que constantemente se instauram são a materialização das necessidades comunicativas entre sujeitos. O sentido mais usual com que apreendemos este entrelace de textos é concernente às citações, “a presença de elementos reais de outros textos em um dado texto” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 39). Todavia as relações intertextuais nem sempre são tão explícitas quanto nas citações. Existem outros modos menos claros e menos diretos de incorporar elementos de outros textos. Fairclough ilustra com o discurso reportado, em que é possível não apenas citar o que fora dito, mas também resumir, fazer paráfrases, de modo que o texto original de algum modo se retextualiza. Assevera o autor:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O discurso relatado, escrito ou pensado, atribui aquilo que é citado ou sumarizado às pessoas que o proferiram, escreveram ou o pensaram. Mas elementos de outros textos podem ser incorporados sem atribuição. Assim, a intertextualidade cobre uma ampla gama de possibilidades (FAIRCLOUGH, 2001, p. 40) [tradução nossa].

Em outras palavras, é muito difícil tipificar a intertextualidade. O fenômeno cobre desde citações literais, passando por discursos indiretos até o extremo em que a apropriação discursiva só pode ser reconhecida mediante o conhecimento prévio do leitor. A orientação para a diferença leva-nos às formas dialógicas nos textos. Neste particular, Fairclough segue de perto Bakhtin, para o qual uma palavra, um discurso, uma língua ou uma cultura trazem subjacente o diálogo. Qualquer enunciado, como dito anteriormente, é um vínculo numa complexa cadeia organizada de outros enunciados.

No entanto, Bakhtin ressalta que:

O estudo fecundo do diálogo pressupõe, entretanto, uma investigação mais profunda das formas usadas na citação do discurso, uma vez que essas formas refletem tendências básicas e constantes da recepção ativa do discurso de outrem, e é essa recepção, afinal, que é fundamental também para o diálogo (BAKHTIN, 1986, p. 147).

Mas, como, afinal, o discurso de outrem é apreendido pelo locutor? O mencionado linguista russo sustenta que é exatamente nas formas do discurso citado que podemos encontrar um documento objetivo que esclarece o problema. Esse documento, observa Bakhtin, fornece indicações sobre as tendências sociais estáveis características da apreensão ativa do discurso de outrem que se manifestam nas formas da língua, pois é na sociedade que se situa o mecanismo do processo da intertextualidade. A sociedade

escolhe e gramaticaliza apenas os elementos da apreensão ativa, apreciativa, da enunciação de outrem que são socialmente pertinentes e constantes e que, por consequência, têm seu fundamento na existência econômica de uma comunidade linguística dada (BAKHTIN, 1986, p. 146).

A isso devemos acrescentar o fato de que, na transmissão sob forma escrita da enunciação de outrem, deve ser levada em consideração a pessoa a quem está sendo transmitida tal enunciação, pois a orientação para uma terceira pessoa reforça a influências das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso. Nesse sentido, é curioso observar como, numa situação real de diálogo, ao respondermos a um interlocutor, habitualmente não retomamos, no

nosso enunciado, o enunciado, ou parte do enunciado, de nosso interlocutor.

Para Bakhtin, “as condições de transmissão e suas finalidades apenas contribuem para a realização daquilo que já está inscrito nas tendências da apreensão ativa, no quadro do discurso interior” (1986, p. 146). Tais tendências, aprofunda o autor, só podem desenvolver-se obedecendo aos limites das formas existentes numa determinada língua para a transmissão do discurso.

O citado autor esclarece que as formas de transmissão do discurso de outrem, uma vez cristalizadas, exercem uma influência reguladora, estimulante ou inibidora, no desenvolvimento das tendências de apreensão apreciativa, cujo campo de ação é justamente definido por essas formas. Essa informação é importante no sentido de responder à indagação feita acerca da preferência sobre determinadas formas em dado gênero, enquanto outras tendem para o desuso.

Contudo, Bakhtin observa que “toda a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem, tudo o que pode ser ideologicamente significativo tem sua expressão no discurso interior” (1986, p. 147), pois o enunciado alheio sofre, no interior do indivíduo que o apreende, uma reelaboração que acontece em termos do seu *background* cultural, de sua formação como ser social. Assim, é que o enunciado citado só pode ser corretamente entendido, quando estudado no interior do discurso que o cita. Em outras palavras, o discurso citado não pode ser divorciado do seu contexto narrativo, pois a interação dinâmica das duas dimensões, o discurso a transmitir e aquele que serve para transmiti-lo é fundamental para quem deseja entender o fenômeno da intertextualidade. Essa interação dinâmica, por sua vez, é reflexo da dinâmica da inter-relação social dos indivíduos na comunidade ideológica verbal (BAKHTIN, p. 1986). Cabe lembrar, ainda fazendo referência ao eminente linguista russo, que “a língua elabora meios sutis e mais versáteis para permitir ao autor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem” (1986, p. 150).

O referido autor observa ainda que um discurso a ser transmitido obedece a uma hierarquia social de valores. Dessa forma, “quanto mais forte for o sentimento de eminência hierárquica na enuncia-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ção de outrem, mais claramente definidas serão suas fronteiras (...)” (BAKHTIN, 1986, p. 153).

No que diz respeito a essa discussão, Maingueneau (1997), apoiado em Authier-Revuz (*apud* CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004), mostra uma distinção que na prática se revela bastante útil. Trata-se da distinção entre heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva.

Maingueneau começa por dizer que a noção de heterogeneidade é, antes de tudo, fundamental para o entendimento da relação do interior do discurso com seu exterior. Para o entendimento do que é heterogeneidade, importante se faz entender a noção de polifonia em Ducrot (1987). Este autor estabelece uma associação entre polifonia e o nível do enunciado. Em sua perspectiva, só há polifonia quando é possível distinguir em uma enunciação dois tipos de personagens, os enunciadores e os locutores, o que significa que outros pontos de vista além daqueles do emissor e do receptor podem ser veiculados através do enunciado.

Maingueneau (1997, p. 76) esclarece que locutor é “um ser que no enunciado é apresentado como seu responsável. Trata-se de uma ficção discursiva que não coincide necessariamente com o produtor físico do enunciado”. No que se refere ao enunciador, Maingueneau explica:

O enunciador representa, de certa forma, frente ao ‘locutor’ o que o personagem representa para o autor em uma ficção. Os ‘enunciadores’ são seres cujas vozes estão presentes na enunciação sem que se lhes possa, entretanto, atribuir palavras precisas; efetivamente, eles não falam, mas a enunciação permite expressar seu ponto de vista. Ou seja, o ‘locutor’ pode pôr em cena, em seu próprio enunciado, posições diferentes da sua (MAINGUENEAU, 1997, p. 77).

O fenômeno da heterogeneidade se desdobra em algumas formas de ocorrências, que são as seguintes: pressuposição; negação; discurso relatado; palavras entre aspas; metadiscurso do locutor; parafraseagem; discurso indireto livre, ironia; autoridade, provérbio e *slogan*; pastiche.

Alguns envolvem considerável complexidade, como é o caso da noção de pressuposição, que tem importância considerável para a análise do discurso. Segundo Ducrot (1987), a pressuposição se

constitui através de um processo que apresenta dois ‘enunciadores’, E1 e E2; o primeiro é responsável pelo pressuposto, e o segundo, pelo posto.

Exercendo um contraste com o discurso indireto livre, que institui um jogo fronteiro entre o discurso citado e o discurso que cita, a ironia, de acordo com Mainueneau (1997), configura-se como uma subversão entre o que é assumido e o que não o é pelo locutor. O “locutor” coloca em cena um “enunciador” que adota uma posição absurda e cuja alocução não pode assumir, marcando esse distanciamento com diferentes índices: linguísticos, gestuais, situacionais. É da essência da ironia suscitar a ambiguidade, fazendo que, com frequência, a interpretação não consiga resolvê-la. Sendo sempre dirigida a um destinatário, não pode ser considerada uma atividade lúdica desinteressada.

1.2. O caráter intertextual do gênero carta ao editor

A concepção tripartida do discurso de Fairclough (2001) a texto, prática discursiva e prática social a leva o **analista do discurso** a compreender um texto além da esfera meramente linguística, pois um texto é também prática discursiva e, como tal, abrange produção, distribuição e consumo. É na esfera da prática discursiva, mais notadamente na esfera da produção do texto, que se inscreve a intertextualidade, concretizada no intertexto. A esse propósito, o referido teórico afirma que “gêneros particulares são associados com ‘modos particulares de intertextualidade’ (manifesta)” (2001, p. 164). Essa concepção de Fairclough mostra-se verdadeira pelo menos no que diz respeito ao gênero carta ao editor.

A intertextualidade no *corpus* de nossa pesquisa revela-se bastante particular, fazendo-nos pensar que, em seu conjunto, as formas de remissão configuram-se como característica marcante do gênero em foco. Mas só podemos entender o fenômeno da intertextualidade em carta ao editor se considerarmos que o referido gênero possui um caráter eminentemente dialógico (cf. BAKHTIN, 2000), quer dizer, uma carta ao editor nasce como resposta direta a outro texto da mesma cadeia de gênero. Todas as cartas publicadas pela revista estão necessariamente atreladas a um artigo, reportagem, en-

trevista, entre outros, publicados em edições anteriores. Assim, a carta ao editor estabelece um diálogo com o texto a que se refere, e esse diálogo é marcado por formas de intertextualidade particulares, o que chamamos de *formas de remissão*.

Na análise do *corpus* adotado, encontramos as seguintes formas de remissão ao texto-base: pressuposição, negação, ironia, alusão ao tema, referência ao título, excerto e paráfrase. No que diz respeito ao fenômeno da intertextualidade, argumentamos, apoiando-nos em Fairclough (2001), que as formas de remissão supracitadas ajudam a delimitar o gênero cartas ao editor – na dimensão da prática discursiva – se vistas em composição com os outros aspectos. Fazemos a ressalva de que as referidas formas de remissão só ajudam nessa delimitação se foram tomadas em seu conjunto. Por exemplo, a paráfrase é uma forma de remissão encontrada em outros gêneros, assim como o excerto, pelo que não elucida nada quanto ao gênero cartas ao editor se tomada isoladamente. Dito isto, podemos falar mais pormenorizadamente sobre a relação da intertextualidade com o gênero carta ao editor.

Apesar de Bakhtin (2000) afirmar que todo enunciado possui caráter dialógico, visto que nasce de outros enunciados, devemos argumentar que o gênero carta ao editor encontra no dialogismo um dos seus traços mais marcantes, pois qualquer carta enviada à redação da revista *Newsweek* a fim de ser publicada na seção *Letters* constitui-se em uma resposta direta a um texto anterior, publicado na mesma revista. Podemos perceber que o enunciado de um poema, por exemplo, ainda que tenha sua gênese em outro enunciado, não possui, necessariamente, essa relação direta com um texto determinado. Na carta ao editor, diferentemente, percebemos claramente o referido traço responsivo, pois, além de tudo, configura-se como resposta a outro texto da mesma cadeia de gênero, ou seja, um texto jornalístico. Além disso, as cartas enviadas à redação configuram a possibilidade de quebra da unilateralidade da referida cadeia, pois, como sabemos, elas, ao mesmo tempo em que elogiam, criticam, corrigem, também têm a função de oferecer à publicação uma espécie de *feedback* do comportamento adotado perante seu público leitor, pois, como sabemos, órgãos da comunicação escrita e televisivada são formadores de opinião. Sendo assim, as mencionadas cartas funcionam como fator de equilíbrio. Por outro lado, dado o pequeno

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

espaço destinado às cartas, podemos inferir que esse equilíbrio fica, de antemão, comprometido, uma vez que o restante do suporte é reservado à publicação.

Aqui, chamamos a atenção para a afirmação de Swales (1990), que diz ser a nomenclatura para gêneros de uma determinada comunidade de discurso uma fonte importante de percepção. Assim, o nome “carta ao editor” tem muito a revelar sobre o gênero que denomina. Em primeiro lugar, literalmente, trata-se de uma carta enviada ao editor de uma revista ou jornal, o que aponta para seu traço dialógico. Vale dizer ainda, a carta é enviada ao editor, e não especificamente ao indivíduo que ocupa o referido cargo. O editor de uma publicação tem, entre outras, a função de coordenar os trabalhos e de selecionar o que deve ser publicado, de acordo com a linha editorial da publicação. Nesse sentido, podemos dizer que, em última análise, é de sua responsabilidade a tarefa de evitar matérias que possam comprometer o nome da publicação, o que justifica que os leitores escrevam para ele não só para apontar algum equívoco cometido, criticando, mas também para dizer que a publicação está seguindo o caminho correto, elogiando, portanto.

Mas a interpelação feita pelo leitor-missivista, *a priori*, dirigida ao editor, acontece através de alguma forma de intertexto, ainda que tal intertexto não possa ser imediatamente identificado na carta. Conforme afirmamos, as modalidades de remissão ao texto-base por parte do leitor-missivista são por nós chamadas de formas de remissão. Queremos crer que tais formas de remissão, em seu conjunto, imprimem ao gênero carta ao editor um caráter particular. Mas é preciso observar que, conforme expressa Bakhtin (1986, p. 148), “o erro fundamental dos pesquisadores que já se debruçaram sobre as formas de transmissão do discurso de outrem, é tê-lo sistematicamente divorciado do contexto narrativo”. Neste sentido, só é possível entender a intertextualidade como componente revelador das feições do gênero carta ao editor, se procurarmos entender como a recepção consciente dos enunciados se processa nas cartas.

Apoiando-nos nas concepções do citado linguista russo, podemos dizer que a intertextualidade em carta ao editor deve-se articular com todos os outros elementos compreendidos dentro da concepção tridimensional do discurso, trazida à tona por Fairclough

(2001): texto, prática discursiva e prática social. Lembrando que nos detivemos apenas na prática discursiva, deixando de lado os estudos concernentes ao texto e à prática social.

Assim, no que se refere à esfera da prática discursiva, podemos entender a heterogeneidade mostrada (para Fairclough, *intertextualidade manifesta*) como o intertexto que, tendo sido incorporado dentro de um enunciado, provoca uma reorganização deste, de modo que esse enunciado se retextualiza a fim de acomodar o discurso alheio. No gênero carta ao editor, essa retextualização é fruto de uma acomodação em vários níveis; no entanto, por razões já expressas, focalizaremos apenas o nível da prática discursiva. Assim, queremos nos reportar à forma como o gênero em tela se articula dentro da cadeia de gênero em que se insere – o texto jornalístico. Dentro dessa perspectiva, a intertextualidade existente no gênero e sua consequente acomodação dentro do enunciado obedecem a fatores como: o suporte, o canal, o enunciador (sua posição social e seus propósitos comunicativos), o coenunciador (sua posição social), a cadeia de gênero em que se insere o gênero, de forma que o estudo das implicações da intertextualidade dentro de dado gênero se torna bastante complexa.

Em linhas gerais, podemos dizer que, no que se refere ao fenômeno da intertextualidade e do dialogismo, a carta ao editor apresenta características que não são compartilhadas em sua totalidade com outros gêneros, inclusive com os que pertencem à mesma cadeia de gênero. Como exemplo, podemos citar a relação direta entre o texto-base (artigo, entrevista, reportagem) e a carta ao editor (elaborada como resposta ao texto-base). Pois, no primeiro caso, a manifestação da intertextualidade se dá diferentemente do segundo, muito embora pertençam à mesma cadeia de gênero.

2. Formas de remissão nas cartas ao editor de Newsweek: a pressuposição e a ironia

Para uma vista panorâmica da heterogeneidade no *corpus* escolhido, vejamos a tabela abaixo que indica a porcentagem das caracterizações da intertextualidade encontradas nas revistas em estudo:

Tabela 1: intertextualidade com texto original

tipo de intertextualidade	N°	%
paráfrase	23	18,9
referência ao título	19	15,6
excerto	20	16,4
alusão ao tema	12	9,8
negação	13	10,7
pressuposição	33	27,0
ironia	2	1,6
Total	122	100,0

Como podemos observar, a forma mais comum de remissão com o texto-base é a pressuposição (33/122 ou 27,0%), seguida pela paráfrase (23/122 ou 18,9%). A forma de heterogeneidade menos utilizada é a ironia (2/122 ou 1,6%). Para efeito desta análise, conforme aludimos acima, selecionamos apenas a ironia e a pressuposição.

2.1. A pressuposição

Para Ducrot (1987), as pressuposições correspondem a realidades supostas já conhecidas do destinatário; não podem ser afetadas pela negação ou interrogação; e, em princípio, não podem ser anuladas. No *corpus* da presente seção, a pressuposição é a forma de remissão mais utilizada pelos leitores-missivistas, seguida da parafrase.

Elegemos a carta de número 36, transcrita abaixo, para efeito de exemplificação e análise desse fenômeno de heterogeneidade mostrada. Conforme esclarecido em seção anterior, ao fenômeno da pressuposição está subjacente a ideia de que, dentro do enunciado em que existe pressuposição, há sempre o que é pressuposto e o que é posto. Consequentemente, há sempre a presença de dois enunciadores.

(36) *to attack when necessary is bad enough, but to go to war on an if, a might and a maybe leaves me speechless. And now, eloquent speech writers will make something noble out of this macho militancy. MICHAEL G. DRIVER ICHIHARA, JAPAN.*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O leitor-missivista dessa carta a inicia com uma avaliação sobre a possibilidade de uma guerra entre Estados Unidos e Iraque. Segundo sua avaliação, atacar quando necessário já é suficientemente ruim, porém algo pior acontece quando as razões para fazer a guerra estão marcadas pelo “se”, pelo “talvez” e pelo “pode ser” (*if, might, maybe*), o que em outras palavras significa dizer: sem razões confiáveis. Aqui a forma de remissão é feita pelo posto, que remete ao pressuposto, pois o autor não fornece informações detalhadas sobre o artigo que deu origem a essa missiva. O autor faz referência clara a uma enunciação que não autoriza pela menção na carta do “se”, do “talvez” e do “pode ser”, cujo caráter intertextual, nesse caso, é dado pela substantivação (*an if, a might, a maybe*), levando o leitor da missiva a procurar reconstruir o texto, pressupondo que os argumentos (pressupostamente em favor da guerra) do texto-base se constroem em torno de possibilidades, dúvidas e condições.

Pela forma genérica com que o autor da carta, através dessa forma de heterogeneidade mostrada, refere-se ao texto base, podemos classificar a aludida forma de remissão como uma abordagem generalizante da temática. Isto pode ser constatado na progressão do texto em análise. O leitor-missivista conclui seu texto dizendo que os redatores de discurso tratarão de tornar o comportamento reprovável (de fazer guerra) em algo que venha a ser aceito como “nobre” (heroico).

Pela leitura dessa missiva, podemos perceber que ela compreende o posto, enquanto que os pressupostos podem ser recuperáveis através dos elementos textuais fornecidos pelo autor. O primeiro pressuposto, marcado pela oração “atacar quando necessário já é suficientemente ruim” (*to attack when necessary is bad enough*), é: existem preparativos para uma guerra, pois contextualmente o leitor “deve ter conhecimento” que até a data da publicação da carta, a guerra a que o leitor-missivista se referia não havia sido deflagrada. O segundo é: os argumentos que justificam o fazer a guerra são construídos em torno de possibilidades, de suposições, e de condições, evidenciados textualmente pelo uso do “se”, do “talvez”, e do “pode ser”.

A última sentença dessa carta remete o leitor a pensar sobre algo que não foi veiculado em nenhum dos dois enunciados em que

foi estabelecido o fio dialógico. O leitor-missivista chama a atenção para a possibilidade de que, no futuro, manipuladores do discurso venham a encontrar meios de fazer com que a situação real (da guerra injustificada) seja revertida para algo aceitável por parte da população, notadamente a população americana.

Sendo a pressuposição a forma de remissão mais utilizada em nosso *corpus*, devemos tentar entender, buscando suporte em Bakhtin (1986), qual o significado de seu uso nas cartas enviadas ao editor da *Newsweek*. A princípio podemos dizer que essa forma de remissão tem o respaldo social necessário que faz com que os leitores queiram utilizá-las. Mas o elemento social por si só não diz tudo. Devemos entender que o seu uso harmoniza-se com as feições de um gênero que possui características muito próprias, ainda que tentemos entendê-lo com base em aspectos meramente contextuais. Ao usar a referida forma de remissão, o leitor-missivista pressupõe que seu leitor tenha lido o artigo a que se refere. Por outro lado, a mencionada forma de remissão aponta para um apagamento, ainda muito maior que a paráfrase, dos limites do intertexto dentro do enunciado que o incorpora. Podemos ver o intertexto apenas através da análise feita sobre ele pelo autor da missiva, o que aponta para o quão a temática por ele abordada deve ser familiar aos interlocutores.

2.2. A ironia

A forma de intertextualidade chamada ironia se caracteriza pela presença de um enunciado que não é assumido pelo enunciador, em parte ou em sua totalidade, no momento da enunciação. Neste caso o enunciador procura criar um efeito de surpreender seu interlocutor, pois o enunciado se apresenta como um ponto de vista insustentável e atribuível a outra personagem. Trata-se de uma forma de heterogeneidade mostrada bastante complexa que vem sendo alvo de reflexão desde a origem da Filosofia (cf. MAINGUENEAU & CHARAUDEAU, 2004). A primeira carta em que reconhecemos a presença da ironia como forma de remissão é a carta de número 39 (de nosso *corpus*), transcrita a seguir:

(39) *THE UNITED STATES IS TOTALLY JUSTIFIED in targeting a rogue Middle Eastern country that has weapons of mass destruction, invades its neighbors, defies U.N. resolutions and international laws, and op-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

presses and terrorizes minorities and opponents to its regime. The country I'm thinking of is Israel: it has nuclear weapons, has invaded Egypt, Syria, Jordan and Lebanon, has consistently defied all U.N. resolutions pertaining to it and inflicts the worst kinds of terror on its Arab population. We should go and effect a regime change in Israel whether it accepts weapons inspectors or not. ALI MILL NEWARK, NEW JERSEY.

Nessa carta o leitor-missivista diz que “os Estados Unidos estão corretos em invadir um país vagabundo do Oriente Médio que tem armas de destruição em massa, invade os seus vizinhos, desafia as leis das Nações Unidas, oprime e aterroriza as minorias e oponentes do seu regime”, para depois dizer que o país a que está se referindo é Israel. A ironia aqui está no fato de utilizar todos os atributos que os Estados Unidos utilizam para definir o Iraque. Depois, o autor da carta quebra a expectativa do leitor dizendo que se refere a Israel.

A decisão de utilizar a ironia como forma de remissão alcança aqui um efeito um tanto incomum, demonstrando ser um meio eficiente de argumentação. Considerando que o espaço destinado ao leitor-missivista é bastante pequeno, comparado com o espaço de que dispõe o articulista, a referida forma de remissão cumpre mais de um papel: 1) utilizar um mínimo de espaço com o máximo de eficiência, ao demonstrar que Israel se enquadra perfeitamente dentro dos atributos e argumentos utilizados pelos Estados Unidos para invadir o Iraque; 2) mostrar a contradição e a parcialidade dos argumentos americanos para justificar a invasão ao Iraque.

Chamamos a atenção para o modo como a estratégia remissiva utilizada se mostra eficiente no sentido de criar no leitor certa expectativa, para depois quebrá-la de uma forma surpreendente. Se, no início, o leitor não percebe a contradição, a tomada de consciência do contrassenso ocorre de forma quase que imediata, pois as primeiras frases da carta o levam a pensar que o seu autor se posiciona a favor dos critérios de julgamento americanos, para depois mostrar, implicitamente, que esses critérios não estão sendo aplicados a Israel. É importante destacar que, na missiva, o leitor não diz que o Iraque não se enquadra nos referidos atributos, querendo, talvez, mostrar que os Estados Unidos não aplicam os mesmos critérios de avaliação a todos, o que leva a concluir que as razões verdadeiras para a invasão do Iraque são outras.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O principal argumento utilizado para justificar a invasão dos Estados Unidos ao Iraque – ter armas de destruição em massa – provou ser falso, hoje sabemos. Paralelamente, Israel é o país mais fortemente armado do Oriente Médio, o que prova a força da argumentação do leitor-missivista da carta 39.

É interessante observar que não nos sentimos autorizados a usar a ironia em situações formais de interação social em que se estabelece uma relação de confiança e respeito mútuo entre, pelo menos, dois interlocutores. No entanto, o uso da ironia está associado a situações em que possivelmente essa relação de confiança e de respeito foi quebrada. A lei da sinceridade não está sendo cumprida e para demonstrar isso, o interlocutor, irônico, passa a usar da mesma insinceridade, ao mesmo tempo em que deixa claro que não está sendo sincero, pelo “absurdo” do que diz, muitas vezes utilizando-se de recursos supra-segmentais reconhecidamente reveladores do comportamento irônico. Na carta em análise, como sabemos, o seu autor não pode lançar mão desses recursos. Consegue ser irônico ao incorporar o discurso do seu interlocutor para depois aplicá-lo ao objeto “errado”. Talvez por apontar de uma forma tão contundente para o interlocutor como descumpridor da lei da sinceridade é que a ironia seja um recurso pouco utilizado em gêneros cujas características estejam ligadas à noção de democracia e liberdade de expressão, como é o caso de carta ao editor, pois, ao ser irônico, o enunciador mostra que na verdade o seu interlocutor não quer ouvi-lo, indicando, conseqüentemente, o quão antidemocrático é o discurso do outro, especialmente quando o outro se arvora de democrático. Adotando um comportamento irônico, o locutor da carta aponta para o fato de que o seu coenunciador não merece crédito.

A carta de número 71 também apresenta a ironia como forma de remissão, embora a referida forma de heterogeneidade mostrada se realize de maneira diferente da carta 39. Na carta 71, a remissão irônica aparece somente no final, pois todo o restante do conteúdo da missiva se refere às características negativas do governo de Saddam Hussein. Ao longo de quase toda a exposição dessas características negativas, o missivista dá a entender que se alinha com a abordagem política de Bush, para no final mostrar que o presidente americano não tem razão para condenar o governo iraquiano, uma vez que ambos compartilham características similares. O que há de irônico na

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

carta é a forma como o leitor missivista mostra essas similaridades com o uso da palavra *so* nas duas últimas sentenças: Leiamos a carta:

(71) *since Saddam seized power without any democratic mandate, his nation has suffered economic decline and become contemptible in the eyes of the world due to his bellicosity and unilateralist disdain for environment and the United Nations. At the same time, his weapons of mass destruction strike fear in our hearts. And he and his cronies have grown rich by corrupt dealings in oil and other industries. Why does Bush hate him so? They have so much in common.*
DAVID IRBY DINGLE, IRELAND.

Nesse caso, o locutor assume o conteúdo da enunciação, mas há uma discordância da atitude esperada para essa situação, o que provoca um efeito de choque sobre o leitor comum, especialmente sobre aqueles que se mostram a favor das atitudes do chefe do Estado americano.

3. Considerações finais

Se pensarmos em termos de propósitos a serem atingidos, podemos fazer conjecturas que se aproximem da realidade do gênero em questão. O caso da ironia se configura como proveitoso exemplo para esse tipo de análise. Nos dois casos analisados, podemos perceber o quão o efeito criado exerce um papel importante, pois gera uma espécie de epifania no leitor comum, que passa a perceber, se ainda não percebia, implicações de atitudes e posicionamentos teóricos que de outra forma demandaria uma longa argumentação.

Já a pressuposição remete para a questão da familiaridade e do conhecimento que o leitor comum tem com o assunto abordado no texto-base. Neste sentido, a revista presta auxílio a esse leitor, colocando ao lado das cartas a gravura relacionada ao texto referido pelas cartas publicadas naquela edição. A pressuposição vem ao encontro às intuições das Bronckart (2003), que afirma que a realização de um gênero depende de elementos circunstanciais.

As formas de heterogeneidade mostrada abordadas aqui denunciam o caráter fortemente dialógico do gênero do discurso *carta ao editor*, ao mesmo tempo em que se articulam com os propósitos comunicativos e com os efeitos almejados pelos leitores-missivistas, que, por sua vez, devem possuir a competência genérica necessária a

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

fim de que suas escolhas enunciativas surtam o desejado efeito. A esse propósito, a pressuposição, como a forma de remissão mais utilizada nas cartas, sugere uma tensão entre o uso da argumentação objetiva, e o uso de uma forma de argumentação menos calcada na abordagem objetiva e referencial dos temas. Em todo caso, seguindo de perto Bakhtin (1986), não podemos esquecer que as formas de intertextualidade aqui analisadas devem ser respaldadas pelo meio social em que são utilizadas. Uma prova disso é que o uso da pressuposição se destaca visivelmente na preferência dos leitores-missivistas, pelo menos no *corpus* que estudamos.

Ao longo da análise, observamos que as formas de remissão não são escolhidas aleatoriamente, mas guardam estreita relação com a maneira como o autor dá progressão a seu texto. Assim, podemos dizer, grosso modo, que existem formas de remissão que permitem uma exploração mais ampla da temática abordada pelos textos dialogantes. De outro lado, existem formas de remissão que só permitem um tratamento mais restrito das temáticas exploradas nesses textos, queremos dizer, onde há marcas textuais mais visíveis no processo argumentativo dentro do texto.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.

———. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: EDUC, 2003.

CARDOSO, Maurício Moreira. *O gênero carta ao editor em Newsweek: aspectos discursivos e sociointeracionais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará, 2005.

CHARAUDEAU, P. & MAIGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Trad. Izabel Maga-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

lhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

———. *Análise dos textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.

SWALES, J. M. *English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FRAGMENTOS ELEGÍACOS DE AMOR

Amós Coêlho da Silva (UERJ)
amosc@oi.com.br

RESUMO

A carta de amor. Ausência e abandono. O sedentarismo feminino e a aventura masculina, a navegação. Velas ao vento. A armadilha da qual não se saiu: que fazer? A nave de Teseu ao longe. Quando chegares à Acrópole, contarás sobre a derrota do homem-touro. Não esquecerás, acredita-se, que Ariadne foi abandonada numa terra inóspita.

Palavras-chave: Teseu. Ariadne. Amor.

Publius Ovidius Naso (43 a. C. – 18 d. C.) educou-se em Roma e estudou retórica na Grécia, embora o pai lhe tivesse apontado o caminho para o Direito, despertou bem cedo o seu interesse pela poesia. Algumas de suas obras são *Arte de Amar*; *Os Amores*; *Heroides*; *Os Remédios do Amor*; *Cosméticos para o Rosto*; *Os Fastos*; *Tristes* – todas em dísticos elegíacos ou pentâmetro datílico; *Haliêutica* e *Metamorfoses*, em hexâmetro datílico.

Dístico elegíaco:

D 才 ぼ ぼ ね ね // m 才 t 才 n 才 he r び ね \ m ね 本

T 才 np 才 \ s 才 ね ね // n 才 わ , \ s 才 ね ね

(*Tristes*, I, 9-56)

Enquanto *As Metamorfoses* relatam, em versos hexâmetros datílicos, múltiplas lendas, agrupadas em quinze livros, desde o surgimento do mundo, proveniente do caos, à apoteose de César, transformado em estrela, *Os Fastos* tratam do calendário religioso de Roma, em versos elegíacos, através de seis livros, computando um para cada um dos seis primeiros meses do ano e, com o desfalque de outros seis, pois foram interrompidos pelo exílio do Poeta, embora tivesse sido este poema dedicado a Augusto, com suas festas públicas.

As *Heroides* são um conjunto de cartas imaginárias dirigidas a amantes pelas heroínas da épica e tragédia helênicas. Em uma delas a poetisa Safo escreve para o mítico Fáon; nela Safo descreve o seu

Circulo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

furor eroticus:

Vror, ut, indomitis ignem exercentibus Euris
Fertilis accensis messibus ardet ager. (*Her.* 15, 9-10)

-Inflamo-me como campo fértil, que arde com as colheitas em chama, chama insuflada pelo Euro indômito.

X – Ariadne Theseo (P. Ouidi Nasonis Epistulae Herodum)

Illa relicta feris etiam nunc, improbe Theseu
Viuit. Et haec aequa mente tulisse uelis?

Em alguns códices o texto começa pelo dístico acima. Veja a tradução: *Perverso Teseu, aquela mulher abandonada por ti às feras ainda vive. Gostarias de ter levado também estas palavras com tranquilidade?*

Mitius inueni quam te genus omne ferarum; Credita non ulli quam tibi peius eram. Quae legis, ex illo, Theseu, tibi litore mitto, Vnde tuam sine me vela tulere ratem; 5 In quo me somnusque meus male prodidit, et tu, Per facinus somnis insidiate meis. Tempus erat, vitrea quo primum terra pruina Spargitur, et tectae fronde queruntur aues. Incertum uigilans, a somno languida, movi 10 Thesea pressuras semisupina manus. Nullus erat; referoque manus, iterumque retento, Perque torum moueo brachia; nullus erat. Excussere metus somnum; conterrita surgo, Membraque sunt viduo praecipitata toro. 15 Protinus adductis sonuerunt pectora palmis; Vtque erat e somno turbida, rapta coma est. Luna fuit: specto, si quid nisi litora, cernam; Quod videant oculi nil, nisi litus, habent. Nunc huc, nunc illuc, et utroque, sine ordine, curro: 20 Alta puellares tardat arena pedes, Interea toto clamanti litore, Theseu! Reddebant nomen concaua saxa tuum. Et quoties ego te, toties locus ipse uocabat: Ipse locus miserae ferre uolebat opem. 25 Mons fuit: adparent frutices in uertice rari; Hinc scopulus raucis pendet adesus aquis. Adscendo: uires animus dabat; atque ita late Aequora prospectu metior alta meo. Inde ego, nam uentis quoque sum crudelibus usa, 30 Vidi praecipiti carbasa tensa Noto: Aut uidi, aut iam, cum me uidisse putarem, Frigidior glacie, semianimisque fui. Nec languere diu patitur dolor: excitor illo, Excitor, et summa Thesea uoce uoco: 35 "Quo fugis? exclamo; scelerate, reuertera, Theseu.	Encontrei mais doçura em toda espécie de feras do que em ti; Eu ²³ não estaria pior confiada a qualquer um do que a ti. O que lêes te envio daquela praia, Theseu, Onde as velas levaram sem mim a tua nave; (5)Onde meu sono me atraçouu infelizmente, E tu armaste perversa cilada durante os meus sonhos. Era cedo, a hora em que a terra se cobria de névoa cristalina E as aves protegidas soltam lamentos na copa. Enquanto acordo com hesitação, negligente ainda do sono, (10) Apalpei e tateei semideitada. Não havia nada; levei outra vez a mão e tentei pela segunda vez, Movi os braços por toda a cama; não havia ninguém. Sobressaltos espantaram o sono; levantando assustada. Meu corpo se precipitou da cama vazia. (15)Logo ressoaram o meu peito com socos pesados; Arranquei o(s) cabelo(s) quando ainda estava no desalinho do sono. Havia lua: olhei e procurei, mas só havia praia; O que os olhos viam, eram apenas praia. Então corri para lá e para cá, e em ambos os sentidos, sem ordem: (20) A areia afundada (das minhas passadas) deteve os pés femininos, Entretanto, por todos litoral em gritava, Teseu! As pedras côncavas retornavam teu nome. E quantas vezes eu te chamava, tantas outras o próprio local chamava: O próprio local queria partilhar o esforço da infeliz. Numa montanha em cujo cimo vicejam raros arbustos; De lá pende um rochedo gasto pelas roucas águas (do mar). Subi até lá levada pelo desespero; Medi assim largamente com minha visão a imensi-
--	---

²³ A letra "E" (assim outras maiúsculas) está maiúscula para indicar o início de um verso.

<p>Flecte ratem: numerum non habet illa suum." Haec ego; quod uoci deerat, plangore replebam; Verbera cum uerbis mixta fuere meis. Si non audires, ut saltem cernere posses, 40 Jactatae late signa dedere manus; Candidaque imposui longae uelamina uirgae, Scilicet oblitos admonitura mei. Iamque oculis ereptus eras. Tum denique fleui: Torpuerant molles ante dolore genae. 45 Quid potius facerent, quam me mea lumina flerent, Postquam desiderant uela uidere tua?</p>	<p>dão do mar. Daí eu vi – pois também me servi dos cruéis ventos – (30) tuas velas impelidas pelo Noto impetuoso. Ou vi, ou agora quando contava que tinha visto, Fi- quei mais fria que gelo e desmaiada. A dor não me permite ficar desmaiada por muito tempo; Excita- me e chamo com força Teseu: (35) “Para onde fo- ges? Grito: volta cruel Teseu. Desvia o teu barco, ele não tem ordem definida.” Eu disse estas coisas; o que faltava à voz, supria com soluços; Os golpes se misturaram com minhas palavras. Já que não ou- vias, (40) As mãos fizeram largamente sinais gesti- culados, para que pudesses (ao menos) me ver; usei panos brancos numa longa vara. Sem dúvida havia de advertir aquele que esqueceu de mim. Já estavas fora do alcance dos meus olhos. Então chorei. Minha face delicada entorpeceu-se com a dor. (45) Que podiam fazer meus olhos senão chorar, de- pois que tuas velas deixaram de ser vistas? (...)</p>
--	--

O termo “discursus” se compõe de “dis”, dispersão, mais a formação do supino latino “cursum” de “curro”, correr. Para Roland Barthes (2000, p. 13-14), *o enamorado não pára de correr na sua cabeça, de empreender novas diligências e de intrigar contra si mesmo*. De modo que, afirma ele, *(S)eu discurso só existe através de lufadas de linguagem (Idem)*. E isso de maneira aleatória.

Essas frações de linguagem tomam formas “coreográficas” no sentido grego da expressão ‘schēma’, atitude exterior, gesto, fluindo momentos mais ativos ou menos ativos. Ariadne preencheu seu discurso com “o coração”, ou seja, batimento cardíaco de acordo com inquietudes, “uma carta”, aliás, nunca lida por Teseu, “o corpo do outro”, “a doce calma dos teus braços”, “a alvorada”, ou melhor, despertar em pânico, “a nave fantasma”, quer dizer, ficar errante, “angústia”, “ausência”, “velas ao vento. A armadilha da qual não se saiu: que fazer?”

Quando chegares à Acrópole, contarás sobre a derrota do homem-touro. Não esquecerás, acredita ela, que Ariadne foi abandonada numa terra inóspita. *Si non ego causa salutis, / Non tamen est cur sis tu mihi causa necis. Se não sou causa de tua salvação, / não há motivo por que sejas a causa de minha morte.* (143-144) E nos versos 149-150: *“Flecte ratem, Theseu, versoque relabere uento. Si primus occidero, tu tamen ossa feres. Teseu, faze voltar tua nau; deixa que os ventos contrários a impilam. Se eu morrer antes, pelo menos levarás meus ossos.”*

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. *Fragments de um discurso amoroso*. Tradução de H. dos Santos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.
- BAYET, Jean. *Littérature latine*. Paris: Armand Colin, 1964.
- BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. Petrópolis: Vozes.
- _____. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia e religião romana*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CRUSIUS, Federico. *Iniciación em la métrica latina*. Versão e adaptação de Ángeles Roda. Barcelona: Bosch, 1951.
- ERNOUT, A. & MEILLET, A. *Dictionnaire ethymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Klincksieck, 1985.
- HARVEY, Paul. Traduzido por M. da Gama Kury. *Dicionário Oxford de literatura clássica: grega e latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- HUMBERT, Jules. *Histoire illustrée de la littérature latine – précis méthodique*. Paris: Henri Didier, 1932.
- SPALDING, Tassilo Orpheu. *Pequeno dicionário de literatura latina*. São Paulo: Cultrix, 1968.
- VERGNA, Walter. *Heroídes: a concepção do amor em Roma através da obra de Ovídio*. Rio de Janeiro: Museu de Armas Ferreira da Cunha, 1975.

**LA EXPERIENCIA METODOLÓGICA
DEL ATLAS LINGÜÍSTICO DIATÓPICO Y DIASTRÁTICO
DEL URUGUAY (ADDU)**

María Josefina Israel Semino
dlamji@hotmail.com

RESUMO

Neste texto resumiremos brevemente a experiência metodológica do *Atlas Lingüístico y Diastrático del Uruguay* (ADDU), cujo trabalho de campo acompanhamos desde seu início em 1989 (e cujas publicações ainda estão sendo sucessivamente editadas). Referir-me-ei em especial à experiência como entrevistadora na região norte e nordeste do Uruguai, região de particular importância lingüística, pois nela ocorre o contato direto do espanhol com o português no território uruguaio. O ADDU é um exemplo privilegiado de uma metodologia de pesquisa do contato lingüístico, para a formação teórico-crítica do docente de línguas.

Palavras-chave: Metodologia. Contato de línguas. Atlas Lingüístico

INTRODUCCIÓN

En este trabajo nos proponemos resumir brevemente la experiencia metodológica del *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay* (ADDU), cuyo trabajo de campo acompañamos desde su inicio en 1989 (y cuyas publicaciones aún están viendo sucesivamente la luz). En especial daré cuenta de la experiencia que como entrevistadora, junto a mi esposo, Sirio López Velasco, tuve la oportunidad de desarrollar en la región norte y noreste del Uruguay, región de particular importancia por ser el escenario del contacto directo del español con el portugués en territorio uruguayo.

1. La propuesta teórico-práctica del addu según sus idealizadores

Los coordinadores del ADDU, Harald Thun (Mainz-Kiel) y Adolfo Elizaincín (Univ. de la República, Uruguay), con la colaboración de Carlos E. Forte presentaron en 1989 su propuesta de la manera que resumimos, siguiéndolos paso a paso, en lo que sigue (Thun, Forte & Elizaincín, 1989).

1.1. Fundamentos

En la dimensión diatópica Thun y Elizaincín (T&E, en lo que sigue) rechazan tres tesis anteriores propuestas para el panorama lingüístico uruguayo: a) la de la “homogeneidad lingüística” del Uruguay, que se remonta a los años veinte del siglo XX con Pedro Henríquez Ureña; b) la de la división en dos zonas en base al voseo o tuteo pronominal o verbal, propuesta por J. P. Rona en los años 60, y recogida por A. Zamora Vicente; y c) la de las cuatro o más zonas lingüísticas propuesta por A. Berro García en los años 30 y recogida por F. Hensey al principio de los 70 en su análisis de la frontera Uruguay-Brasil. A las dos primeras se les reprocha la falta de criterios para operar la división pretendida, y a la última se le atribuye carácter especulativo, por falta de datos de campo que la apoyen.

Thun y Elizaincín constataron que no se había hecho ningún estudio sistemático sobre la variación diastrática, y sobre la diafásica faltaban estudios extensos y pormenorizados; sobre esta última consideran que grabaciones hechas por Thun en el Norte en 1981 muestran que el uso de elementos españoles o lusobrasileños está relacionado a factores diafásicos (como el tema y la duración de la conversación).

Presentan las bases teóricas del ADDU diciendo que pretenden abordar la “variación externa e interna”, las dimensiones diatópica, diastrática y diafásica, e incursionar en “dos aspectos relacionales”. Si lo relativo a las dimensiones no merece más comentarios para un lector iniciado, vale la pena explicar brevemente lo que contienen los otros dos ítems aquí mencionados. Se dice que “la variación externa se determinará por la comparación de los hechos lingüísticos uruguayos con los del español de la cuenca del Plata, del español americano y europeo y de la Rumania en su totalidad” (en lo que significa, agregamos, una labor de varias generaciones de lingüistas); la “variación interna” cubre el espacio variacional del Uruguay, abordado en una consideración combinada de las tres dimensiones antes citadas (según la dialectología multivariacional concebida por Coseriu, que, reconocen T&E, es imposible llevar a la práctica en cada caso por la infinidad de aspectos que se vinculan). Esa misma referencia teórica guía a T&E en lo relativo a los aspectos relacionales, que es el de su “vinculación funcional y orientada”, donde, “los

rasgos tópicos pueden ser a la vez estráticos y ambos funcionan potencialmente como fásicos”, porque “todos los rasgos variacionales se manifiestan en una situación comunicativa y son por lo tanto siempre ‘fásicos’ ”. Por otro lado, el ADDU quiere encuadrarse en la dialectología relacional que “contradice la afirmación explícita o la suposición implícita según la cual las variedades lingüísticas existen ‘objetivamente’ sólo después de haber sido identificadas por el lingüista”. La dialectología relacional, por el contrario, “define como una de sus tareas fundamentales la de investigar sistemáticamente el conocimiento que poseen los hablantes sobre las formas lingüísticas no utilizadas por ellos en un discurso actual pero que forman parte de su saber lingüístico”. Esto apunta en un sentido lato a la existencia de “un saber paradigmático”, pero “más precisamente se diría que ese conocimiento se refiere a formas que integran paradigmas pertenecientes a otras variedades” (y así, por ejemplo, agregamos nosotros, un montevideano, aunque no la use, podría identificar una cierta forma, como siendo “el Norte”, un anciano como siendo “de los jóvenes”, y viceversa). Afirman T&E que el saber de los hablantes satisface las exigencias de la lingüística del distanciamiento (Abgrenzungslinguistik), según la cual “una de las funciones esenciales de las variedades consiste en señalar la pertenencia a un grupo o la exclusión de un grupo” (como lo hemos visto antes en este trabajo, a propósito del “prestigio encubierto”).

1.2. Concepción del trabajo de campo

Fueron previstos 127 puntos de encuesta (correspondientes a 576 entrevistas), con una red que cubre por lo menos un punto a cada 250 km²; están incluidas las capitales departamentales, trece puntos en Montevideo (correspondientes a barrios históricos y marginales, con la presunción de que pueden presentar variantes relevantes); en ese universo se considera que hay probablemente 34 localidades bilingües español-portugués del norte y noreste.

Los criterios para la división-captación de las dimensiones diastrática y diafásica están explicados en la sección siguiente de este trabajo.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

El Cuestionario (dos versiones casi idénticas, una en español, la otra en portugués) tomó como base el del Atlas Lingüístico de Hispanoamérica (ALHA) pero con muchas modificaciones, comenzando por la reducción del número de preguntas a 860; nótese que las de la parte léxica, agrupadas en diversos campos semánticos, pretenden incursionar en aspectos etnográficos mayores del Uruguay rural (los que serán también objeto de registro fotográfico, siempre que fuera posible). El Cuestionario portugués incorporó en la parte lexical una veintena de preguntas específicas en base a un muestreo de tupinismos y africanismos detectados en muestreos anteriores con informantes nativos del centro de Brasil. (Nótese, como lo explicaremos en la sección siguiente, que la versión inicial de los Cuestionarios fue luego corregida a la luz de los resultados iniciales del trabajo de campo).

Los entrevistadores serían formados en cursillos teórico-prácticos. Alvar, manifestándose contra la pluralidad de encuestadores había dicho: “La pluralidad de encuestadores atenta, como es lógico, a la unidad de la transcripción; por muy fino que sea el oído de varios colectores, es difícil que se produzcan desajustes” (Alvar, 1973, p.144; en esta obra las páginas 141 a 149 están dedicadas al tema de los encuestadores en un trabajo dialectológico). Aunque se toman en serio los inconvenientes planteados contra un trabajo realizado por un gran número de entrevistadores, a causa de “la diferencia de percepción”, y nosotros agregamos, de método, propia de cada persona, T&E decidieron trabajar con muchos entrevistadores, “convencidos de la prioridad científica del factor temporal” pues “el Atlas Lingüístico tiene que ser la toma instantánea de un estado sincrónico de la lengua y no deformar el corte sincrónico con una diacronía mal disimulada debida a un estiramiento de las encuestas a lo largo de los años” (*op. cit.* p. 49). Ahora bien, las entrevistas serían totalmente grabadas (en modernos grabadores UHER 4400 Report Stereo IC, que usan cintas BASF ferro LH HiFi DP 26, 60 min. Por pista, velocidad 9,5 y con transcripción fonética simultánea de, por lo menos, la primera respuesta espontánea de cada informante en cada pregunta (de la parte lexical; en la sección siguiente explicaremos el procedimiento usado en la parte gramatical). Nos permitimos agregar que la grabación total de las entrevistas neutraliza en gran medida las reservas planteadas contra la pluralidad de entrevistadores (por ejemplo

por Alvar) en la medida en que el posterior trabajo de análisis permite volver innumerables veces a escuchar al informante que se quiera antes de decidirse por una u otra interpretación de cualquier aspecto de su habla.

1.3. Publicaciones proyectadas

Con base en los resultados del trabajo se preveía la edición de las siguientes publicaciones: a) el Atlas propiamente dicho; b) Índices de Concordancia del ADDU (índices fonéticos, morfosintácticos y léxicos y una concordancia de los lemas de los mapas con los de otros Atlas románicos, particularmente iberorrománicos); c) Textos Orales del Uruguay (corpus transcrito y transliterado de textos seleccionados en las grabaciones); y d) Manual del ADDU (concebido como guía para las obras anteriores).

2. La experiencia metodológica del ADDU: mi visión y vivencia

2.1. Algunos fundamentos teóricos

2.1.1. Los aspectos diatópico, diastrático y diafásico de la lengua

Como se dijo, a partir de las conquistas de la geografía lingüística y dialectología contemporáneas, y tratando de aprender de los errores cometidos por otras empresas similares, el ADDU trata de captar simultáneamente las variantes diatópicas, diastráticas y diafásicas del habla uruguaya, en sus diversos registros, niveles y estilos. La diatopía es realizada a través de encuestas en 127 localidades distribuidas de forma equidistante en todo el territorio uruguayo, aunque dándose especial atención a la zona norte y noreste, por el contacto con el portugués y en Montevideo por ser el hábitat de la mitad de la población nacional.

En la variante diastrática, el ADDU trabaja con las variables socio-educativa, etaria, y también sexual (en la medida de lo posible). En la primera se distinguen dos clases socio-educativas, siendo una, la de los informantes, que por lo menos terminaron la enseñanza secundaria y otra, la de aquellos que no lo hicieron. (La división cla-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sista económica, no fue adoptada por considerarse que, sobre todo en la zona rural uruguaya sería muy difícil obtenerse información fidedigna sobre la renta de los informantes y también a partir de la intuición de que sobre todo en las zonas norte y este, debido a la presencia del portugués, los comportamientos lingüísticos relativamente más o menos “cultos”, no están determinados por el poder económico del hablante). La variante socio-educativa no fue aplicada a los informantes que hablan portugués en sus casas, por la sencilla razón de que se constató que en buena parte de esa población habitante de la zona norte-este, en especial, en pequeñas poblaciones, no había personas que hubieran concluido la enseñanza secundaria.

En la variable etaria se distinguen dos grupos, el de los informantes que tienen entre 16 y 30 años (grupo de los jóvenes) y el de los que tienen más de 50 años (grupo de los viejos); tal división surgió de las siguientes consideraciones: a) en el primer grupo se captaría el habla juvenil-adulta ya consolidada (habiendo sido dejadas atrás las indecisiones infantiles), mientras que en el segundo grupo se revelaría el habla arcaizante de las viejas generaciones; esto hace posible al ADDU establecer una interesante comparación entre la lengua de los jóvenes y la lengua de los viejos, en todas las dimensiones estructurales y en los diversos registros, niveles y estilos del habla en un momento sincrónico determinado; b) de la suposición de que entre los 30 y los 50 años hay una especie de “tierra de nadie” entre el lenguaje consolidado y el habla arcaizante.

La variante sexual se lleva en cuenta en la medida de lo posible, tratando de equilibrar el número de informantes hombres con el de mujeres, pero esto no puede pasar de una simple aproximación en las áreas rurales, dadas las características del trato entre las gentes y las posibilidades de entrevistarse a las mujeres lugareñas, como lo veremos en lo que sigue al detallar el trabajo de campo.

La variante diafásica pretende detectar y comparar la alternancia de registros, niveles y estilos de habla, que el ADDU pretende captar a través de una combinación de: a) respuesta a cuestionario lexical (de hecho son dos en la zona norte-este, uno en español y otro en portugués); b) respuesta a cuestionario morfosintáctico (también dos en la zona norte-este); c) charla libre espontánea o suscitada por el entrevistador en el informante, y d) lectura. Como es evidente, en

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

todas estas instancias se presta atención a las variantes fonético-fonológicas y a las que diferencian el habla coloquial y libre de aquella “cuidada” y sometida a autocontrol.

2.1.2. Lingüística relacional (a) como dicen otros, b) Norte-este: como se dice en la otra lengua)

Inspirándose de una tendencia teórica que se afirma con particular énfasis en los últimos años, el ADDU pretende realizar un levantamiento lingüístico acorde a lo que su equipo dio en denominar “lingüística relacional”. Esto significa, que en las respuestas al cuestionario lexical y morfosintáctico además de obtener la respuesta espontánea del informante, se pide a éste que nos informe de las formas usadas por otras personas, y en la medida de lo posible identifique a estas últimas, sea por su procedencia geográfica, por su nivel socio-educativo, por su franja etaria, o por cualquier otra particularidad. (De forma a obtener respuestas del tipo: “así dicen los del norte”, o los del sur, o los viejos, o los jóvenes, o los mucho o poco instruidos, etc.). Nótese que la demanda de esta identificación relacional no anula la posibilidad de que el propio informante, use más de una forma para la cuestión preguntada, cosa que se confirmará con él, para distinguir los casos en que el informante dice que usa sólo y tan sólo algunas de ellas, y no otras que serían practicadas por algunos de esos “otros” diferentes de él; y nótese que decimos “dice”, porque no es infrecuente el caso en que un informante que respondiendo sobre todo a la parte morfosintáctica acaba de decir que no usa la forma “x” porque tal variante es propia de personas “de poca instrucción”, se contradice un minuto después, usando espontáneamente la forma “x” en un momento de charla libre. El ADDU pretende detectar tal tipo de contradicción a los efectos de entender mejor el funcionamiento de la variable diafásica en el día a día de la lengua.

2.1.3. El componente etnográfico (gauchesco-rural)

El ADDU da particular importancia en diversas secciones de su cuestionario (tanto en la versión española como en la portuguesa) y en la charla libre con los informantes, al componente gauchescorural de la cultura uruguaya; esto porque como lo vimos anterior-

mente, tal componente tiene aún hoy día gran importancia en todo el país, especialmente en sus zonas centro y norte-este. Para complementar la información oral recogida a este respecto, se usaron los registros fotográficos y en menor medida (no voluntariamente) la filmación; complementos tanto más importantes que algunas de las entidades censadas (herramientas, costumbres, etc.) están en avanzado proceso de extinción (siendo muchas veces desconocidas de los jóvenes habitantes de Montevideo).

3. Criterios para la delimitación del trabajo de campo

3.1. La pareja de entrevistadores y sus respectivos roles

El ADDU previó para los entrevistadores un cursillo de preparación teórico-práctica para su tarea.

El ADDU trabaja con entrevistadores que operan siempre en pareja. En la medida de lo posible, se trató de que cada dúo estuviera compuesto por un hombre y una mujer, a los efectos de facilitar la interacción respectiva con informantes de uno y/u otro sexo, especialmente en las pequeñas localidades más alejadas, (y sobre todo, en las partes de la entrevista referentes a temas “delicados”, como los de la sexualidad, como se verá en lo que sigue). Sus roles se distribuyen como sigue: mientras uno interactúa con el informante, el otro es responsable por la grabación de la entrevista. Uno y otro, durante el transcurso de la misma, toman anotaciones relevantes para el chequeo de la información obtenida, en la forma que se referirá ulteriormente, y ambos pueden hacer los registros fotográficos complementarios a la entrevista. Los referidos papeles pueden ser más o menos permanentes o alternativos, ya que ambos investigadores, han recibido un entrenamiento previo para tales fines, pero la pareja puede por consenso distribuirse de forma más o menos permanente la ejecución de las dos principales tareas aludidas.

3.2. La determinación de los lugares de encuesta

Como se dijo anteriormente, los 127 lugares de encuesta elegidos por el ADDU, cubren, en base al principio de la equidistancia, todo el territorio uruguayo; tal principio solamente es en parte y en

última instancia violado cuando la inexistencia de aunque sea un pequeño centro poblado en una vasta región de estancias, hace imposible financieramente la cobertura de tal lugar por parte de los investigadores, que deben adecuar sus tareas al monto de los recursos disponibles (provenientes de la DFG alemana). Respetado ese límite extremo, el ADDU llevó hasta pequeños poblados donde aún hoy falta la luz eléctrica y son muy raros los automóviles.

3.3. Criterios para la elección de los (grupos) de informantes

Ya hemos mencionado las directivas socio-educativa, etaria y sexual para la elección de los informantes. Cabe agregar que un criterio fundamental para ser informante del ADDU es el de ser originario de la localidad donde se procesa la entrevista; en localidades muy pequeñas donde tanto el número de habitantes como la relativa desconfianza hacia los investigadores hacía imposible el respeto absoluto de este criterio, fueron aceptadas como informantes, personas que hubieran recibido en el local de manera ininterrumpida, por lo menos durante los últimos diez años inmediatamente anteriores.

El criterio lingüístico fundamental usado en el ADDU es que cada informante es entrevistado en la lengua que practica en su casa; así se aplicarán respectivamente el cuestionario en español, o el cuestionario en portugués. Eso significa que, dadas las características lingüísticas del Uruguay y la restricción antes mencionada en lo que respecta a los informantes que hablan portugués, cada localidad puede tener entre 4 y 6 grupos de informantes, respectivamente: a) (En el norte y parte del este) grupo de los hispanohablantes jóvenes sin secundaria, grupo de los hispanohablantes jóvenes con secundaria, grupo de los hispanohablantes viejos con secundaria (no siempre existente), grupo de los hispanohablantes viejos sin secundaria, grupo de los lusohablantes jóvenes y grupo de los lusohablantes viejos; b) (zona centro y sur) algunos o todos de los cuatro primeros grupos mencionados.

El ADDU fijó como criterio que cada grupo no podía estar representado en ningún caso por menos de dos informantes, y se optó preferentemente por entrevistas donde simultáneamente eran cuestionados dos informantes pertenecientes al mismo grupo, a los efectos

de intentar garantizar la aparición de respuestas espontáneas para cada pregunta y de suscitar los comentarios de los informantes sobre las formas utilizadas respectivamente por uno y otro y/o por “otros”.

4. El trabajo de campo

4.1. Los útiles de trabajo

4.1.1. Cuestionarios

Como se dijo el cuestionario lexical y morfosintáctico, y que también incluye el texto para lectura, tiene dos versiones, una en español y la otra en portugués. La española es un poco más extensa, pues tiene 860 preguntas, y la portuguesa, como se dijo contenía una veintena de preguntas específicas. En ambas versiones, la parte lexical (que es un poco mayor en la española), está distribuida por secciones de grupos de preguntas que refieren por ejemplo entre otros, a las partes del cuerpo humano, las tareas e instrumentos agrícolas, la flora y la fauna, las creencias y costumbres. Cada pregunta recibe en el cuestionario diversas respuestas posibles, primero en español y luego en portugués. Cabe al entrevistador obtener una o más respuestas espontáneas del informante; agotada la instancia en que se le pregunta si conoce otras respuestas para la indagación efectuada, el entrevistador le preguntará si usa o ha oído alguna de las formas constantes en el cuestionario (primero, las españolas y luego las portuguesas, o lo contrario si el informante es un lusohablante y el cuestionario usado es el portugués). Ejemplo de pregunta (Cuestionario en español, No. 208): *Nombres que se dan al que despilfarra dinero: esp. manirroto, derrochón, manosuelta, despilfarrador; port. desgovernado, gastador, mão-rotá*). Nótese que puede suceder y sucedió muchas veces (lo que llevó a actualizaciones de los cuestionarios como lo veremos después), que el informante responda a la pregunta que se le hace con una palabra que no consta en las alternativas que se le ofrece; el investigador en ese caso, toma nota de la forma en cuestión y la incluye en las alternativas de las siguientes entrevistas para la referida pregunta (al tiempo que la somete a consideración de las reuniones de investigadores a las que nos referiremos después). Como se dijo, en cada pregunta se trata de determinar, no sólo la forma usada por el informante, sino también aquellas que él ha oído

usar a “otros”. Al mismo tiempo que escucha, el entrevistador transcribe fonéticamente las respuestas espontáneas del informante y marcará positiva o negativamente aquellas otras que el informante dice usar o conocer en lo referente a cada pregunta del cuestionario dedicado al grupo en cuestión en la localidad de que se trate. (Así para cada grupo encuestado, hay un cuestionario que recoge todas las respuestas espontáneas en su debida expresión fonética, y tiene marcadas positiva o negativamente cada una de las otras alternativas ofrecidas). El cuestionario morfosintáctico (también en dos versiones) incluye principalmente preguntas relativas a usos de tiempos verbales y algunas a uso de pronombres y giros lingüísticos. En este caso, el entrevistador lee las diversas alternativas propuestas y pide que el informante diga cuál (o cuales) usa y cuál (o cuales) ha oído que “otros” usen. (Ejemplo de pregunta en la parte de Sintaxis, referente al uso del complemento pronominal directo, en la versión portuguesa, No. 654: *Como o senhor diz quando faz tempo que não tem visto o Antonio: 'Faz dias que não: a) o vejo, b) lhe/le vejo, c) vejo ele.*

Como ya se dijo, siempre se suscita la charla libre que surge con motivo de alguna pregunta, sea o no directamente vinculada con ella; el ADDU fijó como criterio que al fin de los trabajos con cada informante, debería haber por lo menos en total media hora de charla libre de éste. Para orientar al entrevistador, el cuestionario incluía algunos tópicos de particular interés por su contenido etnográfico en lo que a charla libre se refiere, como ser, remedios caseros, creencias y fiestas populares entre otros.

Por último el cuestionario incluía el texto para lectura, fijando como criterio que la misma debía ser solicitada a todo informante capaz de leer (independientemente de la facilidad o velocidad con que podía hacerlo). Tal texto, tanto en la versión española como en la portuguesa del cuestionario, es la parábola bíblica del “Hijo pródigo”; ese conocido texto fue levemente alterado, tanto en español como en portugués, a los efectos de obtener hechos fonéticos (incluyendo grupos consonánticos) de especial interés lingüístico, (así por ejemplo, destacaban las palabras “bellota” (para ver la producción de la /b/ y de la / \diamond /, /j/ o / \bullet / para la letra ‘ll’ y el grupo consonántico “kt” en la palabra “aspecto”; y formas semejantes en portugués). Nótese que también esta lectura fue frecuentemente motivo de obtención de un interesante trecho de charla libre por el informante.

4.1.2. El grabador y las cintas

Para todas las entrevistas del ADDU se utilizaron sofisticados grabadores de fabricación alemana con cintas magnéticas de 3 horas de duración cada una, y dos micrófonos de alta sensibilidad colgados respectivamente al cuello de los informantes (cuando se entrevistaba a dos al mismo tiempo), o del informante y el entrevistador (cuando el entrevistado era uno solo).

El responsable por la grabación usaba audífonos que le permitían verificar a cada instante la calidad de la misma; esta práctica era de particular importancia en las localidades que no contaban con luz eléctrica y donde el grabador debía funcionar con pilas, pues a partir de una cierta pérdida de potencia de las mismas, la grabación podría llegar a ser perfectamente ininteligible, si tal pérdida de calidad no fuera detectada en el acto y cambiadas las pilas por otras nuevas. El responsable por la grabación, también anotaba en la etiqueta de la cinta que estaba siendo usada, los números de contador del grabador correspondientes a partes especialmente interesantes de la *performance* del informante, a los efectos de permitir su pronta recuperación en instancias posteriores del trabajo. Cabía a ambos investigadores, el etiquetaje de las cintas y cuestionarios en la forma que se referirá en lo que sigue. En la zona norte y noreste, la media de grabación para cada grupo de informantes fue de 6 horas. En la totalidad de los trabajos del ADDU, se grabó alrededor de 3000 horas.

4.1.3. Cámara fotográfica y filmadora

Como se dijo, la información oral fue en el ADDU complementada por documentos fotográficos y algunas filmaciones, en especial, en lo referente a ítems de particular interés etnográfico, así como para contar con un archivo en imágenes de los entrevistadores y entrevistados. Nótese que algunas veces la entrega al informante de una fotografía suya o de su familia, fue en algunas localidades alejadas, una modesta forma de retribución calurosamente acogida por ellos.

4.2. La recolección de la información

4.2.1. Cómo conseguir alojamiento (los “contactos” que abren puertas)

Si en Montevideo y las capitales departamentales, los recursos financieros y la infraestructura disponible permitieron a los investigadores alojarse en hoteles y pensiones, muy diferente fue la solución en localidades alejadas, que no contaban siquiera con un albergue. En esos casos, el único alojamiento disponible y utilizado (a partir de autorización obtenida de la autoridad competente, que en el Uruguay, es la Inspección Escolar), fue la escolita del lugar; en otros, el albergue fue proporcionado por el local de alguna iglesia, instancia administrativa pública, o una casa de familia. En unos y otros casos, a veces, cupo a los investigadores dormir en el suelo y trabajar sin agua potable ni luz eléctrica; esta realidad permitió visualizar con claridad, que no basta para ser un buen entrevistador en una empresa de sociolingüística, ser un buen conocedor de la teoría y técnica de esa ciencia, porque otras características relativas a la frugalidad, y por qué no decirlo, al coraje individual, son determinantes para que se asuman los desafíos del *métier*.

4.2.2. Cómo conseguir informantes (los “contactos” que abren puertas)

En las localidades remotas del Uruguay (como al parecer sucede en cualquier otro punto semejante del planeta), los habitantes tienden a ser desconfiados con cualquier “extraño”, en especial, cuando éste ocupa todo su día en hacer preguntas a los lugareños. De ahí, la dificultad de conseguir informantes para una empresa como la del ADDU. En esas condiciones, la única manera de hacerlo, fue a través de intermediarios que gozaban de la confianza de los lugareños, destacándose en primer lugar, en ese papel, los maestros, los administradores públicos, los líderes religiosos y los caudillos económicos y/o políticos locales. Una vez conseguido con algunos de estos intermediarios el primer informante, la simpatía y habilidad de los investigadores debía tratar de transformar a éste, en un nuevo intermediario, que llevara, ahora ya en clima de confianza, hasta nuevos informantes, en su círculo familiar o de amistades. Como había

algunos recursos destinados a ese fin, en los casos que esto resultase indispensable, y dentro de lo disponible, se ofrecía gratificación financiera a cambio de la entrevista solicitada. Este mecanismo podía revelarse indispensable, por el hecho de que la realización de las 6 o más horas de entrevista con el informante, suponía normalmente tener que molestarlo en su residencia, a razón de 2 ó 3 horas diarias, durante 2 ó 3 días. (El ADDU fijó como criterio que el local de la entrevista debía ser preferentemente la casa del informante, por considerar que en su entorno familiar, éste se sentiría mucho más a gusto, dentro de los límites en que esto era posible, sobre todo el primer día de la entrevista, ante una situación tan inusitada, como la que le hacía vivir el ADDU).

4.2.3. El trato con el informante

Para conseguir y mantener informantes por todo el tiempo necesario, a los efectos de completar la entrevista, el ADDU orientó a los investigadores a renunciar a cualquier postura de superioridad y/o que chocase los hábitos de los lugareños. La experiencia mostró que los informantes, incluyendo los de las localidades más alejadas, se sentían cada vez más a gusto en la situación de entrevistados, por el hecho de sentir que le estaban “enseñando cosas” a “esa gente instruida que viene de la ciudad”. El trato respetuoso y en posición de aprendizaje por parte de los investigadores, era más decisivo aún, cuando el informante era una mujer. Como el cuestionario lexical en la parte referente al cuerpo humano tenía preguntas relativas a “partes sexuales y sexualidad” (por ejemplo: ¿“cómo llama al órgano sexual masculino/femenino”?), la experiencia indicó que, en caso de ser la informante una mujer, en esa sección la entrevista corriese a cargo de una investigadora, debiendo retirarse del local el investigador de sexo masculino; en caso de tratarse de un informante, la que debía retirarse del local si se quería obtener respuestas completas y francas, era la investigadora.

4.3. La proto-organización de la información

4.3.1. Anotaciones en el Cuestionario

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Como se dijo, el entrevistador, mientras oye al informante, registra en el cuestionario la transcripción fonética de las respuestas espontáneas obtenidas en la parte lexical. Pero a esto se agrega, en relación a ésta como a cualquier otra parte del cuestionario las anotaciones que el entrevistador crea conveniente realizar a propósito del habla del informante, a los efectos de la pronta recuperación de esos trechos en momentos ulteriores del estudio.

4.3.2. Anotaciones del técnico en la etiqueta de la cinta

Como ya se mencionó durante el transcurso de la entrevista, el técnico anotaba en la etiqueta de la cinta que estaba siendo usada y con el correspondiente número de contador, los trechos de charla libre y/u otra información relevante, a los efectos de su pronta recuperación en el futuro.

4.3.3. Triple etiquetaje: en la cinta, en su caja y en el cuestionario

Cada entrevista recibió en el ADDU, un triple etiquetaje: a) en cada cinta y en su respectiva caja especificando la Localidad, Grupo de Informantes, las preguntas allí contenidas y los números de contador de las informaciones especialmente relevantes; b) en cada cuestionario, especificando la Localidad y el Grupo de Informantes.

4.3.4. Ordenación, transporte y almacenamiento de cintas y cuestionarios

Las cintas y los cuestionarios de las diversas localidades, después de etiquetadas por los correspondientes investigadores (cuyos nombres constaban en cada cuestionario y caja de cinta para cualquier eventual consulta futura), se transportaron al local-sede del ADDU en una dependencia del Instituto de Lingüística de la Universidad de la República en Montevideo, donde fueron alojados en estanterías apropiadas y sometidos al primer procesamiento que detallamos a seguir.

4.4. El primer procesamiento de la información

En el local-sede del ADDU antes mencionado, se procedió a la verificación de cada uno de los cuestionarios resultantes de las entrevistas, a los efectos de detectar eventuales olvidos o respuestas vacías en la ejecución de las preguntas. Paralelamente se realizaron reuniones conjuntas de los investigadores (en total llegaron a ser una veintena para todo el país), con el objetivo de alterar el cuestionario haciendo los agregados o supresiones que se revelasen necesarias, y que se incorporarían de ahí en adelante, a las entrevistas por venir. De la revisión de los cuestionarios y de las reuniones de los investigadores realizadas hacia el fin de los trabajos de campo, se dedujo la necesidad de efectuar en ciertas localidades, secciones totales o parciales de entrevistas que recibieron el nombre de “visitas de control”. Así se completaron cuestionarios ya existentes, o se rellenaron otros nuevos, dependiendo del tipo de laguna que se debía subsanar. Todas las cintas fueron enviadas a Alemania, donde se realizó una copia integral que volvió para ser almacenada y utilizada en el local-sede en el ADDU en Montevideo.

4.5. Procesamiento avanzado de la información

A partir de 1992 y en una fase de la que no tuve el privilegio de participar, tanto en Alemania como en Montevideo se viene haciendo el procesamiento sistemático de la información recogida, del que han resultado algunas publicaciones en las que constan mapas del tipo del que reproducimos en el anexo I. Esa tarea habrá de ocupar sin duda, a varias generaciones de lingüistas (lo que se hace posible por el hecho de que según se nos ha dicho, la información constante de las cintas tiene vida asegurada por 100 años).

5. Conclusiones

Como se pudo notar, los desafíos y pretensiones científicas del ADDU eran (y son, porque el análisis de los resultados y las sucesivas publicaciones siguen su curso) de extrema actualidad y relevancia pues se propone aprender de errores y unilateralismos en experiencias similares del pasado para dar a conocer un panorama multivariacional y relacional del dialecto uruguayo (por lo menos tal como era a fines del siglo XX).

En lo que nos es personal la posibilidad de haber podido tomar parte en por lo menos un trecho de esa inmensa empresa fue motivo de mucho aprendizaje teórico y, sobre todo, práctico, en la difícil lid del lingüista que se aventura en los avatares del trabajo de campo (en especial, cuando esa labor tiene su nombre muy bien ganado en la campaña uruguaya, a veces con condiciones de infraestructura propias del siglo XIX). El aprendizaje humano no le fue a la zaga al perfeccionamiento científico, después de haber tratado a tipos humanos tan diversos que dejaron en mí para siempre recuerdos a leccionadores y otros francamente hilarantes, pero siempre entrañables (como el del señor, muy perspicaz, que al ver que nos olvidábamos de encender el grabador después de una interrupción en la entrevista, nos pidió que “hiciéramos girar la peonza”, o el del joven alambrador que preguntó muy serio a nuestro colega alemán que autobús tomaba para ir a Alemania).

Por lo que sabemos, las primeras presentaciones de los resultados que han sido realizadas por los coordinadores del ADDU han tenido muy buena acogida en la comunidad científica. Esperemos que lo mismo ocurra con las sucesivas publicaciones vinculadas a él y que el fructífero debate de los entendidos ayude a clarificar sus resultados y aliente a otros lingüistas en las difíciles empresas semejantes, en las que puedan también aprender de los errores que por ventura pudo haber habido (o haber) en la ejecución del ADDU. Para terminar, presentamos en anexo (gracias a la gentileza de Harald Thun y Adolfo Elizaincín) uno de los mapas resultantes en el ADDU para la zona Norte y noreste, donde tuvimos la ocasión de trabajar.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAR, Manuel. *Estructuralismo, geografía lingüística y dialectología actual*. Madrid: Gredos, 1973.
- BERRO GARCÍA, A. *Cuestionario idiomático sintético*. In: “Boletín de Filología”, vol. 9, p. 165-174, 1962.
- COSERIU, E. *Sistema, norma y habla*. Montevideo: Universidad de la República, 1952.
- CHAMBERS, J. K. y TRUDGILL, Peter. *La dialectología*. Madrid: Ed. Visor; ed. original: *Dialectology*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1994.
- DICCIONARIO de la Lengua Española. (*Real Academia Española*). Buenos Aires/Argentina: Espasa Calpe, 22. ed., 2002.
- ELIZAINCÍN, A. *Dialectos en contacto. Español y Portugués en España y América*. Montevideo: Arca, 1992.
- HENRÍQUEZ UREÑA, P. *La utopía de América: la América española y su originalidad*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- HENSEY, F.G. *The sociolinguistics of the Brazilian-Uruguayan Border*. The Hague: Mouton, 1972.
- RONA, J.P. *El dialecto “fronterizo” del Norte del Uruguay*. Montevideo: Universidad de la República, 1965.
- THUN, Harald, FORTE, Carlos E. & ELIZAINCÍN Adolfo. *El ADDU. Presentación de un proyecto*. In Tübingen: Iberoromania, 30, p. 26-62, 1989.
- WEINREICH, Uriel. *Languages in contact*, The Hague: Mouton, 1962.
- ZAMORA VICENTE, A. *Dialectología española*. Madrid: Gredos, 1960.

ANEXO

Presentamos en este anexo y por cortesía de Harald Thun y Adolfo Elizaincín el mapa resultante en el ADDU, para la zona Norte y noreste del Uruguay, para la respuesta “caprichoso” (la mayoría de las veces con /s/ sorda) para la pregunta No. 205 del Cuestionario en español (donde se pregunta por la denominación de la “persona muy ducha en algún oficio”). La cruz y la distribución de los círculos alrededor de ella deben leerse como sigue: a) la parte superior de la cruz recoge la respuesta de los informantes de clase alta y la inferior los de la clase baja; b) el del lado superior izquierdo recoge la respuesta de los informantes “viejos”; c) el del lado superior derecho, el de los “jóvenes”; d) el del lado inferior izquierdo el de los “viejos” de clase baja, y; e) el del lado inferior derecho el de los “jóvenes” de clase baja. El aspecto más o menos “lleno” de los círculos representa lo que se explica en la leyenda superior derecha del propio mapa.

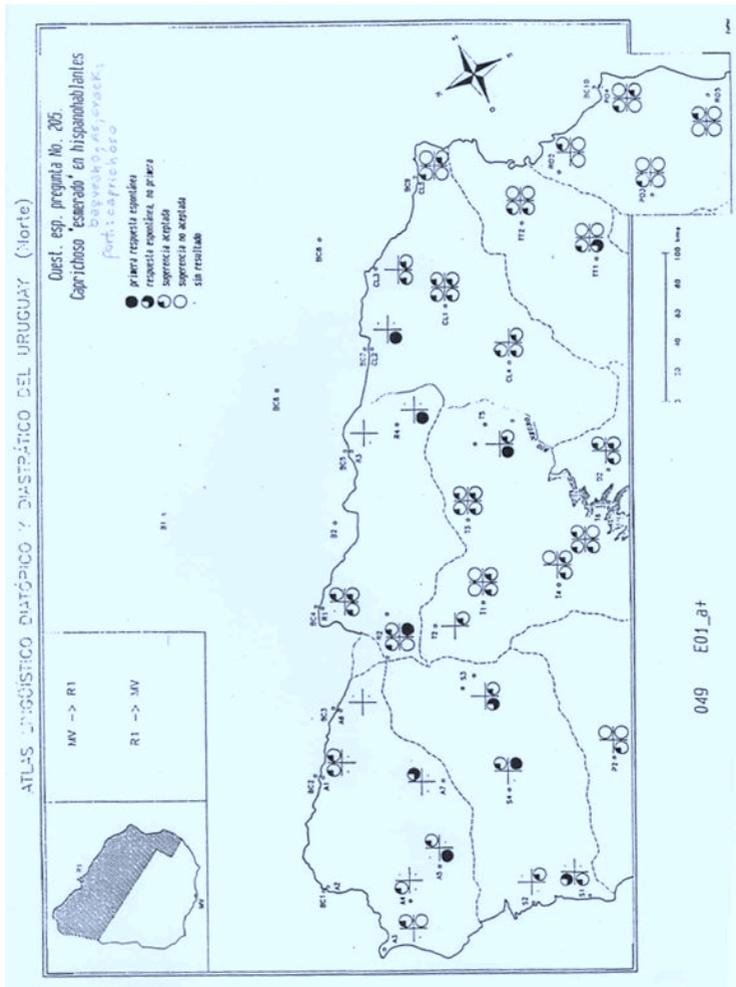
Vale la pena explicar que la producción del citado vocablo en respuesta a la citada pregunta pone de manifiesto una extensión semántica de su sentido en español estándar (“que obra por capricho; que se hace por capricho”, según el Diccionario de la Real Academia Española de 2002), extensión que suponemos es producto de una interferencia del sentido que el mismo vocablo (aunque con la diferencia de que la /s/ de la sílaba final es sonora) tiene en el portugués brasileño, que es precisamente el recogido aquí de boca de muchos de los informantes hispanohablantes, al expresarse en español, en la zona referida.

Anexo 4

Cuestionario español

A

-
201. formas familiares de llamar al abuelo
(*nono* RS it.?, *tata*, RS *vôvô*, *avôzinho*)
-
202. a la abuela
(*nona* RS it.?, RS *vôvô*, *avôzinha*)
-
203. manera de dirigirse familiarmente a una persona
vieja desconocida
(*abuelo*, *abuela*, RS *avô*, *avó?*)
-
204. nombre que se da al perezoso
(*haragán*, *zángano*, *atorrante* preguntar por etimología;
RS *molenga*, *mosca-muerta*, *mole*)
-
205. nombre que se da a una persona muy ducha en
algun oficio
(*baqueano* {*ki* / *ke*}, *crack*)
-
206. el que hace siempre mal las cosas en el juego o
en el trabajo
(*chambón*, RS *desajetado*, *chambão*)
-
207. nombres que se dan al tacaño
(*machete*, *amarrete*, *agarrado*, *roñoso*, *miserable*,
pijotero, RS *avarento*, *forreta*)
-
208. nombres que se dan al que despilfarra
dinero (*manurroto*, *derrochón*, *manosueita*, *despilfarrador*,
RS *desgovernado*, *gastador*, *mão-rotal*)
-
209. nombres que se dan al bravucón
(*matón*, *guapo*, *gorila*, *gallo*, RS *brigão*)
-
210. nombres que se dan al cobarde
(*gallina*, *cagon*, RS *maula* GII, RS *cagarelas*)
-



**LINGUAGEM, RAZÃO E TRANSCENDÊNCIA:
UMA ABORDAGEM ESTILÍSTICA
DA POESIA DE MANOEL DE BARROS**

José Luís Landeira
jlleadeira@uol.com.br

*Boa razão é também esta.
O estilo há de ser muito fácil e muito natural.*

(Antônio Vieira)

RESUMO

Este artigo considera como a poesia de Manoel de Barros (re-)elabora o conceito de racionalidade, distanciando-se daquele mais frequente no senso comum. Para isso, contamos com o arcabouço metodológico presente nos estudos estilísticos. Analisamos o equilíbrio razão e emoção no tecido textual da poesia barrosiana e de que modo esse equilíbrio permite a construção de um conceito transcendente de razão e de linguagem, ao fazermos uma análise mais detida do poema “No descomeço era o verbo”.

Palavras-chave: Estilo. Manoel de Barros. Poesia. Estudos linguísticos

Este artigo propõe-se a considerar, a partir do estudo estilístico do discurso poético, o modo pelo qual a linguagem, na poesia barrosiana constrói outro conceito de racional, distanciado daquele mais assentado no senso comum. Ao mesmo tempo consideramos como a sua poesia se aproxima de uma visão transcendente e mística de mundo construída na e pela palavra.

Para esse fim, este trabalho será dividido em três partes. Inicialmente, consideraremos o que entendemos por estudos estilísticos, com o nosso foco no desenvolvimento de estratégias de construção do sentido. Depois, analisaremos como surgem no tecido poético barrosiano o equilíbrio entre razão e emoção. Finalmente, fazendo uso dos estudos de estilo, analisaremos o poema “No descomeço era o verbo”, de Manoel de Barros, que nos permitirá compreender melhor a proposta da lírica de Manoel de Barros de construir, por meio da linguagem poética, uma razão transcendente.

1. O estudo do estilo como estratégia de abordagem ao texto poético

Não nos parece ser este o espaço apropriado para aprofundar a importância das contribuições da Estilística para a construção do sentido poético. Contudo, alguns pontos merecem ser pincelados para que possamos compreender a importância metodológica que a Estilística delinea ao nos aproximarmos da poesia de Manoel de Barros.

Charles Bally, em 1905, inaugura, em seu *Précis de Stylistique*, aquilo que considera uma ciência do estilo, cuja proposta é fazer um levantamento dos meios expressivos da fala saussuriana. Bally imaginava que o escritor faz da língua um uso consciente que lhe permite optar pela possibilidade linguística que lhe parece mais apropriada, distinguindo, no signo linguístico, o conteúdo intelectual do conteúdo expressivo. Desse modo, funda a estilística descritiva, de raízes saussurianas.

Atualmente, contudo, embora se considere a importância de se constituir uma teoria ou ciência do estilo, algo que de acordo alguns estudiosos do estilo, ainda não existe (PAZ GAGO, 1993, p. 17), é mais comum procurar, na Estilística, procedimentos de aproximação ao texto (DISCINI, 2007, p. 14). Por isso, é frequente associá-la a outros campos de estudo da linguagem, em particular às Teorias da Enunciação e a Semiótica em um diálogo em contínua elaboração.

Historicamente, duas perspectivas de abordagem estilística do texto, a estilística como desvio ou como escolha, podem confluír, hoje, para uma mesma realidade metodológica, a de comparar as possibilidades de se dizer uma mesma coisa. As diferentes maneiras de se poder dizer algo nos possibilitam analisar, no contraste entre semelhanças e diferenças, as possibilidades expressivas do signo linguístico. Isso sempre nos leva, pelo menos em algum momento de nossas reflexões, a falarmos dos sinônimos.

A constatação de que dois termos – palavras ou frases – nunca têm a mesma significação quase representou o fim dos estudos do estilo (COMPAGNON, 1998 [2001, p. 177]). Porém, até principalmente por isso, não parece razoável deixar de lado a sinonímia ao falarmos de estilo. Como afirma o filósofo Nelson Goodman:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Distinctness of style from content requires not that exactly the same thing may be said in different ways but only that what is said may vary nonconcomitantly with ways of saying. Pretty clearly there are often very different ways of saying things that are very nearly the same. Conversely, and often more significantly, very different things may be said in much the same way – not, of course, by the same text but by texts that have in common certain characteristics that constitute a style²⁴. (GO-ODMAN, 1978, p. 24,25)

Coisas muito semelhantes podem ser ditas de maneiras muito diferentes e, ao contrário, coisas muito diversas podem ser ditas de maneiras muito semelhantes. Para Goodman, o estudo do estilo é válido se levarmos em conta que uma variação do conteúdo não implica uma concomitante variação de forma e vice-versa.

O texto literário é parte de um processo de significação e comunicação, em que interagem diferentes sistemas semióticos, sociais e culturais que transcendem o plano linguístico, inscrevendo-se nele, no momento da enunciação e que podem ser mais bem compreendidos quando recorremos aos estudos próprios do estilo, em particular, o contraste entre os diferentes modos de se dizer algo e de que forma esses diferentes modos fazem emergir diferentes possibilidades expressivas.

O caminho escolhido por nós, neste trabalho, é a valorização étimo-lexicológica e semântica dos vocábulos e frases a partir da articulação dos conhecimentos encontrados nos dicionários e gramáticas. Desse modo, orientamos os estudos da linguagem, na sua dimensão do pequeno (morfemas, lexemas, palavras, frases) em subserviência a algo maior, a compreensão do texto. Isso, de algum modo, parece-nos muito vantajoso também ao pensarmos a dimensão escolar dos estudos linguístico-literários, numa época em que se a escola procura fazer interagir conhecimentos linguístico-gramaticais e textuais, unindo as frentes de Gramática, Literatura e Produção

²⁴ Sinonímia é uma noção suspeita. Um estudo feito por mim próprio sugere que dois termos nunca apresentam o mesmo significado. Mas distinguir estilo de conteúdo não implica que seja exatamente a mesma coisa dita de diferentes maneiras. Apenas implica que aquilo que é dito possa variar de forma não concomitante com as outras maneiras de dizer. É óbvio que por diversas vezes encontramos maneiras muito diferentes de dizer coisas que têm um significado quase igual. O contrário é ainda mais importante, pois muitas coisas diferentes podem ser ditas de quase a mesma maneira, não, obviamente, no mesmo texto, mas em vários textos, tendo em comum características a que se chama comumente, estilo. (tradução minha)

Textual.

2. A procura dos outros em si mesmo

É comum, ao se falar de Manoel de Barros, considerá-lo um ser intuitivo, que subverte a norma gramatical para transformar a sensação em poesia, num processo que recusando a razão, se aproxima a um surrealismo puramente onírico, como que procurando a derrocada do intelecto. Essa interpretação da poética barrosiana parece ecoar em citações como:

As palavras eram livres de gramáticas e
Podiam ficar em qualquer posição. (BARROS, 2004, p. 11)

Um exame mais atento da obra desse poeta, porém, permite entrever no seu texto uma realidade muito mais complexa que uma leitura incauta poderia imaginar. Esse movimento de escutar os diálogos tecidos no poema é proveitoso para a construção do sentido poético, pois

A produção do texto incorpora elementos produzidos fora dele e que estão impregnados de outras vozes e outras consciências. No contato com o outro, o texto se redefine e redireciona, provocando a reiteração de ideias já conhecidas, mas também suscitando desvios semânticos e informações novas. (LANDEIRA, 2000, p. 25)

Em seus poemas, a voz do eu lírico ecoa outras vozes que nos delineiam outro conceito de poesia, mais complexo e elaborado, dentro de uma proposta para vai muito além da livre associação de imagens ou da relação puramente sentimental com a palavra.

Vejamos, por exemplo, a assumida influência que o Padre Antonio Vieira teve em sua formação como poeta. Em uma entrevista, o poeta afirma: “Quando eu tinha 13 anos, [padre Ezequiel] me deu para ler um livro do padre Vieira. Fiquei alucinado. Vieira despertou em mim o gosto pela frase, pela sintaxe, pela construção sofisticada. Vieira não tinha o menor apreço pela verdade, ele gostava é da frase” (CASTELO, 1997).

Essa experiência na adolescência com o texto de Vieira foi, mais tarde, convertida em poema:

Quando eu estudava no colégio, interno,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Eu fazia pecado solitário.
Um padre me pegou fazendo.
– Corumbá, no parrrede!
Meu castigo era ficar em pé defronte a uma parede e
Decorar 50 linhas de um livro.
O padre me deu pra decorar o Sermão da Sexagésima
De Vieira.
(...)
Aprendi a gostar do equilíbrio sonoro das frases.
Gostar quase até do cheiro das letras. (BARROS, 2003, p. IV)

Esse gosto pela “construção sofisticada”, pelo “equilíbrio sonoro das frases” é de central interesse ao se falar deste poeta, pois não se coaduna com uma recusa emocional da razão. A influência de Vieira mais apropriadamente explicaria um trabalho com a lógica da linguagem, um “apreço pela frase”, não uma atitude alógica surrealista ou puramente subjetiva. Essa procura pelo equilíbrio sonoro das frases revela os ecos da voz erudita de Vieira no texto barrosiano.

Seria reducionismo ver essa poesia como uma “contribuição milionária de todos os erros”, por mais lastro que isso tenha dentro de uma tradição modernista brasileira ou como um desvario ecológico-pantaneiro.

A visão de modernidade de Manoel de Barros parece aproximar-se de uma lírica da intelectualidade e do rigor das formas que procura, pelo fazer poético, fugir de um estado socialmente dominante de mediocridade humana, o considerado normal. Trata-se de um olhar que desdobra a sua fuga em um fazer, pois deseja restaurar a autonomia do poema, transformando-o em objeto de si mesmo, ou seja, com conteúdos que subsistem apenas na linguagem. (FRIEDRICH, 1956 [1978, p. 143, 144]). Esse desdobrar-se é também a oportunidade de unir em uma mesma realidade interativa o racional e o emotivo do poeta. A palavra, pela ação poética pode, então, (re)fazer-se a si mesma.

Em um de seus poemas, o poeta assegura: “O que ponho de cerebral nos meus escritos é apenas a vigilância pra não cair na tentação de me achar menos tolo do que os outros” (BARROS, 1996, p. 43). Essa afirmação manifesta a consciência de não se considerar menos tolo do que os outros, o que nos permitiria admitir a necessidade de incluir o *cerebral* em seus escritos. Isso manifesta não só o desejo de não se afastar “dos outros”, como a necessidade de traba-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

lhar a dimensão racional da linguagem. A consciência do outro – em sua alteridade constitutiva – permite-lhe também polemizar aquilo que socialmente se considera normal. Como afirma:

Não aguento ser apenas um sujeito que abre
Portas, que puxa valvular, que olha o relógio, que
Compra pão às 6 horas da tarde, que vai lá fora,
Que aponta lápis, que vê a uva etc. etc.
Perdoai.
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem usando borboletas. (BARROS, 1998, p. 79)

A poesia de Manoel de Barros questiona a lógica considerada comum pelos outros e parte dela para a construção de sua transcendência por meio da palavra na direção de uma (outra) lógica própria, mais profunda e elaborada para a realidade da poesia. Nessa outra maneira de ver o humano, há não apenas a oportunidade de ser outro, mas de ‘renovar o homem’.

Nesta perspectiva, o interesse não é se a poesia de Manoel de Barros é racional ou não, uma vez que ela afirma sê-lo, mas o fato dela questionar o próprio conceito do que é racionalidade, arriscando-se na possibilidade, sempre frágil de, pela linguagem poder construir o outro. No poema que estamos considerando, esse é o outro absoluto e majestático, no plural e com maiúscula: os *Outros*, renovação do próprio ser homem. Restam-nos, é claro, as borboletas. A elas retornaremos mais à frente.

A linguagem na construção do poema de Manoel de Barros é um trabalho extremamente cerebral, mas que se afasta daquilo que o homem contemporâneo considera racional. Isso ocorre porque subverte o uso da linguagem aceito pela sociedade e não se sustenta em uma visão dicotomizada do humano, mas integra-o em uma única realidade interativa: a razão é emocional e a emoção é racional.

Eu sou dois seres
O primeiro é fruto do amor de João e Alice.
O segundo é lettral:
É fruto de uma natureza que pensa por imagens (BARROS, 2004, p. 45)

Manoel de Barros se insere entre aqueles poetas que “pensa por imagens” e, surpreendendo o inusitado nas possibilidades ofertadas pela palavra cotidiana e, transcende também o tempo presente ao encontrar-se com outra realidade tecida numa memória da linguagem

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

anterior à própria concepção de sociedade. Bosi (1997, p. 112) nos lembra:

Mesmo quando o poeta fala do seu tempo, da sua experiência de homem de hoje entre homens de hoje, ele o faz, quando poeta, de um modo que não é o do senso comum (...); mas de outro, que ficou na memória infinitamente rica da linguagem.

Procurando o tempo “que ficou na memória infinitamente rica da linguagem”, Manoel de Barros vê o mundo pela perspectiva da palavra. Desse ângulo, nada é mais importante e lógico do que falar do próprio fazer poético, momento, por excelência, de construção de transcendências.

Por isso a gente pensava sempre que o dia de hoje ainda era ontem.

A gente se acostumou a enxergar antigamentes. (BARROS, 2004, p. 13)

Parte da produção poética de Manoel de Barros aborda o próprio fazer poético. A escolha do texto poético para tratar de poesia permite que consideremos também as relações existentes, no interior do poema, entre subjetividade e expressão formal. O poema metapoético funciona, por si, como exemplo do que o eu lírico está procurando explicar: o metapoema é lugar de encontro entre outras possibilidades de tempos e lógicas.

Esse encontro nos revela um poeta detentor de um profundo conhecimento de elaboração poética, assim como de uma ampla tradição centrada no uso e valor da palavra. Sua obra deslinda constantemente as possibilidades entre poeta e poesia, com plena consciência da dimensão lúdica da palavra, o que exige a habilidade de saber transitar entre os movimentos de revelar a sua imagem e velar a sua essência. Esse delicado jogo, centrado na linguagem, entre revelar e velar, parecer e ser, retoma um dos diálogos mais clássicos da literatura, o da aparência e da essência.

Há um fio histórico em que a poesia de Manoel de Barros se insere e que se manifesta na construção do tecido poético. Nele, se resgata o tempo que “ficou na memória infinitamente rica da linguagem”. Ao procurar esse tempo da palavra em seu presente, resgata, expressivamente, traços de significado que pareciam adormecidos. Por isso, é fácil verificar a exploração expressiva da raiz etimológica. Manoel de Barros retoma diversos aspectos, já em desuso, presentes

no plano de significado dessa raiz e revitaliza-os. A língua encontra no fazer poético barroiano a possibilidade de revelar seu tempo de transcendências. De modo muito particular, encontramos, nos poemas, o uso dos prefixos na construção de neologismos com grande carga expressiva.

Assim, o leitor é conduzido a uma sugestão de novidade expressiva, em que a língua se renova e revisita a sua herança lexical. O sentido de leitura construído, e que possibilita o prazer estético, passa a estar localizado entre o espanto diante do novo que atrai e incomoda e a reverência à imagem do eu lírico que se firma como um artesão da linguagem.

Acreditando que “*La lectura de um solo poema nos revelará com mayor certeza que cualquier investigación histórica o filológica qué es la poesía*”²⁵ (PAZ, 1956 [2003, p. 24]), propomo-nos, agora, “No descomeço era o verbo” a partir das possibilidades expressivas presentes na interação entre as diferentes escolhas linguísticas presentes no texto. Desse modo, esperamos compreender melhor a poesia de Manoel de Barros no que ela tem de mais original: a sugestão de outro modo de ver – pensar e sentir – o outro.

3. O fazer poético: lugar de descomeços

Na análise de “No descomeço era o verbo” percebe-se que o poeta se apropria do discurso mítico/religioso já validado pela coletividade falante receptora, utilizando-o para a construção do seu discurso poético, unindo num mesmo fio discursivo, o lírico e o sagrado, o tempo presente e o passado transcendente da palavra. Esse foi o principal motivo que nos levou à escolha do poema para análise.

- (1) No descomeço era o verbo.
- (2) Só depois é que veio o delírio do verbo
- (3) O delírio do verbo estava no começo, lá
- (4) onde a criança diz: Eu escuto a cor dos
- (5) passarinhos.
- (6) A criança não sabe que o verbo escutar não
- (7) funciona para cor, mas para som.

²⁵ “a leitura de um só poema nos revelará com mais certeza do que qualquer investigação histórica ou filológica o que é a poesia” (tradução minha)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- (8) Então se a criança muda a função de um
- (9) verbo, ele delira.
- (10) E pois.
- (11) Em poesia, que é voz do poeta, que é voz
- (12) de fazer nascimentos—
- (13) o verbo tem que pegar delírio. (BARROS, 1994, p. 17)

Trata-se de um poema composto de treze versos dispostos em uma única estrofe. Nele não se explicita um eu, mas o fazer poético constitui-se como centro do discurso, numa construção que se carrega de um tom dissertativo, porque tenta justificar esse fazer poético a partir das relações entre o verbo e o delírio do verbo. Situa-os numa perspectiva temporal em que sugere um período anterior ao começo, que denomina de descomeço.

Esse descomeço é momento para o delírio do verbo, condição essencial para que haja poesia. O eu lírico, talvez prevendo a dificuldade que o seu leitor teria para entender um raciocínio em que tão notoriamente se destaca o efeito de surpresa, elabora um exemplo. Nele, uma criança se assume como autora e sujeito de uma frase em que, de acordo com o eu lírico, se realiza o delírio do verbo. O que de imediato salta aos olhos nessa frase da criança é a ruptura com a associação normal entre língua e realidade, criando um elemento inesperado de que emerge a sinestesia. É essa ideia que está nos versos de 6 a 9, quando o eu lírico explica esse exemplo. A partir dele chega-se à definição de delírio do verbo, mas essa definição ainda não está completa, pois falta aclarar a relação existente entre o delírio do verbo e o fazer poético.

No verso 11, a poesia é identificada como voz do poeta e o que lhe confere o ambíguo estatuto de genitora ou parteira. De qualquer uma das possibilidades, entre genitora e parteira, surge uma realidade que o poeta procura carregar de objetividade e faz com que o leitor retome os versos iniciais: o delírio do verbo é essencial para que se realize o poema. Nesse retorno o leitor se surpreende mais uma vez, ao se deparar com a conclusão de que se não houver delírio do verbo, não há começo da linguagem.

O inventário lexicômico do poema aponta para dois vocábulos que se repetem constantemente, *verbo* e *criança*. Esses termos aglutinam uma série de sentidos relacionados ao tema central, o fazer poético.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A interdiscursividade com o texto religioso é evidente, em especial o paralelismo entre o evangelho de São João, capítulo 1 versículo 1 que relata: “No princípio era o verbo e o verbo estava com Deus e a natureza do verbo era divina”²⁶ e o verso 1, “No descomeço era o verbo”. O uso da locução adverbial (“no descomeço”) e do verbo “ser” no imperfeito do indicativo proporcionam um tom mítico de onisciência, necessário para justificar o texto como voz de um poeta inspirado, detentor de uma verdade desconhecida pela maioria da humanidade.

O poema referencia-se por uma tradição judaico-cristã em que se atribui a Deus a origem das mensagens sagradas e a criação do mundo. A palavra dentro do poema ganha um lugar de destaque, pois por meio dela evoca-se um passado em que o lírico e o sagrado se confundem. O poeta não apenas cria mundos por meio da linguagem, mas também, pelo fazer poético, retorna a esse passado, restituindo a palavra de sua dimensão mítica. A utilização de uma estrutura linguística própria do discurso bíblico fortalece a autoridade do enunciador, que se propõe a explicar o significado da poesia remontando às suas longínquas origens num tempo em que se fundem a linguagem e o mito. Utiliza-se de um neologismo, “descomeço” que remete o leitor para um passado anterior ao “começo”, quando, de acordo com o v. 3 se dá o surgimento do “delírio do verbo”.

“Descomeço” é formado pela subordinação do prefixo “des-” ao substantivo “começo”. O prefixo “des-” é de uso comum e popular no português e insere a criação neológica dentro de uma tradição literária de origem popular. Como observa Nilce Martins (1997, p. 121), esse prefixo “desde as cantigas de escárnio já revelava a sua vitalidade”. Essa aparente bipolarização antitética que mescla o erudito e sagrado com o popular ecoa no próprio nível de significado de *descomeço*, oferecendo dentro do poema duas possibilidades expressivas pertinentes ao contexto do vocábulo e a este estudo. O prefixo “des-” sugere, de um lado, um jogo de opostos entre os traços de negação e separação da base a que se associa, em palavras como “desacordo”, “desgoverno”, “desfolhar” e, por outro, o de elemento de re-

²⁶O capítulo todo procura explicar a natureza divina de Cristo e o associa a “verbo” e a “luz”. A referência a luz permite que nos remetamos à palavra “cor” presente no poema.

forço em vocábulos como “desapartar”.

Os dois sentidos, negação e reforço, aparecem no poema. No primeiro, nega-se o começo e o verbo passa a situar-se fora dos limites do tempo. No segundo, este começo é confirmado e fortalecido e o verbo ganha uma dimensão humana e objetiva. Entre os dois, há um eu lírico, investindo no vigor desse verbo que se torna poesia.

“Começo” é uma palavra bem usual na língua portuguesa, tendo sido registrada pela primeira vez já no século XIII e origina-se do verbo latino “*committo*” Cunha (1996). A partir daí, o dicionário latim-português nos conduz por uma série de desdobramentos (FERREIRA, 1991). “*Committo*” é também formado por prefixação: o prefixo “*cum*” designa “companhia, simultaneidade, reunião, acabamento, intensidade” e une-se à raiz “*mitto*”, que tanto pode significar “omitir”, como “solta, emitir”. Nesse sentido, “*committo*” traz a ideia de cumplicidade em uma ruptura: tanto em um silêncio, como em algo que se diz. Pode ser traduzido por “começar”, “confiar” ou “cometer”, em que fica evidente a ideia de uma ação que de alguma forma afeta ao outro.

O inusitado da palavra *descomeço* concentra nela a atenção do leitor pela sensação de estranhamento que provoca. Quase um desconforto. Sugere um não começo, embora não se saiba ao certo de quê, e que pelo sentido etimológico de “começo” pode ser de um profundo silêncio que se espalha entre os homens e que se quebra com o surgimento do verbo. Mas, pode igualmente aplicar-se ao próprio verbo, e referir-se a um período que o poeta deseja reduzir em importância, permitindo um maior destaque para o posterior, àquele em que o verbo pega delírio. Porém, é nesse primeiro momento chamado de *descomeço* pelo eu lírico, em que está a base, a origem de tudo o que se seguirá, o delírio do verbo, a possibilidade de servir-se da “palavra com o sentido mais autêntico” (KAYSER 1948 [1985, p. 307]), busca constante do poeta, com a consciência de que “*la constante producción de imágenes y de formas verbales es una prueba del carácter mágico del habla y de su naturaleza poética*”²⁷ (PAZ 1956 [2003, p. 34]).

²⁷ “a constante produção de imagens e de formas verbais é uma prova do caráter mágico da fala e de sua natureza poética” (tradução minha).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Esta ideia é reforçada pelo uso da palavra denotativa *só* no v.2. Com o sentido de “apenas”, forma com o advérbio depois uma unidade de sentido, o que estabelece uma ordenação temporal-causal: primeiro, “o verbo”, depois, “o delírio do verbo”. Da realização do primeiro momento depende a realização do segundo. Desse fato a importância, não só do valor de negação do prefixo *des*, mas do caráter pleonástico, o grande começo, antecipando o que de forma natural se realizará depois. É como se a existência do verbo motivasse, por si só, o surgimento do delírio e dele dependesse para justificar a sua existência. Os sentidos presentes no vocábulo enriquecem o significado do poema. O impulso poético constrói-se dentro de uma realidade que existe apenas na língua, sendo essa igualmente a causa da existência daquele: a língua existe e por isso existe o poema. À ordenação temporal soma-se uma importante dimensão espacial nos versos seguintes.

O uso do pronome relativo *onde* (v.4) retoma a ideia de espaço presente no advérbio de lugar *lá* (v.3). Manoel de Barros ao valorizar a dimensão espacial altera o estatuto morfossintático do termo *no começo* (v.3), transformando numa locução adverbial de lugar aquilo que usualmente é temporal. Este recurso direciona o leitor para uma topografia específica existente no discurso: o lugar atemporal mágico da poesia. Nesse cenário, o poeta delega poder à voz de uma criança (v.4 a 9) que funciona, numa primeira instância, como exemplo do raciocínio que se propôs a explicar. Assim, o começo do “delírio do verbo” depende da ação do poeta, onde quer que se encontre, sobre a língua, aproximando-se dela com uma atitude semelhante à de uma criança. O tempo dos acontecimentos que conduzem ao plano poético ocorre, inicialmente, no interior do universo do falante e, logo depois, concretiza-se no ato de fala (“onde a criança diz”, ou seja, no ato de dizer da criança) e, neste momento, realiza a evolução diacrônica da língua, porque insere nela um elemento novo que resulta num reajustamento de todo o texto.

O poema desenvolve-se dentro de um raciocínio aparentemente objetivo: primeiro o poeta situa temporalmente o “delírio do verbo”, depois, por meio do exemplo da criança que foi analisado, explica como se dá esse “delírio”, a seguir estabelece uma conclusão (versos 8 e 9): o verbo delira se a criança lhe muda a função. Esta ideia aparece como oração principal do período, estruturado na ordem

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

inversa, de tal maneira que a ideia do delírio ganha destaque por ser tanto a última palavra do período, como também a última do verso 9. A outra oração que compõe o período é uma oração subordinada adverbial condicional, introduzida pela conjunção *se*. Essa oração indica que a mudança da função do verbo é imprescindível para a realização do seu delírio. Há também nessa oração ideia de condição, uma ideia subjacente temporal-causal: quando a criança muda a função do verbo, ele delira. Esse valor temporal reitera a relação tempo/ação presente no termo “começo”.

A importância da mudança da função do verbo ganha uma dimensão conclusiva dentro do poema por ser introduzida pelo conectivo *então*, no v. 8. O exemplo dos versos ilustra uma alteração em nível semântico: O sujeito escuta a cor dos passarinhos. Estrutura que gramaticalmente obedece aos padrões sintáticos, revela-se incommum pela novidade semântica. O canto dos pássaros e a sua plumagem colorida se fundem numa única imagem. A associação entre “escutar” e “cor” constrói uma figura literária fundamental na poesia, a sinestesia.

A experiência sinestésica é descrita na primeira pessoa, o caráter pessoal reforçado pela presença do pronome *eu* e pela constante repetição do termo *a criança*. A referência ao passarinho revela-se, então, particularmente significativa porque o pássaro tem sido tomado, de modo geral, como símbolo de “estados superiores do ser” (CHEVALIER & GHEERBRANT, 1995, p. 687) e esse ser elevado poderia identificar-se com a própria criança que consegue vivenciar a experiência única de escutar a cor dos passarinhos, o que adensaria ainda mais a imagem, fundindo o referente do sujeito e do referente, em uma mesma identidade mítica. A reiteração, como observa Alfredo Bosi, confere à palavra que retorna, no caso *criança*, a “aura do mito” (BOSI, 1997, p. 32). Este procedimento permite adensar a importância da voz infantil, não só por colaborar na relação linguagem-mito de que já se falou, mas também porque passa a funcionar como testemunho, conferindo autoridade ao pensamento do eu lírico, extrapolando o papel de simples exemplo.

O poema funde, com frequência, o tempo mítico que procura resgatar com o tempo da infância. A aproximação entre *criança* e *poeta* é muito sugestiva. A palavra “criança” tem raiz no verbo “cri-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ar”, ou seja, “dar existência a, gerar, formar” (CUNHA, 1996). Um sentido que uma análise etimológico-semântica permite aproximar de poeta, substantivo derivado do verbo grego *poien* que significa “fazer”, “produzir”, “fazer nascer”. Ambas as palavras apontam para a ação, para o ato de construir, de romper um estado estagne de coisas com algo novo, um *começo*. Vincula-se o fazer poético a uma elaboração formal perceptível em termos textuais.

O sufixo “-ança”, de *criança*, significa “ação ou resultado da ação” (CUNHA, 1996). *Criança* é tanto aquele que foi criado ou formado como aquele que se vai criando ou formando. Pode indicar, no primeiro sentido, o resultado de uma ação, no segundo, um processo contínuo. A criança, dentro de seu processo de formação, age espontaneamente, deixando-se conduzir pela intuição (v.6 e 7), associando a novidade formal às novas significações e alcançando resultados similares aos do poeta. Como diz Octávio Paz (1956 [2003, p. 35]):

En labios de niños, locos, sabios, cretinos, enamorados o solitarios, brotan imágenes, juegos de palabras, expresiones surgidas de la nada. Por un instante, brillan o relampaguean. Luego se apagan. Hechas de materia inflamable, las palabras se incendian apenas las rozan la imaginación o la fantasía²⁸.

O vocábulo *criança* também reenvia o leitor à ideia de ‘pureza’, presente de forma implícita no verso. Colabora em formar uma imagem de inocência, pois como afirmam Chevalier e Gheerbrant (1995, p. 302), a infância “é o estado anterior ao pecado e, portanto, o estado edênico”, o que retoma a noção de sagrado e cria o elo entre as perspectivas temporais que o eu lírico procura aproximar. Ele sacraliza o tempo da infância e para lá transfere o desenvolvimento de uma consciência artística em que se explora a dimensão lúdica que a palavra possui no seu conteúdo. A diferença entre o poema e a expressão poética cotidiana, como aquela que exemplifica o poema de Manoel de Barros, reside na atitude do poeta diante da língua, constituindo-se o poema numa tentativa de transcendê-la. É essa atitude

²⁸ “Nos lábios de crianças, loucos, sábios, cretinos, namorados ou solitários brotam imagens, jogos de palavras, expressões que surgem do nada. Por um instante, Brigham ou relampagueiam. Em seguida, se apagam. Feitas de matéria inflamável, as palavras se incendeiam mal são tocadas pela imaginação ou pela fantasia” (tradução minha).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

que diferencia Manoel de Barros da criança, pois esse tomou plena consciência do delírio do verbo e de seu valor, enquanto a criança age sem saber (v. 6) e seus delírios verbais não conseguem perpetuar o fogo criativo que lhes deu origem. A espontaneidade presente na criança ao usar a linguagem, surge no poeta, dirigida pela vontade e pela inteligência, mas igualmente desordenando os sentidos do leitor.

O delírio implica o poeta desviar-se do caminho predestinado e conquistar novos espaços. Este aparenta perder a razão para ganhar em subjetividade e a língua funde-se ao eu como expressão do que seria a sua essência. É interessante notar que *delírio* possui o mesmo prefixo “des-” presente em *descomeço* e com o mesmo sentido oscilante entre negar o camalhão e intensificar a loucura (Ferreira, 1991). *Delira* origina-se do verbo latino “deliro”, que pode significar além de “perder a razão”, “afastar-se do caminho”, ou seja transgredir a norma. Pensar *delírio* em termos de sua origem etimológica permite que ela ganhe novidade semântica, pois resgata um sentido perdido no uso corrente da língua portuguesa, ao passo que define o conceito de Manoel de Barros sobre poesia. Poesia, para esse autor, seria afastar-se do uso comum da linguagem, procurando o novo, que muitas vezes está no próprio passado da palavra. A aparência de agitação emocional, esconderia a simplicidade de conseguir encontrar o surpreendente da linguagem, numa atitude semelhante à da criança que se maravilha com o potencial da linguagem.

A poesia de Manoel de Barros possui também certas características próprias da oralidade, como o v. 10, o que confere ao poema um caráter oral e regionalista estabelecendo com o leitor uma identidade popular, certo grau de intimidade, um colorido de “causo” sendo contado, ao mesmo tempo em que reforça a univocidade da mensagem. Esse diálogo entre erudito e popular já aparecera no poema: na escolha do prefixo *des-* e na aparente confusão entre espaço e tempo nos versos 3 e 4²⁹. É a busca pela completude, a percepção de que os homens se unem, para além dos rótulos, na necessidade de fazer o verbo delirar e, ainda mais, na necessidade de pensar em como

²⁹Para confirmar o caráter coloquial dessa aparente confusão basta lembrar as dificuldades que muitos falantes têm em distinguir o uso dos conectivos “onde” e “quando”, confusão comumente explanada em manuais e compêndios de gramática.

fazer o verbo delirar.

Aparentemente desprovido de significado, o v. 10, *E pois* funciona como uma pausa, um silêncio, que H. Friedrich define como “um conceito auxiliar para exprimir algo que só se torna perceptível e agudamente poético através da linguagem” (FRIEDRICH, 1956 [1978, p. 158, 159]). Esse silêncio provoca ressonâncias sugestivas no leitor, encaminhando o discurso a uma quietude que alcança o que virá, como se o próximo passo fosse o emudecer. Esse anseio pelo silêncio ajudaria a explicar o fato do v. 10 ser o menor dos versos do poema, procurando pela concisão acentuar ainda mais a intensidade lírica do conteúdo poético.

Ao mesmo tempo, desenha-se um momento de síntese em que tudo o que veio anteriormente se transforma no porquê daquilo que virá em seguida.

O poema de Manoel de Barros, o “milagre” que eleva a palavra à “sua pureza originária” é sintetizado na conclusão do poema: *Em poesia, (...) o verbo tem que pegar delírio*. Dessa forma, reforça-se traço de conexão presente em *E pois*, sendo que o seu aspecto conclusivo encaminha o leitor para o desdobramento da palavra “poesia” em três assertivas finais:

- (1) em poesia, o verbo tem de pegar delírio;
- (2) poesia é a voz do poeta;
- (3) poesia é a voz de fazer nascimentos.

O aspecto conclusivo do poema, em relação ao que até agora fora afirmado, reside na primeira assertiva (“em poesia, o verbo tem de pegar delírio”) que se apresenta sintaticamente como oração principal. O uso da preposição “em” assume o valor não só de ‘posição no interior de’, ou seja ‘dentro dos limites da poesia’, mas como o de ‘superação de um limite de interioridade’ (CUNHA 1984, p. 565) . *Em poesia* reconduz a atenção do leitor para dentro do assunto em pauta, a poesia, reforçando o aspecto conclusivo do verso anterior, *E pois*.

As outras duas, “poesia é a voz do poeta” e “poesia é a voz de fazer nascimentos”, são orações adjetivas fazendo cortar o conteúdo semântico da locução adverbial de assunto, “poesia”, tema central do

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

poema, pelo significado do vocábulo voz. A comparação entre elas permite, devido à simetria que apresentam, ainda mais desdobramentos, possibilitando que se chegue a considerações importantes: poesia é voz e o poeta faz nascimentos.

“Voz” apresenta-se, no poema, no mesmo campo paradigmático do vocábulo *verbo*, que aparece seis vezes, o que possibilitaria a aproximação dos dois vocábulos. No v. 1, “verbo” é determinado pelo artigo definido “o”; nos v. 2 e 3, surge como parte da expressão “delírio do verbo”, que é, na óptica desenvolvida no poema, o fundamento formal da poesia. Do latim “*verbum*”, verbo pode significar “palavra”. Isso poderia levar a um conceito de poesia tomada como devaneio da linguagem, um trabalho que polemiza a própria noção de lógica ao usar a razão para procurar aquilo que de ilógico reside no cerne da palavra. Manoel de Barros revisita antigos conceitos de elaboração poética, atualizando-os e situando-se dentro de um continuum histórico-literário.

A definição de “*verbum*” pode da mesma forma levar-nos ao próprio discurso, ao texto pronto em situação comunicativa, ou seja, a voz de que agora se fala nos versos finais do poema. A distribuição gráfica das palavras no papel no verso 11 (*Em poesia, que é voz de poeta, que é voz*) sugere ao leitor uma definição repetitiva, cujo desdobramento seria: (1) poesia é o discurso do poeta, ou seja, poesia é poesia, e (2) poesia é o discurso, a manifestação verbal por excelência. Essa manifestação verbal tem tão grande importância porque faz nascimentos. Assim sendo, poesia é o verbo do poeta, o verbo que faz nascimentos.

“Fazer nascimentos”, que, como oração subordinada adjetiva, procura definir e qualificar a poesia, é uma ambiguidade, pois permite ter por sujeito da oração tanto um ser a quem lhe nasce algo ou alguém responsável por ocasionar nascimentos em terceiros. “Poesia é a voz que faz nascimentos” poderia referir-se a voz, ou verbo, fazer o nascimento do delírio, o que está de acordo com o raciocínio desenvolvido até aqui de que o delírio está presente de modo potencial na palavra, e o descomeço tornar-se-ia, desta forma, começo. Mas, também pode referir-se a esse verbo fazer nascer, no leitor, algo que até agora estava escondido, ou que aparentemente não existia. Esta última leitura permitiria ver um estado de comunhão entre o poeta e o

leitor centrado no uso lírico do verbo.

Afirmar que o poeta faz nascimentos é reiterar o seu papel atuante na construção do poema. O fazer poético deslinda-se diante do leitor como uma ação humana que não abdica do plano divino. O uso de *tem* no v. 13 também reforça esse anterior diálogo com o discurso bíblico, além de reiterar o caráter coloquial do poema. O tempo verbal no presente do indicativo sugere um estado permanente, como um dogma religioso ou um artigo de lei (CUNHA, 1984, p. 447), trata-se de algo fundamental que o poeta revela, a sua teoria do fazer poético: Somente com o delírio do verbo, tomado principalmente como desvio do uso comum da linguagem, pode existir o poema e o retorno ao começo.

Assim, os versos finais (11 a 13) projetam-se como a conclusão desenvolvida a partir das afirmativas anteriores: Primeiro, a verdade existente no passado da língua e validada pela apropriação do discurso religioso. Depois, o exemplo da criança que, ao mudar a função de um verbo, o faz delirar, reenviando o leitor ao mesmo espaço do sagrado em que se encontra o poeta. Ao concluir, o eu lírico já é autoridade da palavra, um profeta entre os homens, ao mesmo tempo ser humano e divino, criando o delírio, fazendo a língua “descomeçar”. E se isso reforça a ideia de que poeta e leitor são dois momentos de uma mesma realidade, participando na comunhão da palavra, seguindo mais uma vez o pensamento de Octávio Paz (1982, p. 39), e da mesma forma ressalta os papéis distintos que ambos, poeta e leitor, possuem.

Todos esses elementos aqui identificados ilustram a forte dimensão humana da poesia de Manoel de Barros. Apesar de tudo, também se encontra nele, a consciência de que a lírica é um mistério que supera o homem e o aproxima do elemento divino, sendo o poeta aquele, que por meio da linguagem adentra em campos até então não explorados. O poema é produto da palavra: é o homem, em última análise, aquele que se intera do tempo e do espaço e que consegue fazer com que o verbo delire. Dessa forma, o momento da criação poética é sacralizado pela ação humana sobre a palavra, transformando o descomeço do verbo em começo do poema. A inspiração vem de baixo, igualando o homem aos deuses, é trabalho da inteligência e de uma clara consciência artística. Assim a pretensa inspira-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ção romântica que fazia do poeta um ser visitado por entidades superiores se transforma numa atividade racional e criativa sobre a palavra, sem, contudo, perder a sua dimensão subjetiva e emocional, porém resguardada do sentimento banal. Isso se verifica mesmo quando se trata da opção pelo registro coloquial mais popular ou pela busca do discurso religioso para valorizar a dimensão literária do poema.

No poema, *verbo* deslinda-se para o leitor como palavra fundadora do sentido no poema. Ao fazer uma poesia metapoética, Manoel de Barros procura sensibilizar para uma verdade específica ligada ao fazer poético: O poema é uma construção racional da linguagem – a palavra ou o *verbo* – fortemente motivada pela sensibilidade, emoção e vivência histórica da realidade. Na esfera da vontade estilística e formal, o poeta elabora a sua obra de arte. Assemelhando-se aos deuses, encontra no ato de fabricação do poema o meio de elevação e aperfeiçoamento do próprio espírito.

Todo poema estabeleceria, na óptica de Manoel de Barros, um movimento do que denomina *descomeço*, o momento em que a palavra existe como parte da linguagem usual, para o começo, quando a palavra *delira* e é resgatada para a linguagem poética, e desse começo para o presente da leitura, o que legitima o espaço ocupado pelo poeta junto ao seu leitor. Esse movimento é lento, produto da observação, da lima e do labor fundidos à espontaneidade lúcida. É o começo que caracteriza a vida, que surge não a partir da palavra em si, mas do delírio dessa, ou seja da capacidade de fazê-la desviar-se de seu uso mais costumeiro, o que institui um lugar privilegiado para a poesia e, conseqüentemente, para o poeta.

Manoel de Barros parece possuir a consciência daquilo que Octávio Paz (1956 [2003, p. 38, 39]) denomina “violência sobre a linguagem”. De acordo com este crítico, a criação poética surge como exercício de liberdade, uma operação em dois movimentos. Em um primeiro momento o poeta desarraiga a palavra da linguagem cotidiana tornando-a única por meio do ato operativo inteligente de fazê-la delirar e, a seguir, em um segundo momento, a palavra, ainda como que em êxtase, retorna ao uso cotidiano da fala. Dentro desse quadro, podem-se inserir também as criações neológicas do poeta, em que a criação do novo surge a partir de elementos de uso cotidiano.

“El poeta lo crea; el pueblo, al recitarlo, lo recrea. Poeta y lec-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tor son momentos de una misma realidad”.

No prefácio do livro *Concerto*, o poeta relaciona a existência da harpa, tomada como símbolo do gênero lírico, a um estágio posterior ao da existência das coisas, todas elas, feitas sem nome. Os poetas recebem do “Homem” (com maiúscula inicial) a tarefa de “*iluminar o silêncio / das coisas anônimas*”. O verbo aparece principalmente a serviço da arte, pensado como um espaço dentro do mundo real que aproxima o homem do elemento divino. Por isso o começo somente se dá com o *delírio do verbo*, é isso que permite que “o homem esteja com Deus e venha a ser como um Deus”.

REFERÊNCIAS

BARROS, Manoel de. *Poemas rupestres*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2004.

———. *Memórias inventadas: a Infância*. São Paulo: Planeta, 2003.

———. *Retrato do artista quando coisa*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1998.

———. *O livro das ignoranças*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1994.

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977.

CASTELLO, José. Manoel de Barros faz do absurdo sensatez. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. Disponível em:

<<http://www.revista.agulha.nom.br/castel11.html>> Acesso em: 03 maio 2009.

CHEVALIER J. & GHEERBRANT A. *Dicionário de símbolos*. Trad. Vera da Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melim, Lúcia Melim. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

COMPAGNON. O demônio da teoria: literatura e senso comum. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fontes Santiago. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

CUNHA, Antônio G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1996.

FERREIRA, Antônio G. *Dicionário de latim-português*. Porto: Porto

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Editora, 1991.

DISCINI, Norma. *O estilo nos textos: História em quadrinhos, mídia, literatura*. São Paulo: Contexto, 2004.

FRIEDRICH, Hugo. *Estrutura da lírica moderna: da modernidade do século XIX a meados do século XX*. Trad. Marise M. Curioni. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

GOODMAN, Nelson. *Ways of Worldmaking*. Indianapolis: Hackett Pub. Comp. 1977.

KAYSER, Wolfgang. *Análise e interpretação da obra literária* (introdução à ciência da literatura). Trad. de Paulo Quintela. Coimbra: Arménio Amado, 1985.

LANDEIRA, José Luís. *A construção do sentido na poesia de Manoel de Barros: Estudo de elementos expressivos fonéticos e morfosintáticos*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2000.

PAZ, Octavio. *El arco y la lira*. México: Fondo de cultura económico, 2003.

PAZ GAGO, José M. *La estilística*. Madrid: Sinestesis, 1993.

MATOSO CÂMARA E O ESTUDO DE VERBOS³⁰

João Bortolanza (UFU)
jbortolanza@uol.com.br

RESUMO

Relevante a contribuição de Matoso Câmara para o estudo dos verbos, sobretudo com *História e Estrutura da Língua Portuguesa* e *Estrutura da Língua Portuguesa*, esta incompleta (1970), póstuma a primeira (edição em inglês de 1972). Muito ainda há para aprender com essas obras, até porque a reflexão do Autor em ambas ficou-nos inconclusa, posto que veio a falecer antes de dar-lhes a versão final. O que me intriga, e a cada ano que passa mais ainda, é tentar desvendar por que os falantes da língua passam tantos anos na escola “aprendendo o português” (que já sabem) e sentem tamanha dificuldade em aprender os verbos (que também já sabem). Por outro lado, o sistema verbal é tão extenso, tão complexo, tão complicado, que “até uma simples criança o apreende”. Vale dialogar com alguns aspectos basilares dessas duas indispensáveis obras do ilustre homenageado linguista e filólogo Joaquim Matoso Câmara Júnior, tentando ir à essência de nosso sistema verbal – sincronicamente português, mas latino em sua diacronia – à busca desses elementos mínimos tão simples que não escapam à percepção de uma simples criança.

PALAVRAS-CHAVE: Diacronia. Sincronia. Sistema. Verbal

Relevante a contribuição de Matoso Câmara para o estudo dos verbos, sobretudo com *História e Estrutura da Língua Portuguesa* e *Estrutura da Língua Portuguesa*, esta incompleta (1970), póstuma a primeira (edição em inglês de 1972). Muito ainda há para aprender com essas obras, até porque a reflexão do Autor em ambas ficou-nos incompleta, posto que veio a falecer antes de concluí-las. O que me intriga, e a cada ano que passa mais ainda, é tentar desvendar por que os falantes da língua passam tantos anos na escola “aprendendo o português” – que já sabem – e sentem tamanha dificuldade em aprender os Verbos – que também já sabem. Por outro lado, o sistema verbal é tão extenso, tão complexo, tão complicado, que até uma simples criança o apreende.

Vale dialogar com alguns aspectos basilares dessas duas indispensáveis obras do ilustre homenageado linguista e filólogo Joaquim Matoso Câmara Jr., tentando ir à essência de nosso sistema

³⁰ Reedição corrigida da conferência proferida no XI CNLF, na UERJ, a 29 de agosto de 2007.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

verbal – sincronicamente português, mas latino em sua diacronia – à busca desses elementos mínimos tão simples que não escapam à percepção de uma simples criança.

Proponho-me a partir de uma sugestão de tabela latino-portuguesa e tecer algumas considerações na linha do que me propus, “tentar achar o elo perdido” no ensino de verbos:

INFECTUM	PERFECTUM	SUPINUM
AM-O, -AS, -ŪRE ↓	AM ŪV-I ↓	AMAT-UM
DELE-O, -ES, -ŶRE	DEL ŶV-I	DEL ŶT-UM
DICO, -IS, -ŶRE	DIX-I	DICT-UM
AUDI-O, -IS, -ŶRE ↓	AUD ŶV-I ↓	AUD ŶT-UM

	Indicativo	Subjuntivo	Indicativo	Subjuntivo
	AM-O	AM-E-M (I)	AMAV-I	AMAV-ŶRI-M
		dele-A-m (II-IV)		
	amo	que ame	amei (tenho amado)	que tenha amado
Preterito	AMA-BA-M	AMA-RE-M	AMAV-ŶRA-M	AMAV-ISSE-M
	amava	que amasse	amara (tinha amado)	que tivesse amado
Futuro	AMA-B-o, -Bis I,II	ama-b-o	AMAV-ŶR-O	amav-Ŷo
	Dic-A-m,-Es III,IV			
	amarei	se amar	terei amado	se tiver amado
Condicional		AMA-RE-M		AMAV-ISSE-M
	amaria	se amasse	teria amado	se tivesse amado

No capítulo VII de *História e Estrutura da Língua Portuguesa* (1975), com o título de “As conjugações perifrásticas”, magistralmente refere-se às “perífrases de formas verbais” – o que vamos destacar – e as “perífrases de formas verbo-pronominais”, também lapidar, seja ao referir-se à voz medial ou deponente, seja “Perífrase verbo-pronominal na terceira pessoa”.

Em referência à incorporação de TEMPOS COMPOSTOS (grifo meu) com o auxiliar *TER* na conjugação flexional “simples”, Said Ali (1931, 180) insurgiu-se com razão contra um critério que rompe a estruturação morfológica das expressões verbais. É preciso respeitar a existência de *dois sistemas distintos*, embora correlatos, ou, pelo menos, de “dois ramos de um sistema significativo (Glinz, 1953, 374), *que são a flexão do radical e a perífrase* e correspondem a intenções categóricas distintas. [...] Assim, a chamada “voz passiva” em português não tem caracterização morfológica. (CÂMARA JR, 1975, p. 167) (grifos meus).

As CONJUGAÇÕES PERIFRÁSTICAS se dispõem numa série, a rigor aberta, em ordem decrescente da intensidade da significação lexical do auxiliar. Nessa escala, são mais ou menos *gramaticalizadas*. Na gramaticalização mais forte, o auxiliar está com a significação lexical esvaizada e se tornou um mero índice da categoria que se destina a exprimir.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A tradição gramatical portuguesa é separar, por esta última circunstância, dois modelos de composição, que são especificamente chamados “*tempos compostos*”:

1) a locução do verbo *SER*, em todas as suas formas flexionais, e um particípio perfeito que, sob o nome de “VOZ PASSIVA”, é apresentada como uma contraparte da conjugação flexional ativa;

2) as locuções de alguns tempos do verbo *TER* com um particípio perfeito normalmente invariável, que são *incorporadas à série de tempos de formas flexionais unas*. As demais construções é que se consideram propriamente “conjugações perifrásticas”. (CÂMARA JR, 1975, p. 167). (grifos meus).

Assim se estabeleceu, nas línguas românicas, um modelo de oração nominal {voz passiva} com um particípio perfeito, no predicado, atribuindo a um sujeito o resultado de uma atividade que o atingiu. As CONJUGAÇÕES PERIFRÁSTICAS devem ser entendidas, ao contrário, como processo de formação morfológica na base de uma locução, isto é, *dois vocábulos fonológicos e morfológicos que se associam numa unidade lexical superior*. Podemos classificá-las em função da forma nominal que utilizam: particípio perfeito, gerúndio, infinitivo. (CÂMARA JR, 1975, p. 169) (grifos meus).

O português é das línguas românicas a que melhor conserva o *valor primitivo da locução*. Por isso Said Ali a caracteriza como um “PERFECTIVO”, à maneira eslava (Ali, 1931, 180). Podemos dizer, mais rigorosamente, que é um PERFEITO, *delimitado no tempo pelo auxiliar*. Há um perfeito perifrástico de presente (*tenho amado*), de pretérito (*tinha amado*), de futuro (*terei amado, teria amado*) e também um subjuntivo (*tenha amado, tivesse amado, tiver amado*), um infinitivo (*ter amado*) e um gerúndio (*tendo amado*) (CÂMARA JR, 1975, p. 170).

[...] No FUTURO DO PRESENTE, o PERFEITO DO FUTURO *equivale a um futuro anterior* a outro;

e, no uso modal, (para a irrealidade), do FUTURO DO PRETÉRITO, o FUTURO DO PRETÉRITO NO PERFEITO projeta a irrealidade para antes do momento atual. (*ibid.*, p. 171). (grifos e paginação meus).

Quanto às FORMAS NOMINAIS, no capítulo XII da *Estrutura da Língua Portuguesa* (1970, reimpresso em 2006 pela Vozes, 38^a edição), no item final (n^o 51) diz:

Resta uma apreciação semântica, nas mesmas linhas, das chamadas formas nominais, cujos nomes tradicionais são – *infinitivo, gerúndio e particípio*.

Aqui, a oposição é aspectual e não temporal.

O INFINITIVO é a forma mais indefinida do verbo. A tal ponto, que costuma ser citado como o *nome* do verbo, a forma que de maneira mais

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ampla e mais vaga resume a sua significação, *sem implicação das noções gramaticais de tempo, aspecto ou modo*.

Entre o GERÚNDIO e o PARTICÍPIO há essencialmente uma oposição de aspecto: o gerúndio é “imperfeito” (processo inconcluso), ao passo que o particípio é de aspecto conclusivo ou perfeito. O *valor de pretérito ou de voz passiva* (com verbos transitivos) que às vezes assume, não é mais que um subproduto do seu valor de aspecto perfeito ou conclusivo. (CÂMARA JR, 2006, p. 102-103). (grifos meus).

Entretanto, o PARTICÍPIO foge, até certo ponto, do ponto de vista mórfico, da natureza verbal. É no fundo um *adjetivo* com as marcas nominais de feminino e de número plural em /S/. Ou em outros termos: é um adjetivo que semanticamente expressa, em vez de qualidade de um ser, um processo que nele se passa. O estudo morfológico do sistema verbal português pode deixá-lo de lado, porque morfológicamente ele pertence aos adjetivos, *embora tenha valor verbal no âmbito semântico e sintático*.

O GERÚNDIO, ao contrário, é morfológicamente uma forma verbal. Mesmo como determinante de um substantivo (para indicar um processo que nele se passa) não concorda com ele nem em número nem em gênero. (CÂMARA JR, 2006, p. 103). (grifos meus).

Uma discussão em aberto – outro assunto a merecer um aprofundamento e, de minha parte, outra conferência – é partir da própria Nomenclatura de FORMAS NOMINAIS do VERBO. Seriam apenas flexões do verbo “considerado enquanto nome”? As três flexões remanescentes –R, -DO, -NDO excluiriam os “Tempos Compostos” e a “Voz Passiva”?

Como VERBOS, mantêm de fato a voz passiva e o tempo-aspecto, pelo menos o substantivo verbal (INFINITIVO) e o adjetivo verbal (PARTICÍPIO). A tabela latino-portuguesa fica um princípio de debate:

Tabela (sugerida): As Formas Nominais Latino-Portuguesas

	INFINITIVO ATIVO	INFINITIVO PASSIVO	GERÚNDIO ATIVO	GERÚNDIO PASSIVO	PARTICÍPIO ATIVO	PARTICÍPIO PASSIVO
	AM-ŪRE	AM-ŪRI	AMA-ND-i,-o,-um			
	amar	ser amado	amando	sendo amado	que ama	que é amado
Passado	AMAV-ISSE	AMAT-UM esse			qui amavit	AMAT-US,a,um
	ter amado	ter sido amado	tendo amado	tendo sido amado	que amou	amado
Futuro	AMAT-URUM esse	AMAT-UM iri		havendo	AMAT-URUS	AMA-NDUS
	haver de amar	haver de ser amado	havendo de amar	de ser amado	que há de amar	que há de ser amado

Observem-se estes exemplos criados com o intuito de transformá-los numa sequência narrativa – embora repetitiva – mas que

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

revele o sistema verbal numa “totalidade” aspecto-temporal dos modos indicativo e subjuntivo:

Um lobo ENCONTRA um cordeiro.

O cordeiro lhe SUJAVA a água?

O lobo IRÁ DEVORÁ-lo (o devorará)..

O cordeiro ARGUMENTOU:

TERÁ FALADO mal dele

quem ainda não NASCERA (TINHA NASCIDO) ?

Até aqui um modo (indicativo) e 2 ASPECTOS (imperfeito ou inacabado e perfeito ou concluído). Cada aspecto com 3 TEMPOS:

1. ∅ (não marcado)	→ Presente (inconcluso) e	Pretérito Perfeito (concluído)
2. Pretérito (anterior)	→ Pretérito Imperfeito e	Pretérito Mais-Que-Perfeito
3. Futuro (posterior)	→ Futuro (imperfeito) e	Futuro Perfeito

No modo subjuntivo se repete a estrutura aspecto-modo-temporal:

TEMO que um lobo ENCONTRE um cordeiro.

TEMIA que o cordeiro lhe SUJASSE a água.

Quando o lobo DEVORAR o cordeiro, VIRÁ a moral da história.

O lobo CASTIGOU o cordeiro, ainda que ele não lhe TENHA SUJADO a água.

O lobo já TINHA TOMADO a decisão, antes que o cordeiro TIVESSE RESPONDIDO.

Tudo TERÁ FICADO claro, quando o lobo TIVER CONCLUÍDO a falsa rixa.

Pode-se observar que tanto os 2 aspectos, quanto os 3 tempos de cada aspecto têm sua forma correspondente nos modos subjuntivo e indicativo.

Algumas observações precisam ser feitas:

- a) O ASPECTO verbal não é levado em conta no ensino de verbos, a partir das gramáticas, e não foi completado por Matoso Câmara.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- b) Os VERBOS AUXILIARES, embora não fazendo parte da flexão verbal, são de fundamental importância para uma visão completa das “noções gramaticais do verbo”. Não seria por ser analítico que o português deixou de ter, por exemplo, o pretérito perfeito do subjuntivo.
- c) A NOMENCLATURA usada no estudo dos verbos leva à incompreensão mais que à identificação da verdadeira base do complexo sistema verbal.

Creio oportuno voltar à aprendizagem de verbos “em criança”, quando, envolvidos numa estonteante mistura de sons, subimos aos poucos separar as oposições mínimas dos fonemas, a montagem de sons para representar objetos e, o mais terrível dos desafios da esfinge, “OU DOMINAR OS VERBOS OU NÃO FALAR” (isto é, expressar ideias). Como será que, crianças, aprendemos os verbos?

Inicialmente, como bem identificou Matoso: "O primeiro sistema, mais simples, é o usual na língua oral, opõe apenas, entre si, um presente e um pretérito" (2006, p. 100).

Pois é esse primeiro sistema mais simples que a criança aprende. Para tanto há que dominar apenas o TEMA e o ASPECTO:

- **go(s)to – como – engolo (gosta – come – engole)**
- **gostei – comi – engoli (gostou – comeu – engoliu)**

Juntamente vêm as tentativas de regularização, tão engraçadas para o adulto, mas tão profundas gramaticalmente, que creio estarem na base da verdadeira aprendizagem verbal:

- **fazo, fazi X faze, fazeu**
- **sabo, sabi X sabe, sabeu**
- **i, iu, pedo (pido), engolo...**

Entram em cena as desinências pessoais básicas correspondentes ao EU-VOCÊ (ELE) – bem de acordo com a visão egocêntrica típica dessa idade – nos tempos ZERO, não marcados, enquanto desinências modo-temporais. Estabelece-se, portanto, um passo primeiro na expressão de ideias, opondo já os temas com as categorias das conjugações, distinguindo os aspectos concluído e inconcluso, indiferente à oposição anterioridade-posterioridade, embora o tempo

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

presente-pretérito se revele no imediatismo de sua fase concreta, algo assim como um fazer realizado ou em realização:

- Amanhã eu fazo; depois eu cato; depois eu como; depois eu engolo.
- Agora eu acabei; agora eu fazi; eu já engoli tudo.

A segunda etapa começa a opor anterioridade e posterioridade e representa duas novas aquisições: a desinência modo-temporal do pretérito imperfeito (-ava / -ia), opondo I e II-III conjugações; a formação perifrástica do futuro imperfeito com o verbo IR (vou, vai) – mais que uma conjugação perifrástica na visão tradicional, um verdadeiro tempo composto:

- Eu sujava, eu comia, eu engolia; você (ele) sujava, comia, engolia (note-se que a desinência número-pessoal zero é fundamental)
- Eu vou brincAR, descER, saIR

Observe-se que já estão fixadas as conjugações que deram origem aos temas e a oposição entre I e II-III, como bem assinalou Matoso.

Poderíamos seguir – e para isso basta observar os professores em ato que são nossas crianças – e tentar descobrir por que, sendo tão complexa a estrutura verbal, é apreendida por uma “simples” criança. O sistema verbal vem-se construindo com “inteligência” (ler-colher dentro < *intus legere*), sem professores que analisem (que sorte!), mas com interlocutor que instiga a responder a “ações concretas”, sempre levando em conta o egocentrismo da criança.

Algo precisa ser observado nesse “colher global caótico” – e nisso, vem a propósito a noção de sistema estruturado de Matoso – que depois as escolas não retomam: **a criança “colhe pares opostos”**, mesmo que esses pares oponham **trios** (pessoas, tempos, conjugações”, portanto *ela só aprende “ler dentro” quando consegue na prática entender e aplicar a noção completa*. Os elementos mínimos dessa realidade que é o verbo, elemento indispensável na expressão de ideias – ou a criança o domina ou não fala – se apresentam em sua **TOTALIDADE ESTRUTURAL**. É essa **TOTALIDADE DAS NOÇÕES MÍNIMAS** que a fazem reconhecer os *elementos mínimos* sonoro-fonéticos, base da palavra estruturada e significativa, para em seguida reconhecer esse complexo mundo de formas e significados

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

que é o verbo em seus usos. Chegam aos borbotões aos seus agudos ouvidos, borbulham em golfada ininteligíveis – bem mais difíceis que as explicações de qualquer professor de português – e, no entanto, o pequeno computador binário da mente infantil, com a lentidão que não tem pressa de crescer, em poucos anos domina a essência dessa estrutura complexa, em elementos tão simples – que até criança apreende! –, mas tão precisos, que creio ser preciso que os ilustres *DOCTORES* (ensinantes, docentes) das Letras tenham lá umas aulinhas desses filhos “que são o pai do homem”.

Está aí campo de pesquisa em aberto: como se dá a aquisição, concretamente, nesses meus filhos, sobrinhos, amiguinhos ou netos, dos verbos? Por exemplo, de 1 ano e meio a 3 anos; de 3 a 4 e meio etc.

Quando se dão conta que os verbos têm uma regularidade de tempos primitivos e derivados no caso dos ditos “irregulares”? Por exemplo: posso / pode / pude e seus derivados. Como se daria a aprendizagem que em pouco tempo faz o menino passar de “eu podó / você pode; eu podi / você podeu” e daí os característicos “se eu podesse, se eu poder” para o caminho da “irregularização” – tão genuinamente latina, que valeria falarmos que regulares mesmo são os irregulares!

Fica a impressão de que o legado de Matoso não produziu fruto, buscando completude. As *LOCUÇÕES*, com seu caráter analítico do latim vulgar, vieram substituir o admirável caráter sintético do latim clássico: no caso dos verbos, a formação analítica veio esvaziando o significado dos verbos auxiliares para a formação do sistema verbal completo, antes quase de todo flexional – excetuavam-se as formas do *Perfectum* passivas, o “começo do fim” da conjugação inteiramente flexional. As formas nominais já tinham no latim clássico um número maior de formações analíticas. Vale abrir um campo de pesquisa, cujo sentido básico seria o acima proposto:

b) Os *VERBOS AUXILIARES*, embora não fazendo parte da flexão verbal, são de fundamental importância para uma visão completa das “noções gramaticais do verbo”. Não seria por ser analítico que o português deixou de ter, por exemplo, o Pretérito Perfeito do Subjuntivo.

O português não possuiria mais o subjuntivo completo, com tempos-aspectos equivalentes ao Indicativo? Como falar em futuro imperfeito sem o contraponto futuro perfeito? Não teríamos mais o

infinitivo perfeito ativo e passivo, por exemplo? Dito de outro modo, não seria por que temos apenas três formas nominais flexionais que cada uma delas estaria privadas características verbais de tempo-aspecto e de voz. Como pode um “adulto” entender em apenas três formas um conjunto de substantivo-infinitivo, adjetivo-particípio e de advérbio-gerúndio, em que cada grupo tem três formas ativas e três passivas? Por complexo, nomenclaturas à parte, em “criança” só poderíamos abarcar uma globalidade: como é difícil para qualquer mente humana compor no varejo caótico de formas o atacado gerador do processo!

Aliás, valeria perguntar-se se as conjugações verbais pertencem à morfologia ou à sintaxe. Como no trecho citado de Matoso (1975, p. 169), “As CONJUGAÇÕES PERIFRÁSTICAS devem ser entendidas, ao contrário, como processo de formação morfológica na base de uma locução, isto é, *dois vocábulos fonológicos e morfológicos que se associam numa unidade lexical superior*”, não se pode simplesmente abrir mão das formações perifrásticas como sendo outro sistema distinto e distante das formações flexivas. O predomínio da forma analítica “tinha chovido” não a torna, sem dúvida, forma inexistente da conjugação, a partir do momento em que a forma sintética “chovera” soa quase estranha ao sistema. O mesmo seria dizer que o *passé composé* é no francês uma invencionice, por não flexiva, face ao *passé simple* de uso atual reduzido.

A outra crucial questão, também supramencionada

a) “O ASPECTO verbal não é levado em conta no ensino de verbos, a partir das gramáticas, e não foi completado por Matoso Câmara”

precisa ser reavaliada: não seria fundamental a existência da categoria aspecto para o entendimento do sistema verbal? Evidente é a existência de múltiplos aspectos, como a Análise do Discurso prima em pesquisar, mas não haveria uma herança latina da fundamental divisão em tempos perfectivos e tempos imperfectivos, inclusive com radicais distintos? É o que, etimologicamente falando, permite falar que os verbos de fato regulares são os ditos Irregulares, em que predomina a diferenciação de radicais de *Infectum* e de *Perfectum*, sem por isso serem tidos por eruditos. A nossa “criança” descobriu como elemento primeiro o aspecto verbal, arcabouço de toda nossa aprendizagem “aescolar”.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Finalmente, é triste concluir com o terceiro tópico acima:

c) A NOMENCLATURA usada no estudo dos verbos leva à incompreensão mais que à identificação da verdadeira base do complexo sistema verbal.

Transcrevo, para concluir, o que vai na Introdução:

O que me intriga, e a cada ano que passa mais ainda, é tentar desvendar por que os falantes da língua passam tantos anos na escola “aprendendo o português” – que já sabem – e sentem tamanha dificuldade em aprender os verbos – que também já sabem. Por outro lado, o sistema verbal é tão extenso, tão complexo, tão complicado, que até uma simples criança o apreende.

Não será um “exame de consciência” que irá resolver a perplexidade do Mestre das Letras e “dono do verbo” – de extensas listas desafiadoras – na sua árdua tarefa de **re**-ensinar o já sabido, mas **re**-gredindo em vez de **pro**-gredir, fazendo o discente descrever da própria capacidade de compreensão e de memória. Há que investigar com método e “disciplina” (etimologicamente, a tal da técnica do *discere* = aprender), e completar as lacunas sincrônicas e diacrônicas das duas obras “incompletas” do primeiro professor de Linguística e membro da Academia Brasileira de Filologia, Matoso Câmara Jr.

REFERÊNCIAS

CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão / Bom Livro, 1975.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

O SUFIXO –MENTE EM PORTUGUÊS

Paulo Mosânio Teixeira Duarte (UFC)
paulomos@ufc.br e paulomosanio@yahoo.com.br

RESUMO

Nosso propósito é focar o mais complexo sufixoide em português, o afixo final *–mente*. Delinaremos o comportamento do mesmo desde o Latim e, em seguida, estender-nos-emos pelo português arcaico. Nosso ponto de chegada é a língua moderna, em que analisamos, o comportamento historicamente herdado de *–mente*: braquissesmia sintática; determinador de pauta acentual 2 no radical; adjunção a formas adjetivais femininas, quando existentes, e a perda do valor semântico de modo para tornar-se um sufixoide com valor gramatical-adverbializador- e distribucional. Daremos a conhecer que a forma *–mente* nem tudo perdeu da língua antiga: está a meio caminho da composição e da derivação, constituindo o que Benveniste denomina sintagma fixo.

Palavras-chave: Derivação. Semiderivação. Composição. Suffixoide.

INTRODUÇÃO

O estudo a que nos propusemos neste trabalho se insere num outro de maior amplitude, voltado para os pseudossufixos em português, a exemplo de *–zinho*, que, além de concordar com nome, ainda condiciona marca interna de gênero ou número na base, como *coraçõezinhos*; e *–mente*, que tem peculiaridades que preferimos tecer ao longo deste trabalho, tão complexas, que decidimos reservar para ele este espaço articular. Para os demais, reservaremos outro artigo, tratando-os em bloco.

Encetamos nossa análise diacrônica, remontando ao Latim. Depois incursionamos pelo português arcaico a fim de mostramos que *mente* resiste incólume a qualquer descrição sincrônica de tal modo que as formações com ele se podem inserir-se na *lexicalização*, fenômeno a que oportunamente aludiremos.

Como asseveramos, vamos ascender ao latim, a fim de desfazeremos o mito corrente de que, por ter passado às línguas românicas, a supracitada forma sufixal é vulgar. Em seguida, adentramos o vernáculo lusitano no desiderato de pôr as bases do problema que, como esfinge, desafia a morfologia, quer estrutural quer gerativa.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Como daremos a conhecer no percurso do texto, *mente* exhibe atualmente características composicionais. Todavia, por se ter esvaziado semanticamente, comporta-se também como derivado. Em suma, *mente* é híbrido, nem elemento de composição nem de derivação. Isto ficará claro no decurso deste artigo.

Um fenômeno basilar, mas complexo, porque não há uniformidade no tratamento do mesmo, diz respeito à gramaticalização, que comporta graus. Dele falaremos superficialmente.

Um aspecto do fenômeno diz respeito à mudança de uma classe para outra de menor densidade semântica. No português antigo, por exemplo, temos a palavra *homem*, que passou de substantivo a pronome indefinido, com traços de classe: aplica-se a humanos, é genérico. A gramaticalização, como dissemos, é relativa: no caso que nos interessa, *mente*, com o significado de “espírito, mente”, esvaziou de sentido e aproxima-se da condição sufixal, dos sufixos transcategorizadores. Em suma: mudar de substantivo para pronome não tem o mesmo estatuto de uma mudança de substantivo para sufixo ou sufixoide, termo que será bem delineado ao longo deste trabalho.

Outro possível aspecto na gramaticalização é a perda da massa fônica. O clássico exemplo é a formação do futuro: *amarei*, vem de *amar’ai*. A forma *ai* é redução de *habeo*. Evoluiu para *ei*, plenamente integrada ao verbo, despojado de tonicidade. Porém, a força diacrônica é tamanha que ainda persiste o sentido de modalidade, que, às vezes prevalece sobre o tempo. É de questionar-se sobre os casos legítimos de gramaticalização plena

O estudo da gramaticalização leva-nos à escalaridade. Dificilmente a gramaticalização se plenifica. Por exemplo, os auxiliares: para *nó*, em *estou escrevendo*, não vemos diferenças de sentido de *estou* em frases como *estou bem*. A ideia estativa permanece. Há possibilidades de intercalação ente Verbo principal e Auxiliar etc. Os exemplos podem ser multiplicados *ad libitum*.

O acento, convém assinalar, é importante. Enquanto *ai* perdeu acento, *mente* não se despojou dele.

Para nosso desiderato, eis o quanto basta sobre gramatilização, pois, irmos além destes delineios supra, nos levaria longe de forma a perdermos nosso referencial. Começemos, pois, pela gênese

do problema, que exporemos em pormenor.

1. A gênese latina

Diferentemente do que alguns imaginam, *-mente* não tem gênese no latim vulgar ou no latim popular, para nos valermos de terminologia empregada por eminentes estudiosos de Romanística, que julgam o adjetivo *vulgar* de natureza pejorativa.

Coutinho (1976, p. 264) detecta nos grandes escritores latinos a forma *mente*, “mente, espírito”. Os exemplos são extraídos de Ovídio: *mente ferant plácida*, e a Quintiliano: *bona mente factum*. A forma ora em tela não nos parece vulgar, popular: observemos que adjetivo e substantivo se encontram no ablativo, sendo a forma adjetival e *mente* uma sorte de paracomposição. O processo adjetivo e *mente* era nos primórdios capaz de engendrar paradigmas consistentes, e os componentes eram bem configurados mórfica, semântica e fonologicamente. Era locucional não composicional, segundo o autor de *Pontos de gramática histórica* (*locução* é termo que se aproxima do de sintagma fixo, em parte)

Maurer Jr. (1959, p. 163-64) afirma que *mente* se dá como criação vulgar. Informa também que ela é com alguma frequência empregada por autores cristãos, e com sentido de “intenção”. Os exemplos do grande romanista brasileiro são extraídos da *Vulgata* e de Santo Agostinho.

Realmente o uso de formações com em *mente*, na pena de renomados autores cristãos, pode induzir a que creiamos na origem vulgar das construções com *mente*. Afinal, os citados autores se valiam de expedientes linguísticos populares para que a fé cristã se difundisse. Sabemos que os estes difusores do Cristianismo, mesmo os de grande nomeada, constituem uma das fontes do *sermo uulgaris*.

Maiores subsídios colhemos em Maurer Jr. (1951, p. 162-63). As conclusões são mais incisivas. Através da obra, constatamos que as formações com *mente* são “como tantas outras criações medievais, patrimônio de todo o Ocidente Românico” (*Idem*, p. 161). A princípio, afirma o Romanista, apoiado em Grandgent, “*mente* era formador de advérbios de modo, já terminado o período do latim vulgar”.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Um adendo: talvez no começo, *mente* tenha tido saliência como formador de sintagma fixo (cf. BENVENISTE, 1989) não de composto. Não se tratava, reiteramos, de composição perfeita, mas de processo fronteiro entre composição e sintagma.

Para nós, o compósito adjetivo no ablativo com a forma *mente*, também no ablativo, impõe uma leitura instrumental, pois o ablativo é deslocamento *lato sensu*: movimento físico de A para B; “movimento” de uma causa para um efeito; movimento de instrumento para o resultado dele. Por que não interpretar as formações com *mente* como “meio”, instrumento”? *Placida mente* seria originalmente “por meio de minha calma mente”. *Placida mente* é o ponto de origem ou deslocamento. Noções semânticas são escorregadias e debordam. Com algum esforço, podemos ver liames entre modo e meio. Só para sermos mais peremptórios: não há diferença semântica entre uma oração causal e uma final, pois um e outra são indicadoras de causa. Repetimos: sentidos não são facilmente estruturáveis.

No tocante à introdução tardia das formações aqui focadas Maurer Jr. (1951) assenta que “o valor adverbial ou modal da locução (veja-se bem: não derivação, nem composição) formada com *mente* era apenas sensível no século 6 e foi durante o período bárbaro que o sentido original de *mente* se foi esvaziando” (1951, p. 163).

Nas *Glosas de Reichneau*, informa o grande estudioso, *sola mente* traduz o clássico *singulariter*. Em *La Vie de Saint Alexis*, obra do século X, encontram-se formas como *longement*, *fortment* e *parfitement*. A soldadura entre o adjetivo ablativo e *mente* já se tinha efetuado ou estava em curso.

Maurer Jr. (1951) explicita melhor que o assim chamado sufixo *mente* não é só de criação tardia, mas também é criação erudita. A ausência de *mente* em Romeno, segundo o estudioso, demonstra ser uma criação em época pós-latim vulgar. O fato de as formações em *mente* serem de extração erudita não devem causar espécie, pois, por certo tempo, a diferença entre o *sermo urbanus* e *sermo uulgaris* não era absoluta. A título de ilustração, vejam-se nossos futuros, formados de verbo principal anterior ao auxiliar *habere*, de caráter inicialmente mais modal que temporal. A 1ª pessoa do singular de *amare* era *amare habeo* ou *amar'ai*. O tempo não possui estrutura clássica (a 1ª pessoa do singular, no caso, era *amabo* em latim clássico), mas

o processo de formação não tem origem erudita.

Väänänen (1975, p. 196) cita, para as formações com *mente*, os exemplos latinos: Vergílio e Cícero, e os grandes homens da Igreja, como São Jerônimo e São Gregório Magno. Se nos detivermos nas ilustrações, verificaremos que é nítida a ideia de modo, disposição, intenção da forma *mente*. (cf. IORDAN y MANOLIU, 1980, para exemplos e para investigação do evanescimento semântico de *mente*).

2. As formações em *mente* no vernáculo

2.1. A braquisssemia

Tendo a nossa língua perdido a noção de caso, o *-a* antes da forma em *mente*, era interpretado como desinência de gênero e não mais como marca de ablativo. Maurer Jr. (1951, p. 370) nos oferece um curioso exemplo do *Livro da Montaria*, em que a forma *mente* mantém o significado original de “mente, espírito”, propiciando analisar *-a* como forma genérica: “se vir que lhe anda pesadamente nas treelas ou de maa mente”. O interessante é o haver formação amalgamada *pesadamente* e a outra, uma locução prepositiva *de maamente* (é difícil rastrear ora o amálgama ora a disjunção das formações com *mente*, o que demandaria longa empreitada) Vasconcelos (1926) remete às locuções *à boa mente* e *de boa mente*, “as quais, por causa do *a* e do *de*, é menos exato escrever *boaamente*, mostra-se ainda *mente* como substantivo” (1926, p. 183)³¹. Moraes Silva (1813), no

³¹ As formações em *mente* não impediram outros modos de expressar a adverbialidade: através da conversão, a exemplo de *falar baixo*, processo conversivo que remonta ao latim como em *clamo altum*. Outros modos se manifestaram: via preposição com substantivo, a exemplo de *de propósito*, e preposição mais adjetivo, como *em vão*. Formações do tipo *às claras* e *às escondidas* são obscuras etimologicamente. Coutinho (1976:264), embora com cautela, alude, para tais casos, ao paradigma latino *a foris*. Muito improvável para nós esta expansão. A combinação de preposição e substantivo era conhecida em Latim Vulgar: *cum fide*, *cum amore*. O emprego adverbial de adjetivos foi fortemente difundido na época medieval (cf. MAURER JR., 1959, p. 164-65). A propósito, o uso da forma adjetival foi registrado pelo gramático Sérvio, mas como solecismo, segundo testemunho de Maurer Jr. (1959, p. 165). Porém, segundo o grande romanista brasileiro, os adjetivos tinham, no latim literário, uso adverbial por conversão junto a verbos intransitivos. Cita Plauto, na obra *Miles Gloriosus*, e Vergílio, nas *Geórgicas*. Isto atesta os limites pouco preciso entre Latim Clássico e Latim Vulgar, pelo menos durante algum tempo.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

verbete *mentes* se refere a expressões antigas, que asseguravam e firmavam mais o significado de “mente”: *meter mentes*, *parar mentes*, com o sentido de ‘ter intenção’.

Neste particular, isto é separabilidade entre adjetivo e *mente*, interessante é notar que um autor de renome, como Lausberg (s/d, p. 313), fala da braquissemia sintática não só em português, como em outras línguas românicas. Porém, só deixa explícito o caráter arcaico da separação no francês e no italiano, e no provençal (em que a braquissemia se dá, curiosamente, tomando-se o primeiro adjetivo como eixo, por exemplo, *devotament* e *húmil*)³². É Vasconcelos (1901) que de fato nos informa sobre a disjungibilidade da base relativamente ao constituinte *mente*.

Dias (s/d, p. 174) e Melo (1978, p. 194) nos informa por ilustrações a braquissemia na pena de autores antigos, como Vieira (o último exemplo é extraído do segundo autor):

- a) Curados mimosa e não radicalmente;
- b) Tirou a consequência tão discreta como verdadeiramente;
- c) Isaías que foi de todos os Prophetas o que mais própria e elegantemente soube falar;
- d) Se um homem está verdadeiramente arrependido, se conhece verdadeira e profundamente suas culpas, ninguém dirá dele tanto mal, que ele não se julgue muito pior.

Interessante é esta ilustração que Mattos e Silva (2001, p. 69) retira de *Leal Conselheiro*, de D. Duarte, em que a formação em *mente* antecede a forma curta do adjetivo no feminino:

- a) en todas as averssidades e nojos te ajas pacientemente e humildosa, e ssejas em ella ledou ou contente

Meier (1974, p. 114, 125) nos informa sobre a continuidade

³² Iordan y Manoliu (1980, p. 370) oferecem informações bem gerais sobre este caráter de disjunção. Só inferimos que o espanhol apresentava disjunção por causa do contexto discursivo: “em francês antigo e em espanhol, *mente* conservava ainda certo grau de independência em relação ao adjetivo” (...) (1981, p. 370). Lausberg (s/d) e Iordan y Manoliu (1980) ficam a devernos descrições mais precisas, em especial, no tocante a nossa língua.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

do fenômeno braquissêmico no século XIX, para o que exemplifica com Eça de Queiroz, nas obras *As Cidades e as Serra* e *Contos*:

- a) Dois poços fundos não luzem mais negra e taciturnamente do que luziam os seus olhos taciturnos e negros;
- b) O José Martins, para contemplar o terraço da Parreira, já abria de novo as vidraças, larga e extaticamente;
- c) Todos os pêlos se arrepiaram quando o tigre e a pantera negra, ondulando calada e aveludadamente;
- d) E persuadindo Adão a que partilhasse do transcendente pomo, muito doce e enredosamente, resvalaram;
- e) Como descobrira a generosidade de Elisa, (ele) logo se tornou congênere e suntuosamente generoso;
- f) Ulisses considerava... o mar muito azul que mansa e harmoniosamente sobre a areia;
- g) Dois poços fundos não reluzem mais negra e taciturnamente do que luziam seus olhos.

Este exemplo abaixo, do parnasiano Raimundo Correia, é extraído de Melo (1976:80), que avalia estilisticamente a braquissêmia em oposição à série não braquissêmica:

- a) Vai co'a sombra crescendo a sombra informe / Do baobá... E cresce n'alma o vulto /De uma tristeza imensa, imensamente.

2.2. A perda do valor semântico “modo”: o sentido adverbializador

Com valor de “modo” os advérbios sintagmáticos podiam ordenar-se. Porém a coordenação podia dar-se com outros advérbios ou até com as assim chamadas locuções adverbiais, consoante podemos deduzir destes excertos de frase de Mattos e Silva (1984, p. 479), cujo corpus promana dos Diálogos de São Gregório: *ben e honradamente, mal e desonradamente, livremente e de maior vagar*. Todavia, estas ilustrações só confirmam topicamente o valor semântico de modo das formações em *mente*. Este valor semântico já dava

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sinais de esvaecimento. Para tanto, recorreremos à nossa ilustre estudiosa de diacronia de nosso vernáculo.

Mattos e Silva (1984) nos brinda com uma detalhada descrição das formações em *mente* em um alentado trabalho sobre o português trecentista. No concernente às formações adverbiais com *mente*, nenhuma delas apresenta, para nossa surpresa, em separado o adjetivo e a forma *mente*.

A autora nota que ocorre uma forma *solamente*, com valor de “apenas”. Já não se trata de valor modal. Eis os exemplos extraídos de Mattos e Silva (1984, p. 476)

- a) O pecador que non recebe senon vida da alma solamente.
- b) ...non recebessen senon em sãs vontades solamente.
- c) Avia gloria na alma solamente.

Aparecem as formas *primeiramente*, e *entramente*, que têm caráter temporal. Mais uma evidência de que se esvaía o caráter modal de *mente*.

Outro fato é que certas formações em *mente* se comportam como advérbios atitudinais, denotando a posição do falante face a seu enunciado. Apresentamos os exemplos de Mattos e Silva (1984, p. 476-77).

- a) E, certamente, assi acaeceu.
- b) Certamente, assi o fazen.
- c) Aquele que non cree... certamente non he fiel.
- d) Verdadeiramente, hoje he dia de Pasqua.
- e) Verdadeiramente, a verdade daquesta profecia mais claramente veemos.
- f) Verdadeiramente, pode duvidar.

Observemos estas três ocorrências, escolhidas de seis, dos advérbios *maiormente* e *moormente* (MATTOS E SILVA, 1984, p. 477).

- a) Conhoceron muitos destes e, maiormente, a santa virgen Gregoria.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- b) Obra de mui gram trabalho he,...e, maiormente, quando o coração he embaegado.
- c) Entre o senhor e aqueles que o serven, maiormente, aqueles que mais chegados son a ele.

Meier (1974, p. 70) nos apresenta um advérbio, que, embora não atitudinal, *eternamente*, perde seu valor de modo, justamente porque a base tem valor temporal. Trata-se um trecho de *Sôbolos rios*, de Camões:

- a) Que depois de a ti subir/Lá descanse eternamente

Outro trecho do mesmo poeta, e com o mesmo advérbio, vem-nos à memória. Referimo-nos ao sobejamente conhecido soneto camoniano, *Alma Minha*, do qual tiramos o excerto:

- a) Descansa lá no céu eternamente/E viva eu cá na Terra sempre triste

3. O sufixo *mente* no português atual

Em português atual, a forma *mente* conserva características da língua antiga. É prova cabal de que um estado de coisas pode persistir por muito tempo. Não se aplica a famosa tríade *in totum* hegeliano-marxista *tese antítese síntese*. Estados anteriores persistem de modo a confirmar que a língua é um sistema dinâmico, histórico, que traz no seu bojo antigos estados e sinaliza novos (cf. o conceito de *deriva* em SAPIR, 1980). A língua não é exatamente um sistema, mas um sistematoide, como bem asseverara Glinz (*apud* CÂMARA JR., 1977). A generalização da *Aufhebung* hegeliana, por meio da negação da negação, é usurpar o papel da DIVINA PROVIDÊNCIA, como sabiamente afirmou o saudoso linguista Sílvio Elia (1978).

Para nós, *mente* é, no estado atual da língua um sufixoide. Reduziu-se à função de formador de advérbios por dois motivos:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- a) extensão do emprego a bases adjetivais com valores diversos, como o de “tempo” (ano, diário, mensal) e o de “intensidade” (intensa, extrema);³³
- b) expansão de seu emprego à formação de advérbios que modificam adjetivos, sintagmas e até orações (advérbios atitudinais, externos ao todo oracional).³⁴

Indagamo-nos se não seria o caso de desuniformizar a classe para, em função dos contextos, termos classes distintas. Haveria, como não poderia deixar de ser, uma relação de custo benefício: a maior cientificidade do estudo em troca da pulverização da classe. Todavia, tratar da classe adverbial e suas diferenciações semântico-discursivas nos levaria para além do que nos propusemos neste trabalho. Isto sem falar dos aspectos estilísticos atinentes à classe ora em tela. Só para ilustrar: na série dos advérbios em *mente*, sem braquissmia, cada advérbio ganha saliência, diferentemente do que ocorre com a série com braquissmia. No entanto, o foco deste artigo são os advérbios em *mente* no que tange ao seu caráter de sufixoide. Não cogitamos focar a classe como um todo.

Outro ponto diz respeito à braquissmia sintática, o que nos permite dizer: *esplendidamente, claramente e lucidamente* ou *esplendida, clara e lucidamente*. Trata-se de herança da língua antiga, provavelmente por via erudita, quiçá literária. É um ponto a investigarmos.

Os advérbios em *mente* têm pautas acentuais 2 e 3, na base e no sufixoide respectivamente. Em *esplendidamente*, há acento 2 na

³³ Alentado estudo, não só gramatical, mas também estilístico, encontra-se em Meier (1974, p. 61-127). Cita fartos exemplos de formações em *mente* na *Chanson de Roland*. Mostra-nos, em seguida, a tendência latinizante, no século XVI, de operar a conversão do adjetivo em advérbio por força do contexto sintático. Analisa Camões, Eça, Fernando Pessoa, representantes da Literatura Francesa.

³⁴ A discussão sobre este assunto relativa à pulverização da classe adverbial preliminarmente em diversas outras como *negação verbal, intensificador, adjunto circunstancial, atributo, adjunto adverbial e adjunto oracional* encontra-se em Perini (1995, p. 338-342). É bom lembrar, todavia, que a negação tem escopo muito amplo, podendo atingir itens lexicais ou sintagmas. A bem da verdade, todavia, o tom dialógico do autor deixa margens a reflexão. Para mais discussões, no âmbito gerativista, sobre o escopo do advérbio, no caso a forma *provavelmente*, consulte-se Mioto, Silva e Lopes (2005, p. 16-18).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sílabas *plen* e 3, na sílaba *men*. Por causa desta dupla pauta acentual, Augusto dos Anjos pôde assim expressar-se em sua *Psicologia* de um Vencido: *Profundissimamente hipocondríaco/ Este ambiente me causa repugnância*. As duas pautas acentuais do decassílabo estão no advérbio *Profundissimamente*, as quais se complementam à terceira da sílaba tônica de *hipocondríaco*. O poeta valeu-se do advérbio em sua condição de ser formado por dois vocábulos fonéticos.

A braquissomia na língua de hoje não advém da consciência de composição como deseja Nunes (s/d, p. 350) porque o sufixoide *mente* se encontra esvaziado de sentido. Mesmo em certa fase da língua antiga, esta aludida consciência já se esvaía.

Câmara Jr. (1985, p. 121) fala da existência de “dois vocábulos mórficos e fonológicos distintos usados em bloco como uma unidade secundária”. A forma adjetival concorda com *mente* no feminino. Não é de todo pacífica a posição do ilustre linguista. Simplesmente porque o significado lexical de *mente* não existe. A braquissomia é um fenômeno que sobreviveu, mas não *pari passu* com a noção de “mente, espírito”. Concordamos plenamente com o autor: existem dois vocábulos fonéticos e dois vocábulos mórficos. Mas não é a duplo acento que explica a braquissomia porque há sufixos como *zinho*, que não a têm. Além disto, é difícil explicar como o determinante adjetival tem seu gênero escolhido por um constituinte periférico, *mente* no caso, cuja classe gramatical seria ignorada.

Explicar a desinência via braquissomia é um expediente formal: por exemplo, via comutação, em *a bela, esplendida e lúcida menina, menina* se põe à *mente*. Não deixa de ser meio interessante e legítimo, de fundo distribucional. Porém, há um ponto a discutir: o sentido de *mente*, que se evanesceu. A não ser que admitamos um sufixoide (ou sufixo, ao alvitre do teórico) adverbializador feminino, que elege o gênero do adjetivo, reiteramos. Ou quiçá atribuamos o estatuto de locução ou sintagma fixo à junção adjetivo + *mente*. Seria o mesmo que semicomposição ou semiderivação.

O ter gênero constituiria outro fator para considerarmos *mente* constituinte fronteiroço. Assim contemplaríamos a tese de Villalva (1990), de que o *a* que precede *mente* é desinência de gênero, embora a linguista portuguesa não defenda a contento o *a* desinencial. A prevalecer a tese de Câmara Jr. o *a* precedendo *mente* não é vogal de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ligação, expressão inócua e vácuo, nem *morfe supérfluo*, expressão gerativista, de significado obscuro, que encontramos no livro de Rosa (2001). Porém, conforme dito, é ponto controverso a lição de Câmara Jr.

4. Conclusão

As formações adverbiais em *mente* são semiderivacionais ou semicomposicionais. Os traços das semiderivações com *mente* são, de um lado:

- a) braquissomia sintática;
- b) pauta acentual 2 e 3 na formação engendrada de modo a termos dois vocábulos fonéticos e dois vocábulos mórficos sendo a junção artifício da escrita;
- c) anexação a formas femininas do adjetivo quando existentes.

De outro lado, *mente*:

- a) não possui significado lexical;
- b) muda as palavras de classe, no caso de adjetivo para advérbio.

Não damos, no entanto, a discussão por encerrada mormente quanto à discussão sobre o gênero de *mente*.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, ÉMILE. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

DIAS, Augusto Epiphânio da Silva. *Syntaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Clássica, s/d.

ELIA, Sílvio. *Orientações da linguística moderna*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

IORDAN Iorgu y MANOLIU, Maria. *Manual de linguística românica*. Madrid: Gredos, 1980.

LAUSBERG, Heinrich. *Linguística românica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, s/d.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

_____. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2001.

MAURER JR. Theodoro Henrique. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

_____. *A unidade da românia ocidental*. São Paulo: USP, 1951.

MEIER, Harri. *Ensaio de filologia românica I*. Rio de Janeiro: Grifo, 1974.

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1974.

_____. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo e LOPES, Ruth Elizabeth Vasconcellos. *Novo manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2005.

MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da língua portuguesa*. Vol II. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Lisboa: Clássica, [s/d].

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2001.

SAPIR, Edward. *A linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

VÄÄNÄNEN, Veikko. *Introducción al latín vulgar*. Madrid: Gredos, 1975.

VASCONCELOS, José Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Livros de Portugal, 1926.

VILLALVA, Alina. *Morfologia*. In: MATEUS, Maria Helena Mira, ANDRADE, Amália, VIANA, Maria do Céu e VILLALVA, Alina. *Fonética, fonologia e morfologia do português*. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.

**REFLEXÕES SOBRE O APAGAMENTO DO RÓTICO
NA ESCRITA DAS SÉRIES INICIAIS**

Geisa Borges da Costa (UNEB)
geicosta@ig.com.br

RESUMO

O presente trabalho, pautando-se nos pressupostos teóricos da sociolinguística quantitativa variacionista, objetiva investigar os aspectos relacionados ao apagamento do /R/ em coda silábica em posição medial e final de vocábulo na escrita de estudantes em início de escolarização. O *corpus* foi constituído por testes escritos com um total de 18 alunos, na faixa etária de oito a onze anos, pertencentes à 2ª, 3ª e 4ª séries do ensino fundamental de uma escola pública do município de Catu – BA. Para cada série foram testados três meninos e três meninas, todos nascidos e residentes neste município, localizado a 78 km de Salvador, observando a relação existente entre fala e grafia e a interferência daquela no processo de aprendizagem da língua escrita. Assim, o mesmo instrumento de testagem escrita foi aplicado aos alunos dos três níveis de escolaridade com o intuito de observar em que medida se dá a intervenção da fala na escrita com relação ao apagamento do segmento r em posição final e medial de palavra.

Palavras-chave: Variação linguística. Coda silábica. Escrita.

INTRODUÇÃO

Um dos campos em que a teoria da variação linguística se mostrou bastante fecunda, tal como proposta por Weinreich, Labov e Herzog, em 1968, foi o da fonética. Nesta área de estudos, diversas pesquisas sociolinguísticas têm contemplado o rótico como foco de análise, pelo fato de este oferecer várias possibilidades de variação e realização. Em posição pós-vocálica, são numerosos os estudos em diversas regiões do Brasil que demonstram seu total apagamento.

O que se observa é que os estudiosos têm concentrado suas pesquisas sobre a variação do rótico na língua falada em posição final das palavras e os trabalhos têm revelado que o apagamento desse fonema em posição pós-vocálica final é praticamente categórico. Entretanto, o fenômeno do apagamento do rótico em posição de coda silábica vem avançando, em algumas regiões, para o contexto medial, o que pode ser notado principalmente na fala de indivíduos que utilizam normas populares do português do Brasil. Nesses casos, po-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de-se ouvir, com certa frequência “iogute” por “iogurte”, “beço” por “berço”, “bernado” por “bernardo”, “sovete” por “sorvete”, “pertubado” por “perturbado”, para citar alguns exemplos.

Para os professores que lidam com o ensino de português no nível fundamental, há uma repercussão clara desses fenômenos na escrita. É muito comum encontrar-se nos textos dos alunos palavras em que a letra *r* tanto em posição final (esses casos são mais frequentes) quanto no interior de vocábulo não é grafada. Em vários casos, muitos professores tratam desses fatos da mesma maneira como tratam, por exemplo, de desvios como o que se observa em “excessão” por “exceção”: consideram apenas haver um desvio gráfico.

No entanto, Bortoni-Ricardo (2006, p. 268) chama atenção para o fato de que os professores têm de aprender a fazer a distinção entre problemas na escrita que decorrem da interferência de regras fonológicas variáveis e outros que se explicam simplesmente pela falta de familiaridade do alfabetizando com as convenções da língua escrita.

Sendo a vogal o núcleo silábico, ela pode ser precedida ou seguida de consoante e é nesta última posição, quando a consoante segue o núcleo silábico que acontecem as principais regras de variação fonológica no português brasileiro, sendo, portanto, a posição pós-vocálica ou de travamento silábico sujeita a uma gama de realizações com uma forte tendência a ser cancelada.

Alvarenga e Oliveira (1997) analisando a instabilidade e a canonicidade silábica do português e sua influência na aprendizagem da escrita defendem a existência de posições consonantais fortes e fracas na sílaba, sendo a coda considerada como a posição fraca ou instável, passível a um grande número de alofonias na fala e um grande número de variações na escrita.

Para os autores, considerando a canonicidade e a instabilidade das estruturas silábicas é de se esperar que a sílaba CV seja, do ponto de vista da aprendizagem, a estrutura silábica mais fácil e deve ser a sílaba que o aprendiz espera encontrar nas primeiras abordagens da língua escrita.

Ao estabelecer a primazia da língua falada sobre a escrita, a Linguística abriu caminho para o desenvolvimento de inúmeras pes-

quisas que têm como foco de análise a língua falada. Nos últimos anos, os estudos linguísticos estão procurando demonstrar a inter-relação entre língua falada e língua escrita, contrariando uma ideia antiga de que a escrita seria independente da fala e estruturalmente mais elaborada e complexa.

Segundo Tasca (2002, p. 31) os resultados dessas investigações levaram à compreensão de que, para explicar o funcionamento da escrita nos primeiros anos escolares, é necessário antes ter compreendido como funciona a língua oral. Além disso, ao entrar em contato com o sistema ortográfico da língua, o sujeito aprendiz da leitura e da escrita depara-se com as interferências do sistema fonológico, daí a necessidade de se estudarem as características dos sons vocálicos e consonantais.

1. Objetivo

O desenvolvimento dos estudos sociolinguísticos no Brasil tem se voltado para a questão da diversidade linguística, discutindo profundamente vários aspectos relacionados a este fato. Pesquisas empíricas realizadas sobre a língua escrita vêm dando uma contribuição significativa para a área educacional aproximando cada vez mais a teoria linguística da prática pedagógica. Este trabalho tem como objetivo geral analisar um fenômeno fonético-fonológico variável, atestado por diversos pesquisadores na fala dos indivíduos que utilizam o português brasileiro, qual seja o apagamento do rótico medial e final, verificando o grau de interferência deste fenômeno linguístico na escrita de estudantes catuenses.

2. Hipóteses

As hipóteses aventadas neste estudo preliminar são:

1. Em posição final de vocábulo, o apagamento do rótico é mais expressivo que em posição interna;
2. O r em final de verbos possuem um apagamento maior na escrita que em não verbos;

3. Quanto menor o grau de escolaridade, maior as taxas de apagamento do rótico na escrita;
4. O apagamento do rótico na escrita é inibido pelo maior grau de familiaridade com a palavra.

3. Princípios metodológicos

Este trabalho constitui-se num estudo empírico, de cunho descritivo, que pretende investigar os aspectos relacionados ao apagamento do rótico em posição de coda silábica na fala e escrita de estudantes das séries iniciais da cidade de Catu – BA. A metodologia que orienta este trabalho é o modelo laboviano de pesquisa sociolinguística que busca analisar a produção oral dos falantes, considerando além dos fatores linguísticos, as influências de fatores sócio-culturais a que a linguagem humana está submetida.

O *corpus* foi constituído por testes escritos com um total de 18 alunos, na faixa etária de oito a onze anos, pertencentes à 2ª, 3ª e 4ª séries do ensino fundamental de uma escola pública do município de Catu. Para cada série, foram testados 03 meninos e 03 meninas, todos nascidos e residentes neste município, localizado a 78 km de Salvador. A escolha por alunos a partir do segundo ano do ensino fundamental deve-se ao fato de que no contexto educacional das escolas públicas da cidade, boa parte dos alunos que se encontram na primeira série ainda não adquiriram certas habilidades relativas à escrita, o que poderia invalidar os dados que queremos observar.

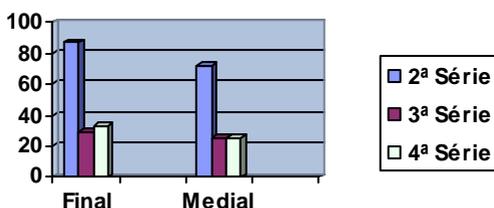
Os testes foram elaborados previamente a partir de palavras que contemplavam o fonema /R/ em diversos contextos de variação. Seguindo o modelo de Mollica (2003, p. 29), os desenhos sobre os quais foram escritas palavras e frases do teste foram expostos de maneira intercalada com outras figuras, a fim de que o estudante não percebesse a intenção do pesquisador concernente à observação de alguns fatos da escrita.

Assim, o mesmo instrumento de testagem escrita foi aplicado aos alunos dos três níveis de escolaridade com o intuito de observar em que medida se dá a intervenção da fala na escrita com relação ao apagamento do /R/ em posição medial e final.

Apresenta-se aqui, a análise do apagamento do rótico em coda silábica em posição medial e final de vocábulo na escrita dos estudantes que participaram da pesquisa.

4. Análise dos dados

Gráfico 1: Taxas gerais de apagamento (em %)



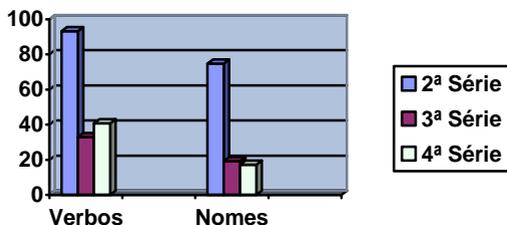
O gráfico acima mostra que as taxas de apagamento do rótico na escrita dos estudantes são mais altas em posição de coda final, o que pode ser entendido pelo fato de que, nesta posição, variados estudos sociolinguísticos atestam o cancelamento quase total deste fonema na fala, o que interferiria no processo da escrita, ficando a supressão do segmento em posição de coda medial restrita a contextos mais específicos.

Com relação ao fator escolaridade, foi confirmada a hipótese de que os alunos da série mais avançada apagarão menos o rótico na escrita, conforme demonstram vários estudos sobre língua falada que associam a predominância de formas linguísticas padrão a falantes com mais anos de escolarização e como mostram os dados percentuais da tabela acima que atestam uma grande incidência de cancelamento do segmento na segunda série (87% para o final e 71,9% para o medial) ocorrendo uma forte queda desses valores nas séries posteriores.

Com relação ao rótico em posição final de palavra foi observado o fator classe morfológica do vocábulo, considerando-se verbos

e nomes.

Gráfico 2: Classe morfológica do vocábulo (em %)

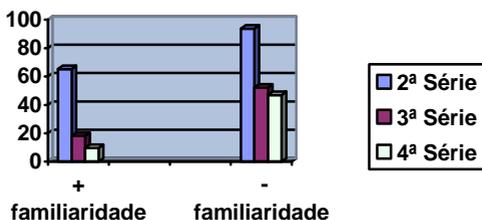


Os dados do gráfico mostram que os verbos favorecem mais o apagamento que os não verbos. Se estamos considerando que a língua falada interfere significativamente na escrita das séries iniciais, os resultados só confirmam várias pesquisas realizadas sobre o apagamento do rótico na língua falada em diversas regiões do Brasil que mostram que a perda do fonema é mais frequente nos verbos que aparecem no infinitivo e na primeira e terceira pessoa do futuro do subjuntivo.

Ainda com vistas a analisar os níveis de apagamento do rótico em sílaba medial na escrita dos estudantes, foi feito um ditado de frases que continha palavras consideradas menos usuais na escrita dos alunos ou hipoteticamente pouco trabalhada pelos professores a fim de verificar se o grau de familiaridade com a palavra interferiria no cancelamento do segmento /r/. Os dados serão apresentados no gráfico a seguir.

Comparando os dados obtidos neste gráfico, verifica-se que há uma diferença significativa, com um aumento considerável de cancelamento do segmento -r - nas palavras que foram consideradas menos frequente na escrita escolar do aluno, o que confirma a nossa hipótese de que palavras com menor familiaridade favoreceriam o apagamento do r.

Gráfico 3: Grau de familiaridade com a palavra



5. Considerações finais

Os dados apresentados neste trabalho configuram-se numa primeira versão de um estudo mais amplo, uma dissertação de mestrado ainda em andamento. Certamente serão ampliados para que se possa fazer uma análise definitiva do *corpus* e, posteriormente, comparar com os resultados de outros pesquisadores, pretendendo contribuir para o conhecimento de marcas linguísticas que caracterizam os falantes da área investigada bem como compreender a interferência da língua falada na escrita das séries iniciais. Desse modo, pretende-se colaborar com as pesquisas que enfocam estes aspectos da realidade linguística brasileira.

Num primeiro momento, digamos que estes dados preliminares já confirmam a forte influência que a língua falada exerce sobre a escrita, principalmente nas séries iniciais, sendo o reconhecimento deste fato de extrema importância para o professor deste nível de ensino compreender que as diferentes formas empregadas pelos alunos no texto escrito refletem, quase sempre, características da língua falada. Por isto deve-se levar em consideração a heterogeneidade linguística do aluno, sobretudo aqueles advindos das camadas populares, cujas formas linguísticas ainda são mais distantes daquelas consideradas padrão.

A sociolinguística, ao longo dos anos, tem produzido diversos trabalhos com o intuito de aproximar cada vez mais a pesquisa produzida no meio acadêmico com a realidade das salas de aula, contri-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

buindo para que professores e alunos percebam a variação linguística como um fenômeno inerente a qualquer língua e a partir daí reflitam sobre o sistema linguístico, aprimorando, conseqüentemente, o processo de ensino-aprendizagem de línguas.

Num segundo momento, é possível confirmar através dos dados, a teoria da instabilidade e canonicidade silábica, sendo a posição de coda o constituinte da estrutura silábica que possui maior liberdade para apresentar variação pelo fato de ser também o mais instável na sílaba. Além disso, há no português brasileiro uma forte tendência para a supressão da consoante -r- em posição pós-vocálica, já que o falante instintivamente segue em direção ao padrão canônico da sílaba que é uma consoante e uma vogal, sendo este fato fortemente marcado na língua oral, ocorrendo mais nas formas verbais infinitivas e em posição final de palavra conforme atestam importantes trabalhos na linha da sociolinguística quantitativa laboviana como o de Callou, Moraes e Leite que verificaram o apagamento da vibrante em posição final de vocábulo na fala de falantes cultos e concluíram que o fenômeno não possui marca de classe social, não sendo portanto, estigmatizado.

Segundo Mollica (2007, p. 47) este é um dos fenômenos fonológicos que merecem trabalho pedagógico voltado para a escrita, pois a preservação de qualquer variante na fala não implica conseqüências estigmatizadoras de qualquer natureza para o falante, portanto não recebe avaliação negativa.

Para a autora os trabalhos sociolinguísticos podem contribuir no sentido de subsidiar a pedagogia que enfatize a autocorreção natural e espontânea à medida que os falantes tomem contato estreito com a modalidade escrita da língua, auxiliando na aceleração desse processo que se estende ao longo do letramento.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, D.; OLIVEIRA, M. A. *Canonicidade silábica e aprendizagem da escrita*. Revista de Estudos da Linguagem. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, v.6, nº5, 1997, p.127-158.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. O estatuto do erro na língua oral e na língua escrita. In: GORSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl. (Orgs.). *Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: UFSC, 2006, p. 267-276.

CALLOU, Dinah; MORAES, João; LEITE, Yonne. Apagamento do /R/ final no dialeto carioca: um estudo em tempo aparente e em tempo real. *D.E.L.T.A.* vol. 14, 1998, p. 61-72.

MOLLICA, Maria Cecília. *Da linguagem coloquial à escrita padrão*. Rio de Janeiro: Letras, 2003.

_____. *Fala, letramento e inclusão social*. São Paulo: Contexto, 2007.

TASCA, Maria. *Interferência da língua falada na escrita das séries iniciais: o papel de fatores linguísticos e Sociais*. Porto Alegre: Ed-PUCRS, 2002.

WEINREICH, LABOV, HERZOG. Empirical foundation for a theory of language change. In: LEHMANN, N. MALKIEL, Y. *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas, 1968.

**UMA PEQUENA DIGRESSÃO
SOBRE A ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA**

José Mario Botelho (UERJ e ABRASIL)

botelho_mario@hotmail.com

RESUMO

Considerando os processos de produção de cada uma das modalidades da língua, oralidade e escrita constituem dois fenômenos distintos.

Neste artigo, colocaremos em relevo a linguagem escrita, uma vez que exerce um papel de grande importância no cenário atual. Por isso, o presente estudo enfatizará a ortografia da língua portuguesa, sobre a qual faremos uma breve digressão. A escrita, que não é perfeita, constitui uma convenção e representa certos interesses político-culturais como o de proteção do idioma em si. Não é propriamente a representação gráfica da fala e, portanto, não tem que espelhá-la. Logo, propriedades da fala, como entoação, ritmo, intensidade das vogais, sotaques regionais e outros são praticamente impossíveis de serem reproduzidos na escrita.

Não pretendemos, pois, desprezar a linguagem oral e nem defendermos uma unificação ortográfica da língua portuguesa, apesar de considerá-la necessária. Limitar-nos-emos a apresentar alguns comentários críticos sobre a ortografia da língua portuguesa, o que pode vir a ser elemento de reflexão dos estudiosos e interessados no assunto.

Palavras-chave:

Linguagem escrita. Linguagem oral. Unificação ortográfica. Ortografia.

INTRODUÇÃO

Que a linguagem escrita e a linguagem oral não constituem modalidades estanques, apesar de apresentarem diferenças devido à condição de produção, é um fato incontestável. Contudo, há particularidades de outras ordens que as tornam modalidades específicas da língua.

Tais particularidades são, de fato, elementos exclusivos de cada uma delas, como a gesticulação, por exemplo, na linguagem oral, e a reedição de texto, com apagamento do texto anterior, na linguagem escrita. Também é de fundamental importância observar que a linguagem oral, a qual se efetiva pelo som que os usuários produzem pela boca, chega ao receptor pelos ouvidos, enquanto a lingua-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

gem escrita, que se efetiva mormente pela mão dos usuários, chega ao receptor pela visão normalmente (ou pelas mãos, em caso especial). Certamente, as pessoas não escrevem exatamente do mesmo modo que falam, uma vez que se trata de processos diferentes. Essas diferentes condições de produção para usos de diferentes intenções propiciam a criação de diferentes tipos de linguagem, que se agrupam nas duas modalidades da língua. Fatores como: o contexto, a intenção do usuário e a temática são responsáveis pelas diferenças entre a linguagem oral e a linguagem escrita, que, nem por isso, são estanques. Logo, considerando os processos de produção de cada uma dessas modalidades, oralidade e escrita constituem dois fenômenos distintos.

Neste artigo, colocaremos em relevo a linguagem escrita, que, apesar de menos complexa que a linguagem oral, é sempre um grande desafio para os estudiosos. Na verdade, o escopo do presente estudo é a ortografia da língua portuguesa, sobre a qual digressionaremos de maneira comedida já que se trata de um breve artigo.

De fato, é de grande importância a escrita de uma língua de cultura como o é o português. A escrita, que eterniza a língua, já que é um registro duradouro, nada tem de perfeito. É uma convenção que, por conseguinte, representa certos interesses político-culturais como o de proteção do idioma em si. A escrita não é, como já se concebeu no passado, a representação gráfica da fala e, portanto, não tem que espelhar o uso oral da língua de uma comunidade linguística em especial. Certas propriedades da fala, como entoação, ritmo, intensidade das vogais, sotaques regionais e outros são praticamente impossíveis de serem reproduzidos na escrita.

Também é muito improvável que se distingam perfeitamente as intenções dos falantes nas suas frases declarativas, interrogativas e interjetivas. Ainda se tivéssemos um sistema ortográfico perfeito que reproduzisse as falas fielmente, também teríamos problemas na leitura de frases expressas por usuários de outra comunidade linguística, uma vez que toda leitura gira em torno de uma leitura de mundo.

Certamente, usuários de uma mesma comunidade identificariam as mesmas características de uma dada expressão. Porém, portugueses, brasileiros e africanos e asiáticos de língua portuguesa sem-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pre vão fazer interpretações diferentes de certas expressões da língua, que se definem dentro de uma mesma cultura.

Portanto, não pretendemos valorizar a linguagem escrita em detrimento da linguagem oral e nem defendermos uma unificação ortográfica do português. O nosso objetivo é tão somente apresentar alguns comentários críticos acerca da ortografia da língua portuguesa, o que pode vir a ser elemento de reflexão dos estudiosos e interessados no assunto.

Sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que vem sendo praticado somente no Brasil como período de adaptação, faremos algumas observações sempre que se fizer necessário, mas sem o compromisso de esgotar o tema.

1. A importância de uma unificação ortográfica

Decerto, em todas as línguas a ortografia sempre apresentará dificuldades que não se sobrepujam com nenhuma simplificação, por mais profunda que ela seja, já que é praticamente impossível representar todos os registros falados com um sistema de escrita.

Logo, uma ortografia unificada não implica a unificação do vocabulário da língua e, sobretudo, das expressões dessa língua. Principalmente se considerarmos que a língua é um organismo vivo; logo, dinâmico e mutável por excelência.

No entanto, uma uniformização ortográfica tornaria a comunicação escrita menos conflitante, e o material escrito de um país poderia ser utilizado em outro, apesar das particularidades quanto a uma leitura de mundo. Aliás, problemas de interpretação podem ocorrer até mesmo entre usuários de um mesmo sistema ortográfico, mas quando os sistemas são diferentes, os problemas de interpretação são inevitáveis.

É possível que os países de língua portuguesa entrem em acordo quanto ao uso de uma ortografia unificada, desde que nenhuma seja privilegiada como tem sido nesses pseudoacordos (ou tentativa de acordos) entre o Brasil e Portugal e também nesse primeiro

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Acordo Ortográfico, que ora se estabelece por aqui e, quiçá, em Portugal e nos outros países lusofônicos³⁵.

Uma política linguística, que objetive proteger o idioma com uma reforma ortográfica profunda, a ser obedecida por todos, sem que para isso esta ou aquela comunidade linguística se sinta mais ou menos prejudicada, é deveras necessária. Não só porque os livros de um país poderiam ser lidos em outros, sem que para isso houvesse a necessidade de uma nova edição, em que se fizessem as adaptações convenientes, que são verdadeiras traduções. Mas, sobretudo, porque tornaria a língua mais fortalecida. Uma ortografia única dá à língua certos poderes: possibilita a comunicação diplomática entre os países lusofônicos, aumenta a difusão cultural entre eles, além de se estabelecer como língua de cultura, ampliando o seu prestígio, junto as Instituições Internacionais.

Também há nisso um fator econômico fundamental: as obras brasileiras poderão ser vendidas nos oito países da CPLP (Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa), fato que muito preocupa o comércio livresco de Portugal e tem sido o causador da resistência que se verifica alhures.

Um outro fator econômico em benefício dos países menos favorecidos poderá ocorrer: poderão receber do Brasil e de Portugal o material didático necessário para o seu desenvolvimento educacional. Quanto a isso, não podemos deixar de lembrar de que no passado o Brasil enviou milhares de livros didáticos para Angola, que não pode usar por não ter o mesmo sistema ortográfico brasileiro.

De fato, uma ortografia portuguesa unificada só trará benefícios a todos os usuários da língua, que aprenderão escrevê-la de uma única forma, onde quer se a use como língua de comunicação. Essa necessidade é muito antiga; vem desde a época de sua utilização do

³⁵ No Brasil, as vinte e uma Bases do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (proposto em 1990) estão sendo colocadas em prática desde 1º de janeiro de 2009. Esse período de adaptação ou acomodação das novas regras finaliza em 31 de dezembro de 2012, quando passa a ser obrigatório no Brasil, e se inicia o período de adaptação em Portugal, se não houver nenhum problema (ou se a resistência que ora se impõe por lá não persistir). [Oficialmente, iniciou-se a implementação do Acordo, em Portugal, no dia 1º de janeiro de 2010, para ser concluído em 2014. NOTA DO EDITOR]

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

português como língua literária na poesia, primeiramente, depois na prosa artística e em seguida na prosa não artística, quando D. Dinis o oficializou como língua escrita.

Logo a necessidade de uma ortografia portuguesa regular surge com o surgimento da escrita em português. Praticamente, podemos observar duas fases desde o seu surgimento: a arcaica e a moderna – ambas constituem o período histórico da própria língua.

A fase arcaica da língua portuguesa vai do Séc. XII, com o primeiro texto escrito em galego-português, provavelmente a Cantiga da Guarvaya ou da Ribeirinha³⁶, de Paio Soares Taveirós, até o Séc. XVI, quando inicia a fase moderna dessa época histórica do português.

Já nessa fase da escrita da língua, estabelece-se uma verdadeira confusão ortográfica. Num mesmo texto, era possível encontrar uma mesma palavra com mais de uma forma escrita. Em *A Demanda do Santo Graal*, uma novela de cavalaria dessa época, é possível encontrarmos uma determinada palavra (como “porém”³⁷: *porén, per en, per em, per ende, perende, porende, porem*) com grafias diferentes ao longo de uma mesma página, numa flagrante vacilação do escritor quanto à ortografia da língua.

Tal vacilação também se pode observar na seguinte estrofe de uma cantiga, de D. Diniz, o rei trovador:

*mais nunca pudí o coração
forças que vos gram nom ouuess'a querer
e **porem** nom dev'eu a lazerar, senhor
nem devo **porend**'a morrer: (D. Diniz, séc. XIII)*

No trecho acima, além das duas formas distintas de “porém” (como lexia simples de natureza conclusiva), podemos observar a

³⁶ A dúvida gira em torno da ideia de que a referida cantiga não tem tal título originariamente, não é exatamente uma cantiga de amor como o querem os livros didáticos, a data fixada de sua efetivação é supostamente 1189 e já se discute até mesmo a sua autoria.

³⁷ Cf. Botelho (2003). Nesse artigo, descrevemos a ocorrências de “porém” em três obras de períodos distintos (Cantigas trovadorescas, *Demanda de Santo Graal* e *Os Lusíadas*) e apresentamos comentários críticos da evolução da referida lexia, que se apresenta primeiramente em forma de locução pronominal conclusiva e acaba assumindo uma forma vocabular e se gramaticalizando como conjunção adversativa.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ocorrência de formas diferentes para certas palavras do português moderno.

De modo geral, as palavras com maior incidência de formas diferentes na escrita arcaica são: “minha”, que se apresentava ou como “*mia*”, “*mha*” ou como “*mya*”; “mim”, que se apresentava como “*mi*”, “*min*”, “*m*” “*rei*”, que se apresentava como “*rey*”, “*rrei*”, “*rrey*”; “hoje”, que se apresentava como “*oje*”, “*oye*”, “*oie*”; e tantas outras palavras, que engrossaria uma lista imensa.

Só para se ter noção de como era a ortografia da época, vamos observar uma estrofe duma cantiga de amor de D. Dinis:

*Proençaes soen mui bem trobar,
e dizem eles que é com amor;
mais os que troban no tempo da flor
e non em outro, sei eu bem que non
na tan gran coita no seu coração
qual m'eu por mia senhor vejo levar.* (D. Diniz, séc. XIII)

Pôde-se observar a grafia das palavras com terminações naisais, como em: “*soen, troban, non, gran e coração*”, as palavras com ditongos, como em “*Proençaes, mui e mais*” e a palavra “*mia*”, que hoje têm outra grafia.

De fato, a ortografia dessa época se caracterizava pela arbitrariedade e pelo gosto dos escribas das pseudorregras ortográficas que compunham o seu conhecimento da língua. Mais tarde, convencionou-se um modo de escrever, o qual foi aprovado por lei e se fixou como normas de escrita da língua. Porém, uma irregularidade ortográfica ainda se fazia sentir, uma vez que o próprio sistema ortográfico apresentava irregularidades.

Tal ortografia, com variações gráficas de muitas palavras, se estende até o início do Séc. XVI, quando a língua portuguesa entra em sua época clássica – fase moderna da época histórica. Época em que a escrita se apresenta mais rígida e sistematizada, apesar de ainda haver certas variações ortográficas, como se pode observar nesse trecho da primeira gramática da língua, publicada em 1536:

E não desconfiemos da nossa lingoa porque os hom^{es} fazem a lingoa, e não a lingoa os hom^{es}. E manifesto que as lingoas Grega e Latina primeiro forão grosseiras e os hom^{es} as poserão na perfeição q agora tem. (OLIVEIRA, 1536)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O marco da escrita clássica é a publicação de *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, em 1570, embora já tivessem sido publicadas em 1536 a *Grammatica da lingoagem portugueza*, do Pe. Fernão de Oliveira, e em 1539, a *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de João de Barros, que já tratavam de ortografia. E desde então, muitas gramáticas normativas e tratados de ortografia foram publicados; embora decepcionantes de modo geral, todas essas obras são importantes registros da história de nossa língua e de sua ortografia.

Muitas foram as inovações introduzidas pelos escritores clássicos, que adotaram inúmeros empréstimos, vindo da Itália, berço da Renascença, que causou um grande impacto cultural em toda a Europa. A língua portuguesa adotou muitos empréstimos do próprio latim, que foram introduzidos por via erudita, quando muitos doutos resolveram, em vão, resgatar o latim. Conseguiram enriquecer o léxico do português tão somente.

2. *Periodização da ortografia da língua portuguesa*

Vimos que, na fase moderna da época histórica, o português já se apresentava estabelecido e diferente do da fase arcaica – galego-português.

Apesar de já apresentar a língua um sistema ortográfico regular, muitas grafias variantes ainda se podiam verificar. Na verdade, a nossa ortografia nunca fora uniforme, exatamente porque sempre teve uma tendência a se orientar pela fonética e se agravou com o cultivo dos clássicos greco-latinos, que despertou nos estudiosos o interesse pela etimologia da palavra. Isso não quer dizer que o estudo etimológico seja desnecessário ou ruim; é que, naquela época, o estudo etimológico não era uma ciência em si, pois dependia muito mais da fantasia e criatividade daquele que se dizia etimólogo.

Podemos observar, por conseguinte, que a história da nossa ortografia divide-se em três períodos: o fonético, o pseudoetimológico e simplificado.

No período fonético, que começa com os primeiros documentos redigidos em português e se estende até o séc. XVI, a ortografia

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

se baseava na pronúncia. A variação gráfica era muito incidente e dificultava a compreensão dos leitores.

Pereira (1932) observa que o sistema fonético consiste em escrever como se pronuncia, como se a palavra escrita fosse a imagem da palavra falada. Entretanto, a inevitável variação na maneira de falar de cada indivíduo já provocava uma falta de uniformidade na ortografia. Daí, o sincretismo na escrita de que se refere o autor:

Este systema, tão preconizado pelos phoneticistas, não offerece, contudo, base uniforme para uma reforma orthographica, vista a grande variedade da pronuncia, de região para região e de século para século. Sendo nelle a palavra escripta a imagem exacta da palavra fallada, a mudança constante da pronuncia determinaria a constante mudança de sua representação (*sic*). (PEREIRA, 1932, p. 102)

No sistema fonético, havia uma maior coerência e uma fidelidade na representação dos grafemas, contudo ocorriam várias formas de grafemas para um mesmo fonema, o que revelava não só a vontade do escrevente, como também o seu conhecimento vacilante da língua. Nunes (1989, p. 193) ressalta o fato de os mesmos sons serem representados por caracteres diferentes. Aliás, no texto da referida citação, muitas palavras comprovam a estranha ortografia daquela época.

O fonema vocálico /i/, por exemplo, era representado por mais de um grafema indiferentemente: “i”, “y”, “j” ou “h” (quando semivogal), como em: *mais, assi, assy, fruyto, mjnas, sabham*³⁸. A nasalidade das vogais poderiam ser representadas por um “m”, “n”, til (~): *omrra, senpre, irmãa, c a, ȷ, ũ*; não raro, por dois acentos (‘): *mááos, oméés*.

No emprego das consoantes, também se podem observar particularidades. Havia substituições, emprego duplo, ausência ou acréscimo de grafema(s): *aber/haver, donçela/donzela, pecena/pequena, ffé, deffendeu, aber, omildade, huum, h ũa*.

Teyssier (1997) observa que, apesar das incoerências e imprecisões, este sistema se apresentava mais regular e fonético do que o seu substituto – o pseudoetimológico.

³⁸ Cf. Nunes (1989), Coutinho (1976) e Huber (s.d.).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No período pseudoetimológico, que começa no final do séc. XVI e se estende até o séc. XX, quando foi publicado a *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana, o sistema ortográfico era ainda mais confuso, pois, além das variações fonéticas, muitas palavras ganhavam uma grafia à semelhança do grego ou do latim, numa falsa etimologia.

O Renascimento e a volta da cultura clássica greco-latina, que exerceu grande influência na época, favoreceram a adoção da grafia supostamente etimológica, de cuja origem seria para os pseudoetimólogos o étimo de muitas palavras.

Tal *status quo* subjugou os apaixonados pela cultura clássica, a qual já exercia uma grande influência no português da época; a ortografia de natureza greco-latina tornou-se o modelo da ortografia da língua portuguesa, que praticamente foi sendo desprezada, causando um prejuízo à língua, que teve muitos sons deixados de ser representados, segundo a sua pronúncia secular, conforme ressalta Nunes (*Ibidem*, p. 195-196). De fato, a adoção da ortografia de natureza greco-latina causou uma série de variações na escrita portuguesa; muitas formas estranhas de registrar as palavras (como por exemplo as ocorrências de “*ch*”, “*ph*”, “*th*” e “*rh*”, e o uso de consoantes dobradas) surgiram.

Assim, o sistema ortográfico da época, que já era confuso em virtude das diversidades de formas gráficas de uma mesma palavra por causa da pronúncia, tornara-se caótico e se diversificara cada vez mais, pois cada usuário escrevia praticamente a seu modo para demonstrar um pérfido conhecimento da etimologia das palavras.

No período simplificado, que se inicia em 1904, com a proposta de Gonçalves Viana e se estende até os nossos dias, a ortografia se baseia na pronúncia do Brasil e de Portugal. Logo, havia dois sistemas ortográficos vigentes: o brasileiro e o português.

De fato, nunca existira um padrão uniforme de ortografia entre os escritores da época anterior a Viana; chegavam a ter uma grafia própria. Logo, Almeida Garrett não escrevia da mesma forma que Alexandre Herculano e muito menos que Camilo Castelo Branco.

A necessidade de uma reforma ortográfica já se fazia sentir, porquanto tal situação não podia mais continuar. Muitos se esforça-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ram para uma padronização, mas não foram bem sucedidos. Eis que Gonçalves Viana publica o seu *Ortografia Nacional* em 1904.

A proposta de Viana se concentrava na grafia de um grande número de palavras, que deveria ser aceita caso não se pudesse justificar etimologicamente outra grafia, e prioriza o princípio da simplificação ortográfica. Houve quem reagisse contrariamente, mas lhe faltava uma argumentação segura.

Os princípios básicos da proposta de Viana podem ser assim resumidos:

- 1) eliminação de todos os símbolos de etimologia grega (“th, ph, ch (= k), rh e y”);
- 2) simplificação das consoantes gêmeas, mantendo-se “rr e ss”, intervocálicos, por terem valores peculiares;
- 3) eliminação de consoantes mudas; e
- 4) regularização do uso de acento gráfico.

Percebe-se que o princípio-diretor dessa sábia proposta não é exata e fundamentalmente o fonético, mas sim o simplificado, que se orienta pela pronúncia, mas não despreza a etimologia e o elemento histórico da palavra.

Convém lembrar que todo e qualquer sistema ortográfico é sempre uma convenção. Um acordo ortográfico é, por excelência, o sistema que resulta de uma convenção de natureza político-cultural entre dois ou mais interessados e com igualdade de direito.

Contudo, tal direito, que independe de quantidade populacional ou localização geográfica, logo poderá ser estendido aos outros países lusofônicos, que poderão desenvolver seus sistemas particulares de escrita e reivindicar os mesmos direitos que portugueses e brasileiros acham ter.

Toda convenção ortográfica até então tem sido fundamentada em um dos dois princípios-diretores: o princípio fonético ou o princípio etimológico e o histórico da palavra.

Essa nova proposta (a de 1990), que será o primeiro (des)acordo, se vigorar realmente, não obedece exclusivamente nem ao

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

princípio fonético nem ao princípio etimológico. Ela se orienta pelas prosódias consideradas cultas do Brasil e de Portugal e, por isso, elimina as consoantes mudas e prevê dupla grafia de algumas palavras, que poderão ser praticadas por todos os usuários dos oito países signatários do Acordo. Além disso, não se pode negar que o Acordo estabelece regras claras e objetivas para o uso do hífen, apesar de ter deixado de fazer referências ao uso dos prefixos “co-” e “re-” (o que causa certo transtorno) e de não ter sido esclarecedor em relação a algumas formas compostas. Também se mostrou objetivo nas regras de acentuação gráfica, eliminando alguns acentos de uso inconsistente e o trema, apesar de ter criado certas inconveniências, que poderão ser minimizadas mais tarde com o estabelecimento de um vocabulário oficial.

O Acordo, do jeito que foi proposto (ou melhor, mais uma vez imposto pelos nossos patrícios na época do Projeto), não reflete a real necessidade de uma reforma ortográfica que objetive a unificação da língua.

Esse pseudoacordo ortográfico, que privilegia a modalidade portuguesa, além de não se aproximar de uma necessária reforma ortográfica, apresenta um texto problemático, com trechos ambíguos e outros pouco esclarecedores³⁹.

Há outros problemas nas orientações dessa proposta. Problemas de natureza conceitual e de redação⁴⁰, mas esses poucos casos que eu selecionei nos mostram o princípio norteador da referida proposta, que pretende ser um Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que já está em vigor no Brasil desde 1º de janeiro de 2007, mas que só passou a ser praticado por aqui desde 1º de janeiro de 2009 e se estenderá até dezembro de 2012, quando Portugal deverá dar início ao seu período de adaptação.

Fica a pergunta no ar: “Até quando os nossos patrícios vão se sentir donos da língua portuguesa, que só no Brasil é usada por mais de 180 milhões de habitantes – praticamente o dobro dos usuários em todo o mundo lusofônico, incluindo Portugal?”.

³⁹ Cf. Botelho (2007, 2008, 2009).

⁴⁰ Cf. *Idem* (2009).

3. Considerações finais

Esperamos que o presente artigo tenha deixado claro que a escrita de uma dada língua não constitui propriamente a representação gráfica da linguagem oral que se efetiva no uso cotidiano de uma comunidade linguística.

Vimos que a probabilidade de se distinguir perfeitamente as intenções dos usuários nas suas expressões linguísticas é quase nula e que não há um sistema ortográfico perfeito que reproduza as falas fielmente. Sem dúvida nenhuma, os usuários sempre vão fazer interpretações diferentes de certas expressões de sua língua, em virtude das distintas visões de mundo, que não são fundamentalmente previsíveis.

Em consequência dessa crença, destacamos a linguagem escrita sem preterir a linguagem oral, enfatizando a ortografia da língua portuguesa na comedida digressão que apresentamos.

Também destacamos a necessidade de uma profunda unificação ortográfica do português e expressamos alguns comentários críticos acerca da Proposta de Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, embora não fosse o nosso objetivo desenvolver o referido assunto.

Sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em si, apresentamos algumas observações necessárias, mas sem o compromisso de esgotar o tema.

Sobre a ortografia da língua portuguesa propriamente dita, que constitui o objetivo do presente estudo, descrevemos a sua periodização, a partir da qual se estabelecem três períodos distintos: o fonético, o pseudoetimológico e simplificado. Aquele, que se efetivou durante a fase arcaica da língua, mostrou-se desastroso, visto que os usuários procuravam escrever como falavam e, como não há regularidade na pronúncia, um sistema ortográfico que nela se baseia é deveras irregular.

O pseudoetimológico, que se estendeu entre o séc. XVI e o séc. XX, já na fase moderna da língua, por sua vez, mostrou-se catastrófico, pois gerou grandes danos no vocabulário da língua, uma vez que se baseava numa falsa etimologia na maioria dos casos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Já o simplificado, que vem se efetivando desde o início do séc. XX, também na fase moderna, norteado pela conveniente proposta de Gonçalves Viana em 1904, mostra-se eficiente e vem cumprindo paulatinamente a função de diminuir as diferenças entre os dois importantes sistemas ortográficos existentes: o do Brasil e o de Portugal, como se pode observar no atual Projeto de Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado pelos países da CPLP e que está sendo experimentado por aqui.

Assim, sem a presunção de ter esgotado o assunto, pois ainda há muito que falar a respeito, esperamos ter apresentado subsídios para os interessados na elaboração de novos estudos, que se fazem necessários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: ABL, 1998

BECHARA, Evanildo. *A nova ortografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.

BOTELHO, José Mario. *A nova ortografia – aspectos positivos e negativos das mudanças, referentes à acentuação gráfica*, 2009.

_____. Consequências (orto)gráficas e morfossintáticas nas nominalizações em português. In: *II SNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009.

_____. Um pouco de história da ortografia da língua portuguesa. In: *Soletas*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009.

_____. A nova ortografia: o que muda com o iminente (des)acordo ortográfico? In: *Anais do IV CLUERJ-SG*, Volume único, ano 4, n. 3, Rio de Janeiro: Botelho, 2007.

_____. Gramaticalização de ‘porém’: uma abordagem funcional. *Cadernos do CNLF*, Ano VI, 08 – Gramaticalização e Estudos de Gramática, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2003.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ESTRELA, Edite. *A questão ortográfica: Reforma e acordos da língua portuguesa*. Lisboa: Notícias, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 1. ed. 14. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

GONÇALVES VIANA. A. R. *Ortografia nacional*. Lisboa: [s.l.], 1904.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *A nova ortografia: o que muda com o acordo ortográfico*. São Paulo: Campus, 2008.

HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [s.d.].

LÍNGUA PORTUGUESA. *Revista*. São Paulo: Segmento, 2007. Ano II, n. 21, julho de 2007.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Minho: Livros Horizontes, 1973. v. I, II e III.

NOVA ORTOGRAFIA OFICIAL. Lei nº 5.765, de 18 de dezembro de 1971. São Paulo: Formar, 1972.

NUNES, Joaquim José. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 9. ed. Lisboa: Clássica, 1989.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática histórica*. 7. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1932.

PROJETO DA ORTOGRAFIA UNIFICADA DA LÍNGUA PORTUGUESA (1990). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1990.

RIBEIRO, Manoel Pinto. *O novo Acordo Ortográfico: soluções, dúvidas e dificuldades para o ensino*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2008.

SILVA, José Pereira da. *A nova ortografia da língua portuguesa*. Niterói: Impetus, 2009.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad. de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LULA FLAGRADO EM SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS

José Pereira da Silva (UERJ)

pereira@filologia.org.br

KAMEL, Ali. *Dicionário Lula: Um presidente exposto por suas próprias palavras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672 p.

Tel.: (21) 2131-1111, Fax: (21) 2286-6755

sac@novafronteira.com.br

<http://www.dicionariolula.com.br>

Eu gostaria muito de apresentar-lhe um excelente livro de Ali Kamel, baseado em pesquisa de alto nível sobre a retórica do atual Presidente da República a partir da transcrição de seus discursos improvisados.

Desisti de fazê-lo, para simplesmente alinhar algumas transcrições do próprio livro, que nos dão uma boa ideia de sua grande importância para diversas áreas de estudo.

Durante dois anos, o jornalista e sociólogo Ali Kamel desenvolveu um projeto singular que consistia em avaliar os discursos de improviso e entrevistas de Lula transcritos no site da Presidência. Com esse material em mãos, usou um método de análise inédito no Brasil para traçar o perfil do presidente e expor as principais ideias que ele vem emitindo desde que tomou posse, em janeiro de 2003. O resultado: um Lula que vai surpreender tanto aqueles que o apoiam como aqueles que lhe fazem oposição. (<http://www.dicionariolula.com.br/livro.asp>)

Transcrevo, aqui, das orelhas do livro, o que mais interessa para situar o leitor relativamente ao conteúdo do livro:

O que esperar de um livro intitulado *Dicionário Lula*? Qual o seu propósito? O que poderia conter? Sua forma segue a de um dicionário tradicional?

Essas e outras perguntas talvez passem pela cabeça de um leitor que se depare, sem qualquer informação prévia, com esta obra elaborada por Ali Kamel. Isto porque no Brasil não temos a tradição de estudar a retórica presidencial, como em diversos outros países, que não só realizam estudos históricos a esse respeito, mas também se detêm na estrutura dos discursos dos presidentes em exercício, mesmo dos recentemente empossados. A ideia é que a análise das palavras ajuda a revelar o homem e o

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

projeto de nação que está por trás delas. É o que Kamel faz neste livro.

Não se pense, porém, que se trata de uma obra voltada para um público específico, de cientistas políticos e historiadores: o público-alvo somos todos nós. O *Dicionário Lula* oferece uma ampla visão dos discursos e entrevistas do presidente aos quais geralmente só temos acesso sob a forma de fragmentos editados pela imprensa e dispersos pelo tempo, o que torna nossa memória a respeito de suas palavras mais difusa.

Com a ajuda de programas de computador, Kamel fez um levantamento das palavras mais usadas por Lula desde a sua posse em janeiro de 2003 até o fim da pesquisa para este livro, em março de 2009. O resultado é uma obra de referência que tanto pode ser lida sequencialmente como por verbetes, escolhidos conforme o interesse de cada um. Todas as entradas têm uma apresentação geral e, depois, subverbetes que se relacionam àquele tema, mas não respeitam necessariamente uma ordem cronológica. Isso porque a ideia do autor foi criar, em cada verbete, uma espécie de artigo sobre o tema, que vai do geral ao específico.

De posse desse material, o leitor pode acompanhar as opiniões emitidas pelo presidente sobre diversos assuntos, o que lhe permite ter uma visão crítica mais fundamentada, como escreve Ali Kamel na sua minuciosa análise que antecede o dicionário propriamente dito ["**Lula, em palavras e números**", p. 16-102]:

Lula é coerente ao longo do tempo? Lula tem, sobre um mesmo tema, ideias opostas dependendo do público para quem está discursando? Ele se sente confortável diante do capitalismo ou se mostra como um socialista de carteirinha? Em que se apoiam as suas opiniões, avaliações, conceitos, conclusões, afirmativas, certezas? Ou ainda: há alguma base de onde tudo isto parte? Quais são as suas formas de construir um discurso e de comunicar esse mesmo discurso? Enfim, se há uma resposta a todas essas questões, ela não é possível sem um mergulho profundo em suas palavras. Não há outro jeito, nunca há. [p. 17]

Para conhecermos melhor este homem, "Personagem de ponta da história do Brasil nos últimos trinta anos, protagonista, até aqui, de todas as eleições presidenciais depois da redemocratização do país, o primeiro operário a ser eleito presidente da República" [p. 17], e também o seu Governo, nada melhor do que conhecer suas palavras ao longo destes sete anos de mandato.

Lula merece ter o seu pensamento esquadrihado, medido, avaliado. Uma tarefa que, certamente, vai requerer o trabalho contínuo de um batalhão de historiadores e cientistas políticos por décadas a fio, até que uma imagem mais nítida do homem e do político possa começar a emergir. [p. 17]

Esse livro, diz o autor, é uma contribuição para este longo trabalho. Mas o Lula que já emerge da análise que Kamel faz, sempre calçada em

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

exemplos e estatísticas, surpreenderá, certamente, tanto aqueles que o apoiam como aqueles que lhe fazem oposição.

No capítulo de apresentação do livro, intitulado "**Lula, em palavras e números**", em oitenta e oito densas páginas de informação (p. 15-102), Ali Kamel faz um excelente estudo da oratória do presidente, antes de começar o dicionário propriamente dito, dividindo-o em quatro subcapítulos, depois de descrever a estrutura do dicionário: "**O comunicador**" (p. 23-47), "**Experiência de vida**" (p. 47-58), "**Coerência**" (p. 58-83), "**Deus e a família**" (p. 84-102).

Na página 21, escreveu o seguinte, que pode ser uma síntese estrutural do *Dicionário Lula*:

Em todos os verbetes, foi mantida a transcrição tal como feita pela Presidência, com poucas alterações. Não se procurou saber se os textos passaram por alguma correção ou se espelham fielmente a prosódia de Lula. Notou-se, porém, que alguns erros de regência e concordância estão presentes, e foram mantidos aqui porque respeitam a sintaxe popular usada pelo presidente, sem que o livro os realce graficamente (simplesmente porque não se pretendeu aqui estudar a correção gramatical de Lula). A pontuação usada por quem fez as transcrições é às vezes confusa. Para o bom entendimento do leitor, o livro alterou a pontuação quando isto se fez necessário.

Para cada verbebo, há uma definição mais geral seguida de um número variado de subverbetes, todos eles com a indicação da data em que o discurso foi proferido, o local e a ocasião. Entre colchetes, está a identificação das pessoas citadas, sempre respeitando os cargos e as ocupações que tinham à época do discurso.

Não se trata de um livro pró ou contra o Lula, mas um trabalho de organização dos tópicos mais importantes dos discursos e entrevistas do presidente Lula ao longo desse período de sua vida política. Trata-se, na interpretação da Editora Nova Fronteira, de um trabalho de Literatura Brasileira e é, sem dúvida, importante fonte para os estudos de análise de discurso, de retórica e oratória, de história e de ciência política, entre outras.

Seja qual for o seu interesse, vale a pena ler esse livro de Ali Kamel ou utilizá-lo como corpus para algum trabalho de análise ou interpretação, de língua portuguesa, retórica etc.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

**UM JOVEM PROFESSOR LANÇA NOVA GRAMÁTICA
DA LÍNGUA PORTUGUESA**

José Pereira da Silva (UERJ)

pereira@filologia.org.br

CAETANO, Marcelo Moraes. *Gramática reflexiva da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Ferreira, 2009. 704 p.

<http://www.editoraferreira.com.br/lojavirtual>

Marcelo Moraes Caetano é bacharel em Português e Grego pela UERJ e licenciado em Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela UNESA, especialista em Implementação, Planejamento e Gestão em Educação a Distância pela UFF e mestre em Estudos da Linguagem pela PUC-RJ, pesquisador e escritor premiado por diversas instituições.

Sobre a sua gramática, Claudio Cezar Henriques, membro da Academia Brasileira de Filologia e professor titular da UERJ, escreveu na quarta capa:

Esta Gramática Normativa afigura-se como um livro de referência para os estudantes de Língua Portuguesa, não apenas os que buscam informações atualizadas e objetivas sobre os usos correntes e pertinentes de nossa língua, mas também os que precisam de uma obra que os ajude a se prepararem com solidez para exames e provas oficiais. Acompanha o trabalho um Pequeno Dicionário de Regência, capítulo indispensável para quem lida com os rigores da linguagem padrão contemporânea – profissional e academicamente.

Marcelo Caetano se vale de sua experiência em sala de aula para selecionar e organizar os assuntos de um modo eficiente, oferecendo ademais uma farta bateria de exercícios de fixação, recolhidos em concursos e em sua vasta coleção de provas e testes.

É, em síntese, um livro que tem a melhor qualidade que se pode desejar para uma publicação voltada para o ambiente acadêmico: é útil. Confirma, pois, o princípio de que estudar reflexivamente a gramática de uma língua é a melhor maneira para se compreender a gramática do mundo.

Do prefácio escrito por Maria Emília Barcellos da Silva (p. III e IV), também da Academia Brasileira de Filologia e professora aposentada da UFRJ, destaca-se que

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A Gramática em análise parte dos embasamentos linguísticos tradicionais, selecionados com o fito de proporcionar ao seu futuro consulente – iniciado ou não – o poder de situar-se adequadamente na sua busca para chegar ao que quer saber e ao que quer expressar. A intenção do autor ao produzir esta obra fica de todo clara no transcurso da sua leitura. Para ele, importou sumamente que o falante comum não só pudesse vir a obter uma orientação eficiente para os recursos da sua língua, mas também a assentar as suas explorações no conhecimento do que a consulta possa proporcionar a quem por ela se interesse ou dela necessite, sem descuidar do avanço e do aprimoramento do seu discurso em diferentes oportunidades e intenções.

O cuidado emprestado à urdidura desta Gramática manifesta-se em todos os momentos da sua consecução. O próprio agrupamento dos assuntos abordados nas grandes partes em que se divide este compêndio revela que há princípios teóricos dirigindo e apoiando o tratamento das questões inferidas da leitura do texto em causa. As partes se codividem consoante os processos que dirigem e organizam os assuntos, cumprindo um planejamento a um só tempo rigoroso e fluente: esse cuidado se constata na firmeza demonstrada na condução expressa das abordagens sobre Fonética e Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Ortografia, Funções da Linguagem, Pontuação Gráfica, Norma Culta e seus meandros – para citar de modo generalizante o de que trata o livro.

Sua *Gramática Reflexiva da Língua Portuguesa* foi organizada em 25 capítulos, assim organizados: 1- Teoria da comunicação e funções da linguagem; 2- Fonética e fonêmica; 3- Ortografia; 4- Hífen e acentuação gráfica na língua portuguesa; 5- Semântica, ortografia e prosódia; 6- Morfologia; 7- Substantivo; 8- Adjetivo; 9- Advérbio; 10- Artigo; 11- Pronome; 12- Numeral; 13- Verbo; 14- Preposição, conjunção, interjeição e palavras denotativas; 15- Funções morfossintáticas do QUE e do SE; 16- Concordância verbal; 17- Concordância nominal; 18- Silepse; 19- Predicação verbal; 20- Regência verbal; 21- Crase; 22- Colocação pronominal; 23- Sintaxe; 24- Pontuação gráfica; 25- Estilística.

Todos os capítulos são complementados com exercícios seguidos de gabarito, para fixação da matéria, com uma média de 27 páginas cada um. Ao final, acrescenta-se uma atualizada bibliografia que muito ajudará os professores e universitários que dela fizerem uso.

Trata-se de um trabalho de primeira qualidade nesta especialidade, ao nível das melhores gramáticas normativas disponíveis no mercado atualmente e melhor do que muitas delas.